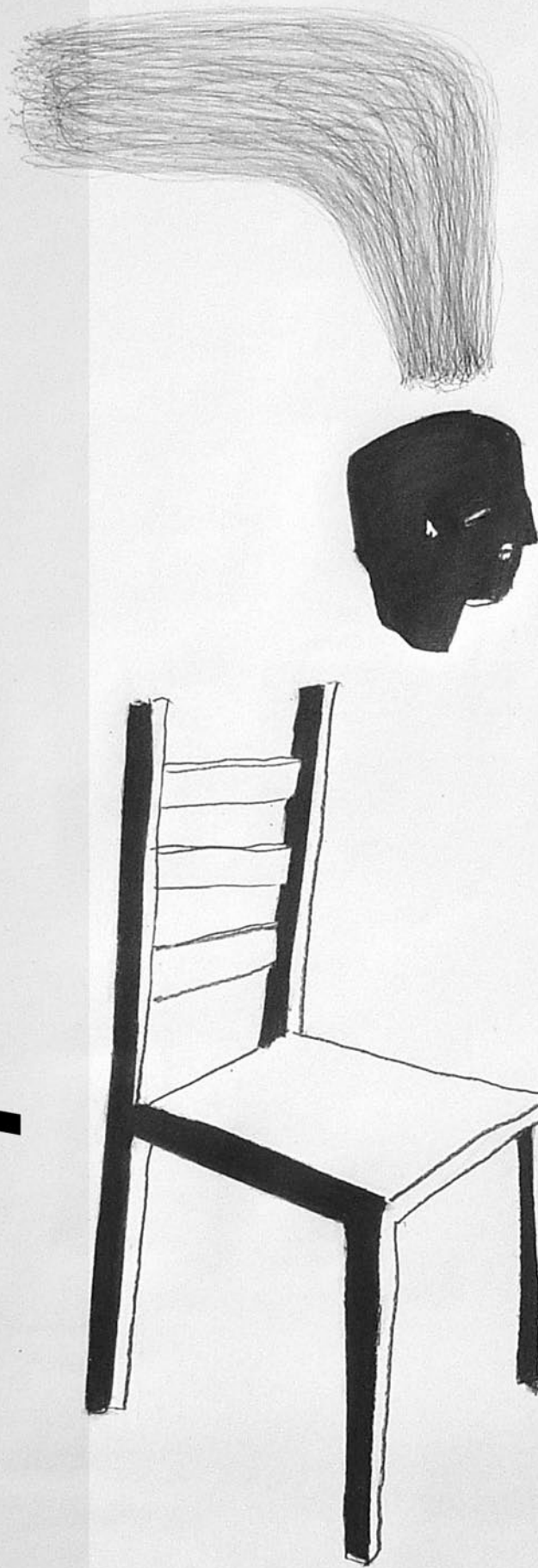


@metropolis



29

ano 8 | junho 2017

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof° Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Ana Carolina Christovão

Carolina Zuccarelli

Eliana Kuster

Fernanda Figueiredo

Heitor Vianna

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 29 ▪ ano 8 | junho de 2017

Apresentamos mais uma edição da Revista *e-metropolis*, continuando a manter a nossa preocupação em englobar diferentes aspectos da vida urbana, de modo a tratar das nossas cidades de maneiras múltiplas.

Trazemos, no artigo de capa, o trabalho “O rio é a minha rua: a circulação e o agrupamento dos ribeirinhos na Amazônia oriental”, dos professores Regina Célia B. Ferreira e Luis Eduardo A. Vaca, da Universidade Federal do Pará, que analisam o funcionamento do sistema de transporte hidroviário de passageiros nas ilhas da Região Metropolitana de Belém. Por meio de dados levantados na pesquisa de campo e tratados de acordo com a técnica da análise de agrupamento, os autores identificam dois circuitos de circulação da população estudada: o circuito de produção *versus* reprodução e o circuito de subsistência.

No artigo seguinte, “O ideário do direito à cidade na identidade e atuação dos sujeitos coletivos: reflexões a partir da experiência do comitê popular da copa e das olimpíadas do Rio de Janeiro”, Ana Beatriz de Oliveira Reis discute em que medida o ideário do direito à cidade é parte constitutiva na atuação de sujeitos coletivos urbanos na atualidade. A autora faz uma análise qualitativa de documentos produzidos por esses sujeitos coletivos, em especial, os dossiês lançados pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2010 e 2016. O artigo pretende contribuir para fomentar o debate sobre o direito à cidade e a construção de cidades mais democráticas, tanto no planejamento quanto na gestão urbanas.

Prosseguindo, temos “Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária

carioca: uma articulação utilitária”, que faz uma incursão sobre os discursos e estratégias de intervenção estabelecidas em torno do projeto “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro. A autora, Mariana Luscher Albinati, traz a visão da região portuária enquanto “vazio” e área degradada em oposição a sua consideração como centralidade cultural, especialmente relacionada à cultura afro-brasileira. Quanto a este último aspecto, o texto destaca as estratégias de apropriação desta centralidade cultural na busca por uma nova significação do espaço, ao que denomina “retórica da conquista” em um contexto neoliberal de planejamento urbano.

Em nosso terceiro artigo, intitulado “O debate sobre as ocupações urbanas revisitado - entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição”, Thiago Canetti traz uma contribuição teórica à discussão das consequências das ocupações urbanas a partir do confronto de dois ideários aparentemente divergentes sobre o tema. Tal divergência estaria associada à maneira como é interpretado o fenômeno da produção habitacional autogestionária na academia, tida, por um lado, como reflexo da reprodução do capital, enquanto por outro, vista como a possibilidade de se pensar novas formas de se produzir a cidade.

Gabriela Brandão, no ensaio fotográfico “verAcidade: estética (des)construtiva dos elementos urbanos”, retoma a ideia do *flâneur* como um gesto exploratório e de investigação acerca da realidade urbana que deveria ser mais usado por arquitetos e urbanistas. Flanando pela cidade, tomando o corpo e suas sensações como forma de registro, a autora captura elementos que constituem uma espécie de “estética construtiva urbana”.

Na seção especial, Mariana Cortez nos traz “Manifestos urgentes: des-caminhos de uma caligrafia impressa sob(re) a pele urbana”, onde traça uma espécie de cartografia da resistência cotidiana, cujas vozes se materializam nos gestos teimosos das “pixações”. Insubmissa a classificações, ordenamentos e regulações, essa caligrafia, que brota de corpos igualmente insubmissos, vem rasurar a ideia da cidade do pensamento único e a noção utilitarista e cosmética sobre a arte, questionando o status quo e fazendo das ruas um lugar de debates, embates e de outros modos de vida urbana.

Para essa edição entrevistamos Pascale Pichon, socióloga francesa pioneira em estudos sobre os fenômenos do viver na rua, que reflete sobre os diversos elementos do fazer das ciências sociais: da escolha por um campo temático às experiências em responder a editais de financiamento de pesquisas. Na entrevista, realizada por Cristina Filgueiras, Pichon fala também de redes de pesquisa sobre *homelessness* e espaço público, e relata a cooperação entre estudiosos do urbano, arquitetos, artistas, designers e fotógrafos. Por fim, comenta o relacionamento de pesquisadores com a mídia, tema pouco discutido nas ciências sociais.

Finalizamos essa edição com a sessão de resenhas. Aqui, uma novidade: passamos a incluir os filmes recentes, que apresentem uma ligação com as cidades, dentre as obras a serem alvo de nossas resenhas. Nessa primeira incursão no universo fílmico, temos “Paterson: um homem, uma cidade, um filme”, uma resenha sobre o filme “Paterson”, de Jim Jarmusch, escrita pela nossa editora Eliana Kuster.

Por fim, deixamos um convite à nossos leitores para que acompanhem as nossas publicações no twitter, no instagram e no facebook, redes sociais nas quais conseguimos manter um contato mais direto e difundir as novidades e chamadas da *e-metropolis*.

Deixamos, enfim, mais esta edição da revista em suas mãos, leitor interessado nas metrópoles e seus rumos, desejando uma agradável e proveitosa leitura. Até a próxima! ■

Índice

nº 29 ▪ ano 8 | junho de 2017

Capa

- 06** O rio é a minha rua: a circulação e o agrupamento dos ribeirinhos na Amazônia Oriental
The river is my street: the circulation and grouping of riverside population in the eastern amazon
Por Regina Célia Brabo Ferreira e Luis Eduardo Aragón Vaca

Artigos

- 15** A ideário do direito à cidade na identidade e atuação dos sujeitos coletivos: reflexões a partir da experiência do comitê popular da copa e das olimpíadas do Rio de Janeiro
The concept of the right to the city in the identity and action of the collective subjects: reflections based on the experience of the world cup and olympics popular committee of Rio de Janeiro
Por Ana Beatriz Oliveira Reis

- 23** Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária carioca: uma articulação utilitária
Culture and urban planning in the Rio's Zona Portuária: a utilitarian joint
Por Mariana Luscher Albinati

- 32** O debate sobre as ocupações urbanas revisitado - entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição
A revisited debate on the urban occupations - between the addiction (of the virtue) and the virtue (of the addiction), the contradiction
Por Thiago Canettieri

Ensaio

- 40** verAcidade: estética (des)construtiva dos elementos urbanos
verAcidade [See the city/ Veracity]: aesthetic (dis) constructive of the urban elements
Por Gabriela Gazola Brandão

Especial

- 45** Manifestos urgentes: descaminhos de uma caligrafia impressa sob(re) a pele urbana
Urgent Manifests: Misleads of a printed calligraphy under/over the urban skin
Por Mariana Danuza Corteze

Entrevista

- 50** Percursos de vida e de pesquisa na cidade
Life-courses and research in the city
Com Pascale Pichon
Por Cristina Almeida Cunha Filgueiras

Resenha

- 63** Paterson: um homem, uma cidade, um filme
Paterson: a man, a city, a movie
Por Eliana Kuster

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

A Ilustração de capa foi feita pelo artista visual
André Griffo.
andre.griffo@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

Regina Célia Brabo Ferreira
Luis Eduardo Aragón Vaca

O Rio é a minha rua

a circulação e o agrupamento
dos ribeirinhos na Amazônia Oriental

Resumo

Rio, barco e trapiche são elementos do sistema de transporte que os moradores das ilhas da Região Metropolitana de Belém (RMB), região norte do Brasil, utilizam para se locomover. Este artigo tem por objetivos a descrição e a análise da funcionalidade do sistema de transporte hidroviário de passageiros nas ilhas da RMB. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em 20 ilhas da RMB, utilizando como técnica a análise de agrupamento, a qual permitiu identificar circuitos de circulação, pautados pela relação que as ilhas têm com a cidade de Belém e outras ilhas próximas. O transporte dos ribeirinhos não costuma fazer parte das políticas de transportes da RMB, fazendo com que essa população busque seus próprios meios de deslocamentos para sua sobrevivência. Em nossa pesquisa, o deslocamento entre as ilhas foi entendido como circuito de subsistência, tomado aqui como uma estratégia usada pelos ribeirinhos para receber auxílios básicos de saúde, educação e transporte.

Palavras-chave: Amazônia; Transporte hidroviário; Ribeirinhos; Análise de agrupamento.

Abstract

River, boat and “trapiche” are the elements of the transportation system that the inhabitants of the islands located in the Metropolitan Area of Belém (MAB), Brazilian northern region, use to get around. The purpose of this article is to describe and analyze the functionality of the waterborne passenger transport system on the MAB’s islands. Thus, a research was carried out in 20 islands there, using as technique cluster analysis, which allowed to identify circulation circuits based on the relationship that the islands have with the city of Belém and other nearby islands. The transport of the riverside population is not usually part of the transport policies in MAB, forcing this population to seek their own means of displacement for their survival. In our research, the displacement between the islands was understood as a subsistence circuit, taken here as a strategy used by the riverside people to receive basic aid for health, education and transportation.

Keywords: Amazon; Water transport; Riverside population; Analysis of grouping.

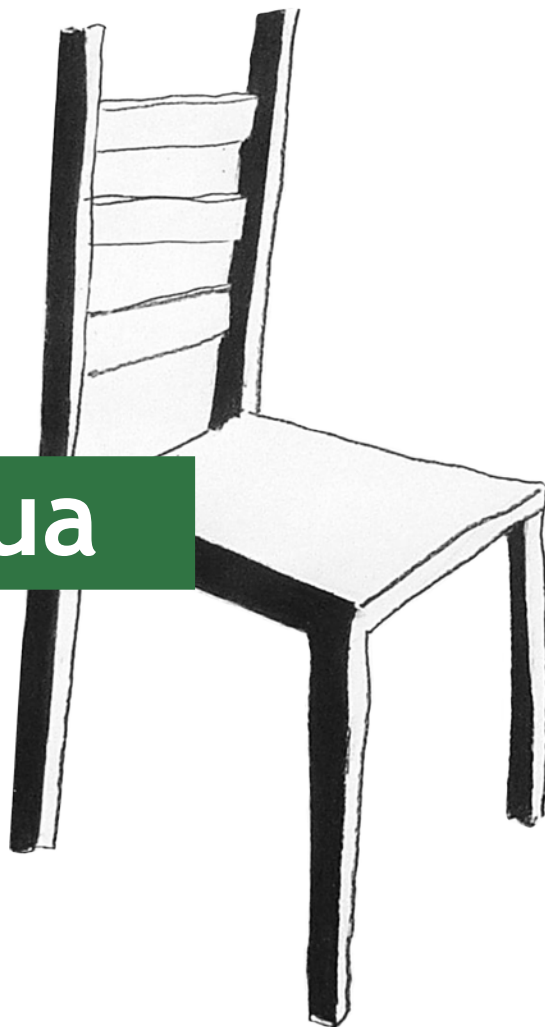
Regina Célia Brabo Ferreira

é professora adjunta da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo, mestrado em Transportes e doutorado em Desenvolvimento Sustentável.

reginacbf@yahoo.com.br

Luis Eduardo Aragón Vaca

é professor titular da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Geografia.



INTRODUÇÃO

Os rios têm forte influência no transporte na região amazônica, sendo um elemento de integração da vida ribeirinha. A importância do transporte fluvial para a região das ilhas da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Estado do Pará, região norte do Brasil, é inquestionável. Ele cumpre importante e definitivo papel para o desenvolvimento e para a integração dessa população com a capital.

A RMB possui uma população de 2.422.481 habitantes, sendo composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel. Possui uma área de aproximadamente 2.500 km², dividida em uma região continental e outra insular (IBGE, 2016). Possui 47 ilhas, sendo 39 na área de Belém e 8 em Ananindeua, totalizando uma área de 41.482 km² o que representa 65,64% da RMB, onde habitam 62.720 pessoas (3,16% da RMB).

O objetivo deste trabalho¹ é descrever e analisar a funcionalidade do sistema de transporte hidroviário de passageiros nas ilhas da RMB. Buscou-se uma construção teórica que pressupõe que as condições de transporte hidroviário, em geral, estão relacionadas com teorias de divisão do espaço, o o poder de consumo e renda é o que determina a integração espacial do indivíduo, e que, portanto, o serviço de transporte nas ilhas da RMB, operado pela lógica do mercado, exclui, espacialmente, quem não tem esse poder.

A DESINTEGRAÇÃO DO ESPAÇO PARA O RIBEIRINHO

No Brasil, o modelo de desenvolvimento adotado na segunda metade do século XX privilegiou a modalidade rodoviária, utilizando esse sistema como fator de integração econômica e social. Esse fato acarretou o descaso do transporte hidroviário, que na Amazônia vem sofrendo grandes desafios. Primeiramente, a região foi, no passado, alvo de ousados projetos rodoviários e ferroviários que, além de terem provocado sérios danos ambientais, vêm modificando a matriz de transportes, especialmente em uma região dotada de leitos navegáveis. Em segundo lugar, a recuperação de sua importância esbarra na ainda escassa valorização, pela ação administrativa, dos atuais

serviços fluviais que continuam a integrar a região, conservando um caráter artesanal e apresentando riscos de segurança de tráfego e sanitários.

A economia atual ainda necessita de áreas contínuas, dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo, mas esse equipamento chamado “coletivo” é, na verdade, destinado para uso e benefício empresariais. Construídas com o dinheiro público, essas infraestruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada uma boa parte da economia e da população. Bourdieu (1997) acrescenta que o espaço físico é hierarquizado por causa da hierarquia social. O espaço social se reflete no espaço físico, levando a diferentes distribuições de bens e serviços públicos e privados. Essa reflexão pode ser associada à realidade da população que vive na Região Metropolitana de Belém. As suas práticas socioespaciais apresentam uma diversidade, assim como uma complexidade, produto de uma dialética constante entre a ordem próxima e a ordem distante, ou melhor, em meio à lógica da reprodução da metrópole e a da reprodução da vida.

Belém apresenta uma característica que a distingue de outras capitais: quase dois terços de sua área são compostos de ilhas consideradas, em grande parte, áreas rurais. As relações com a cidade são marcadas pelas redes de sociabilidade e de trocas econômicas. As unidades familiares desenvolvem atividades extrativas, agrícolas, de pesca e artesanato, atendendo amplamente às feiras livres na cidade.

Porém, por muito tempo, Belém cresceu, segundo Araújo (1995), subordinada aos modelos europeus e americanos, e, por isso, atualmente apresenta uma exposta crise social, ignorando, pelas elites do planejamento, a sua natureza amazônica, que é ribeirinha. Em Belém vive-se de costas para o rio, rejeitando o vínculo aquático e tudo o que dele faz parte, complementam Acevedo Marin e Chaves (1997). Para Trindade Junior (1994), o espaço insular da capital paraense, especificamente a questão do transporte, é historicamente relegado a uma posição secundária na dinâmica da gestão municipal, implicando um tratamento desigual, aleatório e frágil às populações ribeirinhas. A literatura sobre o ordenamento do espaço urbano exclui as ilhas, mesmo quando reconhecido o seu papel na configuração do município. O último Plano Diretor de Transporte Urbano na RMB, realizado em 2001, e o anterior, em 1991, não contemplaram o transporte hidroviário, que foi ignorado de qualquer estudo proveniente do sistema proposto de transporte integrado para a região. Esse fato mostra que o transporte hidroviário, inserido no cotidiano da vida metropolitana, é, em grande parte, negligenciado.

¹ Este artigo se baseia em minha tese de doutorado, apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA). Para mais informações, consultar Ferreira (2011).

ciado na lógica das intervenções realizadas.

As ilhas pertencentes à RMB são lugares onde os modos de vida diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano. São lugares espacialmente próximos da metrópole e ao mesmo tempo longe de seu estilo de vida, sendo esquecidos e excluídos de praticamente todo serviço oferecido na cidade (saúde, educação etc.). Por outro lado, a vida nas ilhas está diretamente relacionada às atividades na orla da Belém continental, marcada por um sem-número de portos de comercialização de produtos oriundos dessas regiões, bem como pela população que vai e vem, construindo itinerários e religando o continente a Belém insular.

A inexistência de um sistema de transporte estruturado entre ilhas vem relegando à subvida um expressivo contingente humano. Faz-se necessário, portanto, um conhecimento pleno dos problemas que geram a atrofiação dessas regiões, de modo que se projete um sistema de transporte capaz de contemplar a necessidade de deslocamento existente, e que se estabeleçam condições de monitoramento efetivas, buscando atender de forma eficiente e segura às populações ribeirinhas dele dependentes. No geral, os problemas de transporte são tratados pela área técnica, implantando infraestrutura e sistemas que, muitas vezes, não condizem com a realidade local e são fadados ao fracasso.

A CIRCULAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DA RMB

A RMB possui 47 ilhas que estão divididas em quatro setores: Norte, Sul, Extremo-Oeste, Centro-Leste e Ananindeua. Adotou-se como critério que a pesquisa principal seria realizada nas ilhas que dependem exclusivamente do transporte hidroviário, evitando assim distorções na geração de modelos, excluindo as ilhas dos setores Norte e Centro-Leste, pois possuem ligações rodoviárias. Baseado nesse critério considerou-se 20 ilhas (Figura 1) para aplicação da pesquisa.

Foram utilizadas as técnicas de observação e entrevista para explicar a dinâmica dos deslocamentos dos ribeirinhos em 20 ilhas pesquisadas. Os dados coletados permitiram identificar 25 variáveis, as quais foram divididas em socioeconômicas e de transporte, cujas condições nas ilhas são, de maneira geral, similares: não há saneamento básico nem energia elétrica; o principal destino dos habitantes das ilhas é Belém; o extrativismo é a principal fonte de renda; poucas possuem escolas e/ou posto de saúde; as condições de acesso às embarcações são precárias; o transporte de carga predomina sobre o transporte de passageiros.

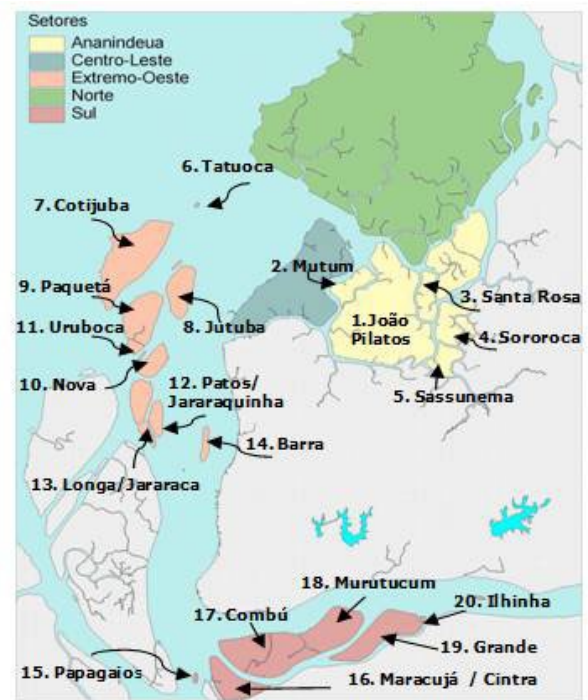


Figura 1: Divisão dos setores e ilhas pesquisadas da RMB.

A atracação de embarcações na quase totalidade das ilhas, à exceção de Cotijuba, é feita de forma precária, tornando difícil e perigosa a operação de embarque e desembarque de passageiros, o que tem desestimulado o deslocamento, principalmente de idosos, os quais são os mais prejudicados, sobretudo quando a necessidade do deslocamento se refere a problemas de saúde, tornando mais grave ainda o problema (Figura 2).

Quase sempre as operações de embarque/desembarque se fazem por meios improvisados pelos ribeirinhos com troncos de árvores e pedaços de madeira lavrados, arranjados de forma simples e sem nenhuma segurança, expondo os passageiros que necessitam utilizar as embarcações que lá aportam a vários riscos.

Para o transporte de passageiros da região das ilhas até a capital Belém é utilizado um tipo de embarcação que transporta em média de 20 a 25 passageiros sentados por viagem (Figura 2). Além disso, essas embarcações fazem o transporte de vários tipos de carga (açai, farinha, frutas), embora a maioria delas não seja cadastrada pelo Estado ou pelas prefeituras. Não existe qualquer tipo de fiscalização.

Essas embarcações pertencem a famílias de pequenos proprietários, de baixa renda, e que muitas vezes servem-se desse veículo para ganhar seu sustento, através da pesca, transporte de frutas, entre outros. Além disso, os barcos são os elos de socialização dos indivíduos numa comunidade, pois ao transitarem pelo rio tornam possível o acesso à casa da família, aos amigos, à igreja, à escola. Todos da



Fotografia: Regina Brabo (2010)

família dirigem o pequeno barco: as crianças, os jovens, os adultos e os idosos.

As frequências de viagens geradas nas ilhas são relativamente baixas: uma média de 1 a 3 viagens por semana, com exceção das ilhas do setor Sul e Cotijuba, que possuem demanda variando de uma a duas viagens por dia. Esse resultado está relacionado à dificuldade de locomoção, já que a maioria da população utiliza embarcação própria e com isso tem custos elevados, principalmente com o combustível, que se torna um fator limitante para o seu deslocamento. A outra parcela da população, que não possui embarcação própria, fica à mercê dos transportes dos barqueiros e/ou da ajuda de quem possui um barco, pagando uma tarifa estipulada pelo seu dono. Considerando assim, a acessibilidade reduzida é um instrumento para a construção da pobreza, isto é, quanto menor o acesso aos meios de transporte, maior a dificuldade de desenvolvimento da população.

CIRCUITOS ENTRE AS ILHAS E BELÉM

Pôde-se identificar uma dinâmica composta por dois grandes circuitos de transporte hidroviário na Região Metropolitana de Belém. Essa dinâmica se associa à teoria de Santos (1979) a respeito dos **circuitos inferior e superior**, formados pela relação entre as ilhas e a capital, com a venda da produção das ilhas e sua reprodução em Belém, designados neste trabalho como **circuitos de produção e reprodução**. Tal denominação deve-se ao fato de que, entre as características presentes nos circuitos inferior e superior, o que mais caracteriza a relação entre eles é a existência de uma região produtora de matérias-primas e outra região, sendo esta a compradora desses produtos e a vendedora de produtos manufaturados e serviços especializados. Essa relação é que intensifica a demanda por transporte e gera os circuitos citados. Cada

circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano, o que representa a condição de dependência do sistema econômico. Os moradores das ilhas levam a produção para ser vendida em Belém, que, por sua vez, oferece serviços básicos necessários para os ribeirinhos, como saúde, educação e institucionais, além da difusão da informação e consumo.

Existe também a relação inversa de deslocamento: durante a semana, as populações ribeirinhas tratam da pesca, da coleta e da produção agrícola, atividades peculiares aos seus ambientes; nos finais de semana, quando se concentram as atividades de lazer, algumas ilhas com características balneárias e com vocação para os esportes aquáticos são utilizadas intensamente pela população do município e visitan-

Figura 2: Atracadouro precário e tipo de embarcação na ilha do Combu.



Figura 3: Circuitos de produção (inferior) e reprodução (superior) entre as ilhas e Belém.

tes. A partir dessas considerações foi possível identificar a existência dos circuitos inferior e superior, que mantêm uma dinâmica relação entre as ilhas e Belém, conforme apresentado na Figura 3.

Ressalta-se que a cidade de Belém não é uniforme na sua expansão; ao contrário, ela reproduz a desigualdade social na conformação de seus espaços. Tanto do ponto de vista socioeconômico quanto das suas características urbanas, encontram-se formados circuitos inferiores (área periférica) e superiores (área central e condomínios de luxo), que se integram e representam a dinâmica urbana da cidade. Desse ponto de vista, essa cidade deixa de ser em sua totalidade um circuito superior.

Contudo, a análise feita entre as ilhas e Belém permite dizer que essa capital representa para os habitantes das ilhas o circuito superior, onde se pode vender sua produção e ter melhores acessos a produtos manufaturados, informações, serviços institucionais, saúde etc. É por meio do entendimento dessas características que se define a relação entre ilhas e Belém não como circuito inferior e superior, mas sim como circuito de produção e reprodução – circuitos estes que se integram e se completam formando a dinâmica urbana entre as ilhas e Belém, apresentando então grandes diferenças em seu estilo de vida, sobretudo com relação ao investimento em políticas públicas.

OS CIRCUITOS DE SUBSISTÊNCIA DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PASSAGEIROS NA RMB

Os deslocamentos existentes entre as ilhas possibilitaram identificar um novo circuito que difere das características dos circuitos inferior e superior, conforme pensado por Santos (1979). Em cada setor das ilhas existe uma integração entre uma determinada ilha ou lugar com as demais. Esse fato leva à análise de que em cada setor existe um polo criando ao redor dele um novo circuito, denominado aqui como **circuito de subsistência**. Esse circuito acontece dentro do circuito inferior e nasce da necessidade de receber os serviços básicos de educação, transporte, energia e, sobretudo, de saúde, existentes em uma determinada ilha ou lugar e inexistentes ou insuficientes nas outras ilhas. As ilhas que geram esse deslocamento são aqui chamadas de **ilhas adjacentes**, e as ilhas ou lugares que atraem os deslocamentos são os **polos**.

O circuito de subsistência é decorrente das estratégias de transporte utilizadas pelas populações mais carentes de infraestrutura básica, que interagem com os respectivos polos de forma frequente para terem condições mínimas de subsistência e atendimento básico em um posto de saúde, escolaridade para crianças e jovens, serviços de energia elétrica, compra

de mantimentos de primeira necessidade e acesso a meio de transporte para a Belém e Ananindeua. O recebimento desses serviços favorece o processo de produção dos ribeirinhos das ilhas. Dessa forma, o circuito de subsistência é parte integrante do circuito inferior e complementa os circuitos de produção e reprodução.

POLOS E ILHAS ADJACENTES

A partir dessa análise foi possível identificar a existência de ilhas que se destacam das demais por possuírem um pouco mais de infraestrutura de educação, de saúde e de transporte que as demais e, desse modo, acabam por polarizar uma série de ilhas vizinhas.

A identificação de similaridades entre as ilhas da RMB, bem como qual ilha se destaca como polo, foi feita a partir de dados levantados na pesquisa de campo e tratados de acordo com a técnica da análise de agrupamento, sendo utilizado o software Gnu R². A realização da análise de agrupamento com os dados obtidos nesta pesquisa teve como objetivo identificar similaridades nas ilhas, segundo suas condições socioeconômicas e de transporte. A análise de agrupamento procura identificar um conjunto finito de categorias para descrição de dados (Fayyad; Piatetsky; Smyth, 1996). As categorias podem ser mutuamente exclusivas ou consistir de hierarquias ou categorias sobrepostas. A técnica classifica objetos em grupos de acordo com critérios de seleção predeterminados. Os grupos devem exibir alta homogeneidade interna (dentro do grupo) e alta heterogeneidade externa (entre os grupos). Assim, os objetos de um mesmo grupo estarão próximos uns dos outros, em termos de similaridade, e os grupos estarão distantes entre eles (Hair Jr.; Black, 2000).

A ideia era identificar a relação estabelecida por meio do transporte entre as próprias ilhas, isto é, como funciona internamente o circuito inferior. Para tanto, primeiramente foi realizada uma estratificação geral das ilhas e posteriormente foi realizada a estratificação por setores, para assim identificar polos e ilhas adjacentes em cada setor. Partindo desse objetivo, fez-se uma matriz de dissimilaridade, que é o objeto principal de trabalho para a análise de agrupamento. A partir do agrupamento dessas variáveis, foi plotado

² R é uma linguagem e também um ambiente de desenvolvimento integrado para cálculos estatísticos e gráficos. O código fonte do R está disponível sob a licença GNU. A R disponibiliza uma ampla variedade de técnicas estatísticas e gráficas, incluindo modelação linear e não linear, testes estatísticos clássicos, análise de séries temporais (time-series analysis), classificação, agrupamento e outras. Nesta pesquisa, adotou-se a técnica de agrupamento.

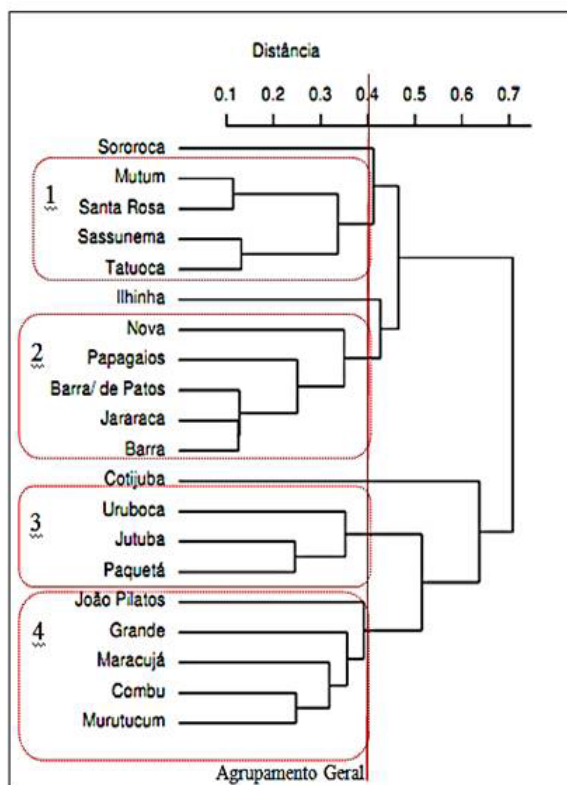


Figura 4: Dendrograma - Agrupamento para todas as ilhas e por setores.

um dendrograma de identificação das ilhas com mais similaridades. Quanto menor a distância estatística de uma ilha a outra, maior a similaridade entre elas (Figura 4).

As variáveis consideradas foram: população, demanda, distância ao destino principal, custo de viagem, atividade principal, tipo predominante de viagens, existência de escolas e cooperativas. O agrupamento de todas as ilhas formaram quatro grupos, os quais possuem semelhança nas características analisadas.

A escolha do ponto de corte se deu em função da percepção da formação de grupos. Para isso, é necessário que o pesquisador tenha um conhecimento da realidade local para identificar o melhor ponto de corte para a formação dos grupos. Dessa forma, adotando uma distância de 0,4 como ponto de corte, foram formados quatro grupos, sendo dois grupos formados por cinco ilhas, um grupo formado por quatro ilhas e um grupo formado por três ilhas, além de três ilhas que se mantiveram isoladas. Percebeu-se que o agrupamento das ilhas em cada grupo não era composto por ilhas do mesmo setor, contudo, percebeu-se que havia um predomínio das ilhas por setores em cada grupo.

No grupo 1, predominam as ilhas de Ananindeua, sendo uma do Extremo-Oeste (Tatuoca), as quais possuem semelhança nas características anali-

sadas: o carvão como atividade principal, renda de 0 a 1 salário mínimo, ausência de escola e de cooperativa de barqueiros, demanda de 1 a 20 passageiros por dia. No grupo 2, quatro ilhas do Extremo-Oeste possuem características similares, juntamente com a Ilha dos Papagaios, localizada no setor Sul: a pesca como atividade principal, renda entre 0 a 1 salário mínimo, sem escola e cooperativa de barqueiros, custo de viagem de três reais e demanda entre 1 a 34 passageiros/dia. O terceiro grupo é formado por três ilhas do Extremo-Oeste que apresentam a pesca como atividade principal, a existência de escolas, ausência de cooperativa de barqueiros, custo de viagem de três reais e demanda entre 86 a 415 passageiros/dia. No quarto grupo predominam as ilhas do setor Sul, que possuem características semelhantes com a Ilha de João Pilatos, localizada em Ananindeua: a atividade principal é o cultivo do açaí, renda entre 1 a 2 salários mínimos, a presença de escolas e de cooperativa de barqueiros, custo em torno de cinco reais por viagem e demanda entre 249 a 1274 passageiros/dia.

A análise isolou três ilhas, que até o nível de corte, nas suas características, não se assemelham com nenhuma outra. É o caso da Ilha de Cotijuba, no setor Extremo-Oeste, da Ilha de Sororoca no setor de Ananindeua e uma ilha no Sul (Ilhinha). A Ilha de Cotijuba destaca-se das demais pela população, em função de ter no turismo a sua atividade principal e apresentar a maior demanda de viagem e o menor custo de passagem. A Ilha de Sororoca se destacou porque, na associação das variáveis, não se enquadrou em nenhum grupo, em função de sua atividade principal ser o açaí e possuir escolas. A Ilhinha tem como atividade principal o açaí e não possui escolas.

O agrupamento por setores destacou as ilhas de Cotijuba (Extremo-Oeste) e João Pilatos (Ananindeua) como ilhas que se diferenciam das demais no seu setor, pois possuem mais infraestrutura, atraindo viagens para elas. As ilhas no setor Sul não apresentaram ilha-polo, sendo que, pela sua proximidade, o porto da Palha em Belém foi reconhecido como o polo com o qual as ilhas desse setor mantêm forte relação (Figura 5).

A partir dessas considerações e da forte dependência que as ilhas de cada setor possuem com seus polos foi possível identificar um circuito que permeia essa relação, aqui denominado de **circuito de subsistência**. A Figura 6 mostra os circuitos formados entre os polos e as ilhas adjacentes. Os circuitos de subsistência são estratégias de transporte dos habitantes do circuito inferior face à exclusão social em que se encontram. Como mencionado anteriormente, não existem grandes diferenças entre as ilhas; apenas há uma estratégia de circulação para receber os auxílios

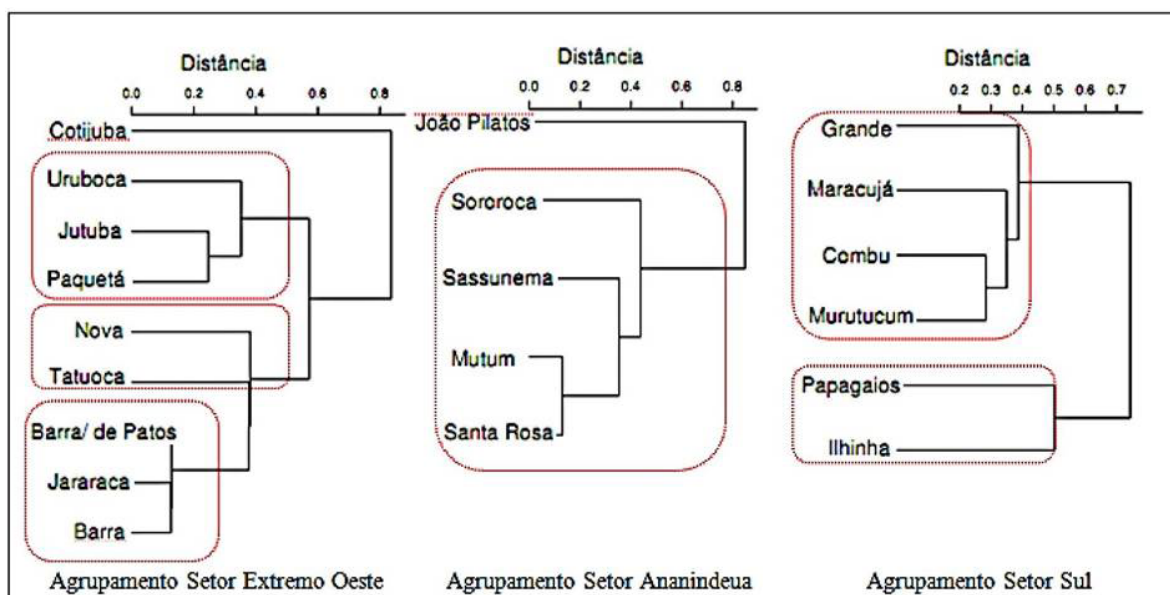


Figura 5: Dendogramas - Agrupamento por setores.

básicos de saúde, educação e transporte. Mas, dentro desse circuito, os polos, por suas conexões mais intensas com o circuito superior, podem chegar a integrá-lo na medida em que a urbanização avança, os serviços se expandem, o turismo cresce, o comércio se dinamiza e as políticas públicas os atingem.

Realizando uma análise global dos circuitos e levando em consideração que na cidade de Belém também existem circuitos superior e inferior e que a relação entre as ilhas e a capital se faz pela área periférica da cidade – a qual, por sua vez, é um circuito inferior dentro de Belém, pode-se então dizer que o circuito de subsistência formado entre as ilhas pesquisadas e seus polos é um circuito inferior (ilhas adjacentes) do inferior (ilhas polo) para outro inferior (área periférica de Belém).

Observa-se pela Figura 6 que nas ilhas do setor Sul não existe uma ilha-polo, mas sim dois polos que se encontram no continente e são responsáveis por manter o circuito de subsistência. Com a análise da infraestrutura de cada ilha desse setor foi possível dizer que a ilha de Combu se sobressai perante as demais, em virtude de ter um posto de saúde; porém, esse posto atende basicamente aos moradores da própria ilha, sendo que os habitantes das demais ilhas buscam esse e outros serviços básicos no próprio continente, principalmente pela proximidade física de Acará (comunidade de Boa Vista) e Belém (porto da Palha). Vale ressaltar que existe uma demanda para a ilha de Combu, mas não suficiente para identificá-la como ilha-polo, podendo vir a se tornar mais significativa no futuro, se for implantada infraestrutura que possa atender aos moradores das demais ilhas do setor.

De posse dessa análise, pode-se dizer que as variáveis que estão relacionadas com o que se destaca nas ilhas-polo diante das ilhas adjacentes foram: a densidade populacional, o potencial atrativo referente à infraestrutura de educação, saúde, transporte e energia geradas nas ilhas adjacentes, o potencial atrativo de viagens geradas na capital e a força política que os movimentos sociais locais possuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações das ilhas da RMB possuem similares condições de vida: baixo poder aquisitivo, saneamento básico ausente, baixo nível de escolaridade, ausência de energia elétrica na maioria das ilhas e a dependência do agroextrativismo. Nesse modo de vida, espaço e tempo diferenciam-se do tipo de vida das cidades de médio porte e das capitais. Contudo, as necessidades são as mesmas de qualquer cidadão, principalmente de serviços básicos, tais como saúde e educação, que dão condições para uma vida mais digna.

Para uma parte da população, a travessia para a capital se constitui uma rotina diária, pela necessidade de vender os recursos extraídos, efetuar compras, frequentar aulas ou realizar pequenos serviços. Para outra parcela, a frequência de travessia para a capital é considerada baixa (uma a três viagens por semana), em virtude da dificuldade de locomoção. Essa travessia é realizada em condições precárias, em embarcações próprias ou em serviços prestados por barqueiros da região, que é a forma de deslocamento da maioria da população das ilhas. Os atracadouros que servem

de embarque e desembarque, igualmente, são preocupantes, pois colocam em risco a própria segurança dos usuários. Destaca-se aqui a Ilha de Cotijuba, que possui outra realidade no que tange ao transporte, pois é atendida por uma linha regular de transporte aquaviário, oferecida pela Prefeitura Municipal de Belém, a qual opera com uma tarifa compatível com a praticada no transporte coletivo por ônibus, sendo essa uma situação que, apesar de suas deficiências, é almejada pelos moradores das demais ilhas.

A análise dos dados coletados na pesquisa de campo permitiu conhecer a dinâmica de circulação da população estudada. Entendeu-se que a dinâmica de circulação da população estudada faz-se por meio de dois grandes circuitos: **circuito de produção versus reprodução**, identificado nas viagens realizadas entre as ilhas e Belém, e o **circuito de subsistência**, identificado nas viagens realizadas entre as próprias ilhas. O circuito de produção versus reprodução reflete a teoria de Santos (1979), na qual a cidade de Belém representa o circuito superior, recebendo a produção da população ribeirinha e fornecendo os serviços de educação, saúde, bancários, informação e compras, para os habitantes das ilhas, que representam o circuito inferior.

As fortes relações que as ilhas de cada setor possuem uma com as outras possibilitaram identificar um novo circuito de circulação, chamado de circuito de subsistência, fundamental para a manutenção do estilo de vida dos ribeirinhos. O conceito do circuito de subsistência está na relação entre os polos que oferecem alguns serviços de educação, energia, saúde e maior acesso ao meio de transporte para Belém, para as ilhas adjacentes, que são desprovidas desses serviços. Desse modo, entende-se que o circuito de subsistência é parte integrante do circuito inferior e complementa o circuito de produção e reprodução existente entre a parte insular e a parte continental da RMB.

Com este estudo ficou evidenciada a ausência de políticas governamentais de fomento ao modal aquaviário, subutilizando o grande potencial natural da RMB para esse tipo de transporte, o que gera problemas, como a exclusão social da parcela da população ribeirinha que depende desse modo para se locomover. Somente com a implantação de políticas que melhorem as condições de renda é que será possível mudar esse quadro. A conquista dessas melhorias não depende apenas da força da mobilização social das mesmas, mas também da intervenção dos órgãos competentes. Observa-se que quanto mais existirem canais de comunicação entre o poder político e a população mais esta será incentivada a fazer reivindicações.

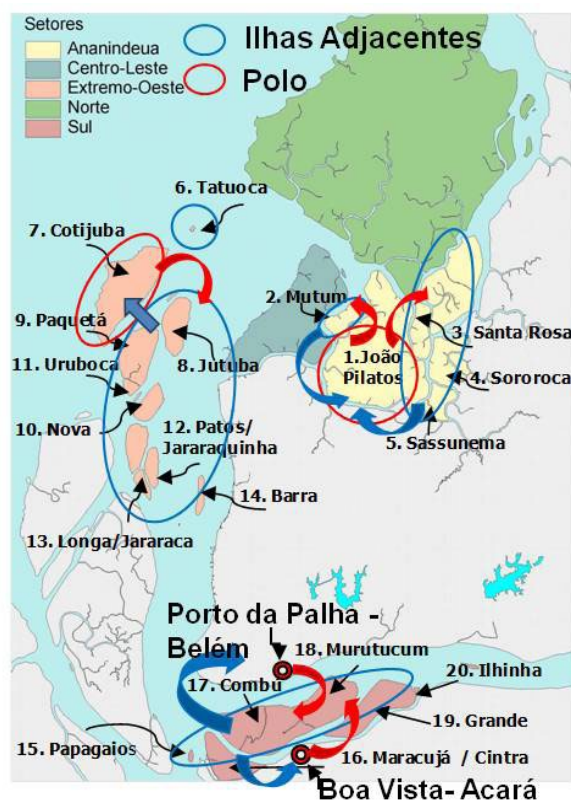


Figura 4: Dendograma - Agrupamento para todas as ilhas e por setores.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a exclusão socioespacial da população das ilhas da RMB é decorrente de um planejamento urbano e de transporte operados pela lógica do mercado, causando a divisão do espaço em função do poder de consumo e renda da população. Essa realidade faz com que a população ribeirinha busque estratégias de deslocamento para sobreviver, as quais são responsáveis pela formação do circuito de subsistência, tão peculiar ao modo de vida na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R. E.; CHAVES, E. "Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia". In: XIMENES, T (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia XXI**. Belém: NAEA, 1997. p. 407-428
- ARAÚJO, J. M. K. **Dimensão insular**. Belém: [s.n.], 1995.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FAYYAD, U.; PIATETSKY-Shapiro, G.; SMYTH, P. **From data mining to knowledge discovery in databases**. AI Magazine: Fall, 1996.
- FERREIRA, R.C.B.F. **Análise dos circuitos de**

- produção, reprodução e subsistência do transporte hidroviário de passageiros nas ilhas da região metropolitana de Belém:** uma contribuição para a revitalização do setor. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C. Cluster analysis. In: GRIMM, L. G.; YARNOLD, P. R. (Ed.). **Reading and understanding more multivariate statistics**. Washington: American Psychological Association, 2000. p. 147-205.
- IBGE (2016). **Censo Demográfico** – Resultados da Amostra. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, DF.
- SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- TRINDADE JUNIOR, S C C. “Cidadania e (re) produção do espaço urbano em Belém”. In: D’INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 271-277. ■

Ana Beatriz Oliveira Reis

A ideário do direito à cidade na identidade e atuação dos sujeitos coletivos: reflexões a partir da experiência do comitê popular da copa e das olimpíadas do Rio de Janeiro

Resumo

O ideário do direito à cidade tem sido reivindicado por diferentes sujeitos ao longo das últimas décadas em diferentes metrópoles do mundo. No âmbito teórico, Henri Lefebvre e David Harvey contribuíram para construir o conceito de direito à cidade que contempla tanto a democratização do valor de uso das cidades como a dimensão utópica na qual só a práxis revolucionária poderá determinar sua extensão. Por meio desse artigo, pretende-se verificar em que medida o ideário do direito à cidade é parte constitutiva na atuação de sujeitos coletivos urbanos na atualidade bem como qual é o conteúdo desse direito. Pretende-se fazer essa discussão por intermédio da análise qualitativa de documentos produzidos por esses sujeitos coletivos, em especial, os dossiês lançados pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, organizado nesta cidade entre 2010 e 2016.

Palavras-chave: Direito à cidade; Sujeitos coletivos; Rio de Janeiro; Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas.

Abstract

The concept of the right to the city has been claimed by different subjects over the last decades in different metropolises of the world. In the theoretical framework, Henri Lefebvre and David Harvey, contributed to construct the concept of right to the city that contemplates the democratization of the value in use of the cities as much as the utopian dimension in which only the revolutionary praxis can determine its extension. This article aims to verify to what extent the concept of the right to the city is a constituent part in the practice of urban collective subjects nowadays as well as what is the content of this right. This discussion will be provided through the qualitative assessment of documents produced by these collective subjects, especially the dossiers launched by the World Cup and Olympics Popular Committee of Rio de Janeiro organized in this city between 2010 and 2016.

Keywords: Right to the city; Collective subjects; Rio de Janeiro; World Cup and Olympics Popular Committee of Rio de Janeiro.

Ana Beatriz Oliveira Reis

é professora de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lotada no Instituto de Ciências da Sociedade (ICS). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). Especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

reis.aboliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o espaço urbano tem sido o palco de intervenções políticas em várias cidades do mundo. Diversas coletividades, com distintas formas de se organizarem e com variadas bandeiras, tomam as ruas para lutarem por mudanças, de diferentes ordens, na nossa sociedade. Do *Occupy Wall Street* às jornadas de junho de 2013 no Brasil, a qualidade de vida nas cidades foi uma pauta recorrente. Os direitos ligados à vida urbana, como o direito à moradia e à mobilidade urbana, foram defendidos ao mesmo tempo que se questionava os limites da democracia representativa.

Nesse contexto, destacam-se duas extensões da luta política no espaço urbano: além da luta por mais e melhores equipamentos urbanos, almeja-se maior participação popular nas decisões coletivas a fim de se reverter a lógica predominante da apropriação para fins privados das cidades. Percebe-se, portanto, que a reivindicação pelo direito à cidade ocupa papel central nos discursos e nas práticas dos sujeitos coletivos que protagonizam essas lutas.

No presente artigo, pretende-se verificar em que medida o ideário do direito à cidade é parte constitutiva na atuação dos sujeitos coletivos urbanos na atualidade, bem como verificar qual é o conteúdo desse direito. Pretende-se fazer essa discussão a partir da análise qualitativa de documentos, em especial, os dossiês elaborados pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, organizado na cidade do Rio de Janeiro entre 2010 e 2016.

Para essa tarefa será mobilizada a categoria “direito à cidade”, compreendida aqui não apenas como o direito às prestações materiais relacionadas às infraestruturas e aos equipamentos urbanos, mas também como a garantia à participação na elaboração do planejamento e da gestão do espaço urbano de maneira efetiva, ou seja, de forma que a população possa não apenas discutir, mas também intervir na gerência dos assuntos coletivos de maneira determinante.

A ideia não é fazer uma análise exaustiva, mas um levantamento que verifique em que medida e como o Comitê Popular acionou, de alguma maneira, o ideário do direito à cidade. O campo empírico da cidade do Rio de Janeiro apresenta materialidade específica, sendo a cidade carioca um espaço de disputa na qual o modelo de cidade global tem exercido grande influência desde a década de 1990.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, busca-se compreender o que é o direito à cidade por

meio da mobilização da obra *O direito à cidade* de Henri Lefebvre (2001) e *Cidades rebeldes* de David Harvey (2014). Na terceira será apresentado o Comitê Popular Rio Copa Olimpíadas, buscando identificar em que medida suas reivindicações e mobilizações foram legitimadas e justificadas com base no ideário do direito à cidade. Por intermédio da análise de documentos, em especial os três dossiês produzidos nos anos de 2012, 2013 e 2015, pretende-se verificar ainda qual é o conteúdo do direito à cidade mobilizado pelo Comitê Popular. Por fim, nas considerações finais deste trabalho, busca-se fazer uma reflexão sobre o direito à cidade.

Espera-se, com este artigo, contribuir para fomentar o debate acerca dos desafios do direito à cidade, em especial, no contexto do Rio de Janeiro, cujo exercício poderá pautar a construção de uma metrópole mais democrática tanto no acesso ao valor de uso da cidade quanto na participação no planejamento e na gestão do espaço urbano.

O DIREITO À CIDADE

Desde a década de 1980 é possível afirmar que a temática urbana tem ganhado cada vez mais relevância no ordenamento jurídico brasileiro. Essa assertiva se faz com base na observância da nossa legislação que consagrou no plano constitucional o capítulo inédito da política urbana nos artigos 182 e 183 da Carta Magna. No plano infraconstitucional, entre diversas inovações, destaca-se a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, que regulamentou os artigos constitucionais supracitados, prevendo instrumentos capazes de, quando aplicados, efetivar os princípios da função social da propriedade urbana e da gestão democrática das cidades que buscam uma maior igualdade no acesso ao uso do solo como também a ampliação da participação popular no planejamento urbano.

Embora a dimensão legal tenha na atualidade uma grande relevância na problemática acerca do direito à cidade, esse direito não tem sua origem no âmbito jurídico. Estudiosos de outras áreas do conhecimento foram os primeiros a definir o que o constitui, sendo a abordagem desse direito, portanto, essencialmente interdisciplinar.

O francês Henri Lefebvre, já na década de 1960, realizava estudos sobre a questão urbana e, em 1968, publica *O direito à cidade*, ensaio no qual apresenta a problemática urbana tendo como ponto de partida a industrialização e sua relação dialética com a urbanização. Sem pretender uma separação estanque dos

termos, diferencia a cidade e o urbano. Enquanto aquela é a realidade prática-sensível, este se constitui enquanto “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2001, p. 54).

Um dos aspectos mais importantes dessa abordagem é a advertência de que a cidade não é simplesmente o reflexo local da história, situando-a no meio-termo entre a “ordem próxima”, constituída pelas relações dos indivíduos em grupos médios e a “ordem distante”, relacionada às grandes e poderosas instituições (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Tal aspecto da abordagem de Lefebvre é de suma importância para este trabalho, uma vez que privilegia os atores políticos em detrimento de uma análise meramente estruturalista, baseada numa visão da macroeconomia. Conforme apontado por Mark Gottdiener, “Lefebvre não deseja dispensar a economia política, apenas quer suplementá-la com uma produção irreduzível do aspecto social (GOTTDIENER, 1983, p. 133).” Os conflitos espaciais na obra de Henri Lefebvre não são produzidos apenas pelas relações de produção. Esses surgem por meio da disputa pelo uso do espaço por diferentes atores que dão origem a diversos espaços que constituiriam o espaço social em contraposição ao espaço abstrato reproduzido nos discursos do Estado e do mercado. Esse aspecto é fundamental para que Lefebvre desenvolva uma teoria da práxis social, na qual essa prática “é elevada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais” (GOTTDIENER, 1983, p. 126).

Henri Lefebvre pondera ao final do seu ensaio que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 118).

Por meio da obra de Henri Lefebvre, auxiliado por uma abordagem própria e interdisciplinar que busca verificar o papel do espaço urbano na teoria da acumulação de Karl Marx, David Harvey analisa a expansão das grandes metrópoles no centro e na periferia do capitalismo, bem como as principais mobilizações que reivindicam o direito à cidade e que tentam resistir a cada vez maior mercantilização do espaço urbano e a privatização dos seus possíveis usos. Segundo Harvey, o direito à cidade se forja na práxis e não em alguma tradição intelectual. O que ocorre nas ruas, por meio da atuação dos diversos movimentos sociais urbanos, assume papel central nessa questão (HARVEY, 2014, p. 15).

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização (HARVEY, 2014, p.28).

Para Harvey, as lutas políticas pelo direito à cidade são fomentadas tanto por intenções visionárias como também por razões de ordem prática (HARVEY, 2014, p. 21). Por intermédio das obras de Lefebvre e Harvey seria possível compreender duas dimensões do direito à cidade, portanto. A primeira delas se relaciona ao direito das pessoas ao valor de uso da cidade, devendo esse valor sobressair ao valor de troca.¹ Nas cidades contemporâneas, que emergem no contexto do neoliberalismo, a cidade mercadoria, na qual a supervalorização do valor de troca torna-se a finalidade das atuações das iniciativas públicas e privadas, apenas aqueles que possuem alto poder aquisitivo podem acessar aos benefícios da urbanização. O valor de uso que contempla as dimensões da moradia, da mobilidade e do lazer, por exemplo, é deixado em segundo plano.

Além do direito ao valor de uso, o direito à cidade contemplaria ainda dimensão utópica que almeja a reinvenção das cidades por intermédio de perspectivas outras que não a do capital. A construção de um novo espaço urbano não encontraria respostas no passado, uma vez que nas cidades transformadas pelo avanço da industrialização a maioria da população vivia sob terríveis condições. Nesse sentido, Harvey critica Lefebvre por, em certa medida, apresentar uma visão romântica das cidades pré-capitalistas ao não descrever as condições de vida desiguais nessas cidades (HARVEY, 2014, p. 18).

Lefebvre reconhece que a revolução urbana depende do protagonismo da classe trabalhadora, uma vez que ela é única capaz de acabar com a segregação

1 Na obra *O direito à cidade*, Henri Lefebvre define valor de uso como a cidade, a vida urbana e o tempo urbano. Já o valor de troca relaciona-se aos espaços comprados e vendidos, ao consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos (LEFEBVRE, 2001, p. 35). Lefebvre defende a tese de que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (LEFEBVRE, 2001, p.14).

dirigida contra ela (LEFEBVRE, 2001, p.113). Portanto, seria o direito à cidade um direito anticapitalista por ter como objetivo último a abolição das relações de classe, embora a classe revolucionária urbana não seja composta apenas por operários fabris, como adverte David Harvey (2014, p.16).

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores da construção, mas também todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana: cuidadores e professores, os responsáveis pelos sistemas de esgoto e pelo metrô, os encanadores e eletricitistas, montadores de andaimes e operadores de guindastes, trabalhadores de restaurantes e os artistas, os caixas de banco e os administradores da cidade. Busca-se a unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inumerável (HARVEY, 2014, p. 246).

A grande questão, segundo Harvey, é saber como os movimentos poderiam se auto-organizar enquanto uma força revolucionária tendo em vista a fragmentariedade, a diversidade e a precariedade dos trabalhadores na cidade, sendo a compreensão da origem e naturezas das diversas reivindicações um relevante aspecto a ser considerado (HARVEY, 2014, p.18). A atuação dos movimentos urbanos, contudo, está envolta numa polêmica de parte da esquerda que desconsidera o potencial revolucionário dos sujeitos coletivos que reivindicam o direito à cidade por considerarem movimentos meramente reformistas por lidarem com questões específicas e não sistêmicas (HARVEY, 2014, p. 17).

David Harvey desconstrói essa ideia de parte da esquerda ao demonstrar que a urbanização, na verdade, é um tipo de fenômeno de classe, pois os excedentes da produção são extraídos de algum lugar enquanto o controle sobre seu uso é concentrado por poucas pessoas. A urbanização, portanto, teria o importante papel de absorver o excedente da produção, e reivindicar outra cidade é também se somar a luta anticapitalista (HARVEY, 2014, p. 30).

Na cidade-mercadoria do neoliberalismo, contudo, o direito à cidade tem sido exercido de forma a garantir os interesses privados de pequenos grupos de poderosos (HARVEY, 2014, p. 62). Além disso, para assegurar esses interesses, muitas vezes, é o próprio poder público (que, em tese, deveria defender o interesse de toda coletividade) que intervém no espaço urbano de forma a transformá-lo de acordo com as necessidades da acumulação.

Uma das formas de garantir as necessidades do capital é a destruição criativa das cidades. O capitalis-

mo constrói, destrói e reconstrói as cidades de forma a garantir que o excedente da produção seja sempre absorvido e que os novos rearranjos urbanísticos maximizem os lucros ao diminuir os custos da circulação. Nesse contexto, as famílias mais pobres, que detêm inexpressivos poderes político e econômicos, ficam à mercê dos interesses do mercado, sendo, por exemplo, removidas de suas casas, sem a contrapartida de uma justa indenização que garanta o direito à moradia e, em muitos casos, contra o desejo dessas famílias de permanecerem nos locais onde suas histórias foram forjadas. Essas situações revelam que o exercício do direito à cidade tem sido apropriado de maneira desigual pelos moradores das nossas metrópoles.

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estritamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p.63).

A própria organização do espaço urbano favorece ou não o exercício do direito à cidade pelas classes populares. Da Paris de Haussmann às cidades pós-modernas, verifica-se a tentativa de conter o potencial revolucionário dos trabalhadores urbanos. Além de empecilhos na própria forma da cidade, o poder público pode atuar por meio de políticas públicas que restrinjam o exercício pleno do direito à cidade das classes populares. Harvey ainda cita o exemplo das Unidades de Política Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro como uma forma de manter as populações insatisfeitas sob controle (HARVEY, 2014, p. 212).

No contexto da cidade-mercadoria, no qual o direito à cidade é apropriado por poucos e os trabalhadores urbanos são cada vez mais heterogêneos e fragmentados, faz-se necessário pensar novas formas de luta pela transformação do espaço urbano. Para Harvey, “a associação entre pessoas e lugares torna-se extremamente importante como fato de laços comum” (HARVEY, 2014, p. 260). Em outras palavras, apesar da urbanização neoliberal, seria possível construir processos políticos por meio da convergência dos diversos interesses segmentados no âmbito do espaço urbano.

Essa, porém, não é a receita final sobre como as diversas coletividades presentes nas cidades podem se organizar para a luta anticapitalista. Somente a práxis poderá informar quais são as peculiaridades das lutas urbanas na atualidade e quais os desafios particulares de cada cidade. Nesse sentido, a experiência da atu-

ação do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas poderá nos fornecer mais e melhores elementos para essa discussão na próxima seção.

O COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO

Para conhecer um pouco mais da dinâmica do direito à cidade no Rio de Janeiro, passamos a analisar a atuação do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas que foi, nos últimos seis anos (2010-2016), um importante articulador das lutas urbanas nessa cidade.

O Comitê Popular se formou no contexto dos megaeventos esportivos, que se iniciaram em 2007 com a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro e que, desde aquela época, já buscavam legitimar a construção de uma cidade de acordo com o modelo neoliberal denominado Cidade Global.² O enfrentamento a esse modelo foi feito de forma articulada com movimentos de outras cidades do país, em especial, com os comitês populares das capitais que também foram sedes da Copa do Mundo de futebol no ano de 2014.

A atuação do Comitê Popular buscou a ampliação do debate sobre qual deveria ser o legado desses megaeventos para a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a experiência de outras cidades no mundo apontava que os benefícios da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas são apropriados por poucos. Embora num primeiro momento essa luta pudesse parecer radicalmente contra a realização desses megaeventos e, de certa forma, foi, uma vez que se tratava de eventos baseados numa lógica mercantilista e excludente, o Comitê Popular pautava ainda a necessidade de construção de um projeto de Copa do Mundo e Olimpíadas que respeitasse os Direitos Humanos e que promovesse o direito à cidade (DOSSIÊ 2012, p. 5).

O primeiro site do Comitê³, cujas primeiras postagens são do mês de março de 2011, faz referência a um importante evento que influenciou sua criação: o Fórum Social Urbano, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em março de 2010. Nesse fórum, foi ela-

borada a Carta do Fórum Social Urbano que, já no título, fazia referência à luta pelo direito à cidade, pela democracia e justiça urbanas.⁴

Nessa Carta, o direito à cidade é compreendido como um direito coletivo de todas as pessoas. Sua definição, contudo, não aparece de forma específica, sendo reivindicado ao lado de outras bandeiras, como a função social da propriedade e da cidade, o fortalecimento dos espaços institucionais mais representativos e mobilidade urbana.

A partir de então, o Comitê Popular começou a se organizar como o catalisador de diversos coletivos na cidade, como movimentos sociais, ONG's, instituições acadêmicas, lideranças populares, bem como aquelas pessoas que foram atingidas diretamente pelas ações da prefeitura voltadas à preparação da cidade para os megaeventos. Para que a resistência ao projeto olímpico de cidade fosse bem-sucedida, o Comitê Popular se reunia quinzenalmente por meio de plenárias. Além dessas plenárias, foram realizados cursos de formação, atos públicos e organizados materiais informativos.

Entre os legados do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, destaca-se a elaboração de dossiês que, além de divulgarem as lutas urbanas construídas por esse sujeito coletivo, denunciam as diversas violações ao direito à cidade ocorridas durante a preparação para os megaeventos. Esses documentos foram criados a partir da contribuição dos integrantes do Comitê Popular. Ao todo, foram lançados três dossiês: o dossiê de 2012, de 2013 e de 2015.

O primeiro dossiê do Comitê, com o título "Megaeventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro" foi lançado em março de 2012. Esse documento foi elaborado tendo em vista a iniciativa da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas que, em 2011, lançou um dossiê de caráter nacional nos mesmos moldes. Nesse documento estão presentes ainda os resultados da missão feita pela Plataforma DhESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – no ano de 2011 na cidade do Rio de Janeiro.⁵

⁴ Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/carta-do-forum-social-urbano/>. Acesso em fev/2017.

⁵ Conforme descrição apresentada pela UNESCO "A DhESCA Brasil é uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil que visa promover os Direitos Humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais como direitos humanos em seu conjunto universais, indivisíveis e interdependentes, articulados ao aprofundamento e radicalização da democracia e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Constitui-se no Capítulo Brasileiro da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). A Plataforma publicou

² O conceito de "cidade global" que é atribuído a holandesa Saskia Sassen. Barbara Freitag, por intermédio da obra da professora holandesa, ao definir o que é a cidade global, afirma que "essas grandes cidades fornecem as infraestrutura necessária para a economia mundial, para que esta possa realizar as transações necessárias de capital e mercadorias. (FREITAG, 2012, p. 118)

³ Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/>. Acesso em fev/2017.

Além de apresentar um panorama da violação dos Direitos Humanos na cidade, ao divulgar o legado dos Jogos Pan-Americanos 2007 no âmbito da moradia, por exemplo, esse documento mostra um viés propositivo ao pautar a necessidade de construir um novo modelo de cidade, bem como ao apontar qual deveria ser o legado dos megaeventos para o Rio de Janeiro.

No que tange ao direito à moradia, foram abordadas as questões das remoções e do acesso à justiça dos ocupantes de determinadas áreas que não estavam sendo citados nos processos de desapropriação propostos pelo município do Rio de Janeiro. A questão da mobilidade, também tratada no dossiê, articulou-se à questão da moradia diante das remoções justificadas pela construção dos corredores de BRT's, em especial, os corredores Transcarioca e o Transoeste. A questão do trabalho apontou os baixos salários e as condições precárias dos trabalhadores das obras voltadas para os megaeventos, entre elas, a reforma do Estádio do Maracanã.

Outras pautas, não menos importantes, também foram tratadas, como esportes, segurança pública, informação e participação, cultura, orçamento e finanças, além de apresentada as iniciativas de resistência e as propostas. Em síntese, o panorama apresentado pelo Comitê Popular apontou um projeto olímpico privatista e excludente que já intensificava, naquela época, a desigualdade e a segregação no espaço urbano carioca.

O dossiê de 2012 apresenta ainda uma noção de direito à cidade genérica, apesar de, ao mesmo tempo, abrangente, pois elenca diversas nuances desse direito. Importante ressaltar que, em alguns momentos, é adicionado o adjetivo “coletivo” à expressão “direito à cidade”.

O Dossiê denuncia o processo de violação do direito à moradia e fala do desrespeito, pelas autoridades, do direito dos cidadãos e cidadãs de terem acesso à informação e a participar nos processos decisórios. Fala da subordinação dos interesses públicos aos interesses de entidades privadas (entre as quais destacam-se o Comitê Olímpico Internacional e grandes corporações), fala do desrespeito sistemático à legislação urbana e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho, fala do desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados às prioridades da população. Enfim, fala da violação do direito à cidade (DOSSIÊ 2012, p.5)

o Relatório Nacional em Direito à Educação.” Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-shs/dhesca-brasil/> Acesso em fev/2017.

A definição de direito à cidade é ainda exposta como “o direito dos cidadãos e cidadãs participarem das discussões e decisões relacionadas à cidade na qual vivem” (DOSSIÊ 2012, p.5), relacionando esse direito à participação.

O segundo dossiê, cujo título é o mesmo do anterior, lançado em maio de 2013, já apresenta dados empíricos sobre as intervenções do poder público na cidade do Rio de Janeiro justificadas pela realização dos megaeventos esportivos. Nessa época, a aproximação da Copa do Mundo intensifica as intervenções urbanas promovidas pela prefeitura e, conseqüentemente, a exclusão social decorrente dessas obras. Esse documento apresenta as mesmas definições acerca do direito à cidade presentes no dossiê lançado em 2012.

O último dossiê, lançado no ano de 2015, foi elaborado após a realização da Copa do Mundo, sendo essa a maior versão, com 192 páginas. Esse dossiê é definido como importante elemento na luta pelo direito à cidade (DOSSIÊ 2015, p.9). Tal documento não apresenta a definição de direito à cidade recorrente nos outros dois dossiês de 2012 e 2013. Contudo, esse direito é acionado muitas vezes ao lado de outros direitos, como o direito à mobilidade urbana, direito dos trabalhadores informais, das populações de rua e o direito ao esporte.

Além dos dossiês, houve outras iniciativas que reivindicaram o direito à cidade, como a passeata no centro do Rio de Janeiro em 25 de março de 2011, sendo esse o dia internacional da luta pelo direito à cidade. No mês de maio de 2011, ocorreu ainda a missão do Relator do direito à cidade da Plataforma DhESCA, professor Orlando Santos Jr. Embora na descrição dos demais eventos catalogados pelo Comitê ao longo desses 6 anos de atuação consta que somente essas duas atividades utilizaram, explicitamente, a expressão “direito à cidade,” não significa que a reivindicação por esse direito tenha deixado de ser uma das bandeiras do comitê. Essa questão será abordada na próxima seção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada a abordagem teórica sobre o direito à cidade por meio das obras de Henri Lefebvre e David Harvey, bem como resgatada a trajetória da atuação do Comitê Popular Rio Copa Olimpíadas de 2010 a 2016, faz-se agora algumas considerações sobre o que a experiência carioca pode nos apontar sobre esse direito.

Por intermédio da leitura dos dossiês do Comitê Popular, ressalta-se um primeiro aspecto sobre como o ideário direito à cidade é apropriado por esse sujei-

to coletivo. Em nenhum momento foi feita qualquer referência normativa a esse direito. Não se reivindicou o direito à cidade com base em algum artigo expresso da Constituição Federal ou, tampouco, no Estatuto da Cidade. Essas normas são citadas para ratificar outros direitos ou questionar a omissão do poder público diante da violação dos Direitos Humanos.

Tal aspecto suscita, ao menos, duas questões. A primeira delas é que, embora muitos possam reconhecer que o direito à cidade tenha sido consagrado no nosso ordenamento a partir da constituição de 1988, de fato, não houve uma definição do que seja esse direito. Mas esse não é apenas um mero caso de omissão da legislação. Se considerarmos a abordagem de Lefebvre e Harvey, que apontam a dimensão utópica desse direito, torna-se muito difícil definir com precisão o conteúdo do que seja o direito à cidade.

Outra questão é questionar até que ponto a definição de um conteúdo normativo favorece o exercício desse direito pelos sujeitos coletivos urbanos que almejam a transformação radical das cidades. Em primeiro lugar, a positivação de alguns direitos possui muitas vezes um caráter mais simbólico que sequer pretende corresponder à real efetividade. Isso fica evidente em muitas passagens dos dossiês em que algumas garantias legais são citadas e, logo a seguir, são expostas situações de descumprimento das normas e a frequente inércia do poder público quando, muitas vezes, é o próprio Estado quem viola direitos. Em segundo lugar, um conteúdo legal do direito à cidade poderia limitar as possibilidades de se construir esse direito por meio da prática, condicionando de alguma forma a atuação e as reivindicações dos sujeitos coletivos urbanos a determinado dispositivo legal.

Um seguinte aspecto que merece a nossa atenção é que, embora o direito à cidade seja reivindicado pelo Comitê Popular, ele é abordado de forma genérica. Ao falar do direito à cidade, muitas vezes, recorre-se a outros direitos, como o direito à moradia, ao esporte, à mobilidade, à participação. O direito à cidade é colocado como uma espécie de “guarda-chuva” que abrangeria tudo isso.

Esse fato pode ser também relacionado à concepção de direito à cidade encontrada em Lefebvre e Harvey, a qual atribui duas dimensões para esse direito já abordadas na primeira seção deste trabalho: aquela relacionada ao valor de uso da cidade e a outra relacionada a dimensão utópica na qual só a práxis revolucionária poderá revelar seu verdadeiro conteúdo. Os direitos materiais reivindicados pelo comitê buscam a efetivação do direito à cidade a partir da maior igualdade no acesso à cidade e aos bens coleti-

vamente produzidos pelos trabalhadores urbanos em suas diferentes atividades.

A dimensão utópica, contudo, é mais difícil de ser definida, pois essa está relacionada a uma cidade do Rio de Janeiro que nunca existiu. Além disso, o avanço do neoliberalismo e processo de mercantilização das cidades tornam a construção dessa cidade um sonho mais distante.

A dificuldade em se construir uma bandeira pelo direito à cidade mais específica pode apontar certa limitação no exercício desse direito, tendo-se como consideração que esse tem sido apropriado por uma pequena parcela da população. Isso ficou evidente nas denúncias feitas pelo Comitê Popular que mapeou a violação dos Direitos Humanos na cidade intensificada durante a preparação para os megaeventos. Legitimados pelos discursos dos possíveis legados positivos desses eventos, o poder público e o mercado atuaram de forma conjunta reinventando a cidade de acordo com os seus mais profundos desejos, em detrimento de comunidades inteiras que tiveram suas casas destruídas.

As intervenções urbanísticas realizadas durante a preparação para os megaeventos fizeram expor a fragilidades das nossas leis e das nossas instituições, prevalecendo a vontade do mercado em vários momentos. Nesse sentido, a dimensão participativa, associada ao direito à cidade pelo Comitê Popular em algumas passagens dos dossiês, encontra muita dificuldade de sobressair tendo em vista os problemas da nossa democracia representativa. Essa dimensão ainda é muito negligenciada mesmo com a promulgação do princípio da Gestão Democrática das Cidades no Estatuto da Cidade de 2001. A ampliação da participação no planejamento e na gestão urbanos, portanto, talvez esteja mais próxima da dimensão utópica do direito à cidade.

Logo, pensar qual o modelo de cidade desejamos, sem a pretensão de trabalhar em cima de esquemas fechados, pode ser um ponto de partida na luta pelo direito à cidade. O outro aspecto, já apontado por Lefebvre, é a práxis revolucionária que, segundo Harvey, deverá unir os diferentes trabalhadores das cidades, nas suas mais diversas ocupações, em torno de um projeto de cidade comum. Nesse sentido, a atuação do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas contribuiu de forma significativa ao dar visibilidade à violação dos Direitos Humanos no espaço urbano carioca durante os seis anos de atuação. Além disso, ao problematizar qual deveria ser o legado do projeto olímpico, desconstrói-se o discurso de um projeto hegemônico de cidade, em que poucos se apropriam do direito à cidade, enquanto único horizonte possível, colocando para o debate público outras

alternativas.

Essas considerações apresentadas sobre o direito à cidade não se pretendem conclusivas. Desejamos apenas fomentar discussões que poderão favorecer a apropriação desse direito pelos sujeitos coletivos que buscam construir cidades menos desiguais e mais plurais.

REFERÊNCIAS

- CARTA DO FÓRUM SOCIAL URBANO, ANO DE 2010. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/carta-do-forum-social-urbano/> Acesso em fev./2017.
- COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS (março/2011 - setembro/2013). Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/> Acesso em fev./2017.
- COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS (setembro/2013 – dias atuais). Disponível em <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/> Acesso em fev./2017.
- DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO, ANO DE 2012. Disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>. Acesso em fev./2017.
- DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO, ANO DE 2013. Disponível em https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf. Acesso em fev./2017.
- DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO, ANO DE 2015. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf>. Acesso em fev./2017.
- GOTTDINNER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1983.
- FREITAG, Bárbara. **Teoria das Cidades**. 4ed. Campinas: Papirus, 2012.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. ■

Mariana Luscher Albinati

Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária carioca

uma articulação utilitária

Resumo

A construção discursiva da Zona Portuária carioca como um vazio urbano, espaço decadente econômica e socialmente, contrasta sobremaneira com os registros históricos sobre a pujança da vida social produzida em torno do Porto do Rio de Janeiro até meados do século XX. O artigo se debruça sobre duas diferentes imagens da região elaboradas e veiculadas a partir de interesses diversos: por um lado, a imagem de um espaço esvaziado e degradado, como justificativa para as intervenções urbanas de caráter mercadológico; por outro, a de uma centralidade histórica e cultural, demandando processos de patrimonialização. Por fim, analisa a estratégia da intervenção urbana em curso na região, o projeto Porto Maravilha, no qual ambas as versões se combinam em um amálgama discursivo que se apropria da cultura como recurso, escamoteando os conflitos produzidos no bojo das lutas por reconhecimento.

Palavras-chave: Revitalização; Patrimônio; Reafricanização; Reconhecimento; Porto Maravilha.

Abstract

The discursive construction of Zona Portuária, a Rio's port portrayed as "urban empty" and his both economically and socially decadent space highly counterpoints with the historical records regarding the social life's energy produced around the Rio's harbour in the commencement of XX century. This article focuses on two different elaborated images of the circumscribed place produced by plural interests: on one hand the image of an empty and degraded space as a proof in order to urban market interferences and on the other hand the image of a historical and cultural centrality, that demands heritage practices. Ultimately, it analyses the urban intervention's strategy in course on the place, the so-called Porto Maravilha project, of which both images combines into a discursive amalgam that appropriates of culture as a resource and hides the acquired conflicts of recognition wrestles.

Keywords: Revitalization; Heritage; Re-africanization; Recognition; Porto Maravilha.

Mariana Luscher Albinati

é doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC), no Setor de Estudos em Políticas Culturais. Participa da coordenação do Programa de Formação Permanente Direitos Culturais e o Direito à Cidade na Universidade Federal Fluminense.

marianalbinati@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A extensa produção intelectual sobre a região do Porto do Rio de Janeiro sinaliza a relevância cultural desse território que, de principal centralidade (econômica, política e cultural) do Brasil no período colonial e na Primeira República, foi transmutado pela retórica contemporânea que busca justificar intervenções na região, em uma espécie de grande vazio urbano, degenerado (que se regenere!) e sem vida (que se revitalize!). Inumeráveis são os textos e representações artísticas que narram ou reproduzem histórias que tiveram lugar no Porto do Rio de Janeiro e seu entorno. Na produção acadêmica, muitos trabalhos tratam de reconstituir e analisar fenômenos que revelam não apenas a importância econômica mas também social e cultural daquele espaço, como é de esperar de uma região portuária em momentos de centralidade do transporte e da comunicação por via marítima.

A Zona Portuária do Rio de Janeiro, onde, desde 2010, vem sendo implantada a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, constitui um rico laboratório para a observação das transformações na produção capitalista do espaço e da sua configuração atual, notadamente no que diz respeito ao processo de desvalorização e revalorização de localidades urbanas, associado à generalização nos dias atuais do processo de gentrificação de bairros populares e do uso da cultura como recurso nos grandes projetos urbanos.

A complexidade da configuração social da região é narrada na propaganda oficial do projeto Porto Maravilha na forma de uma síntese histórica e cultural, pacífica e passada, que compõe a imagem de um produto vendável: “tradição e história com frente para o mar”, nas palavras de Sérgio Dias, ex-secretário de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (ANDRE-ATTA, 2010). O mesmo discurso oficial que afirma o valor histórico e tradicional da região constrói a ideia de vazio, criando um hiato temporal que preenche o intervalo entre o início do século XX, quando se deu a reforma urbana capitaneada pelo prefeito Pereira Passos, e o início do século XXI, quando está sendo concretizado o Porto Maravilha.

A cultura comparece como elemento central nos projetos conduzidos sob o ideário do empreendedorismo urbano, notadamente na produção de uma imagem da cidade e de sua população que sirva simultaneamente para “vender” a cidade para seu público externo (investidores, turistas etc.) e para gerar a adesão do público interno – os cidadãos – aos projetos urbanos. Dessa forma, práticas culturais de diferentes grupos sociais, lidas e reinterpretadas pelos grupos dominantes, são selecionadas, pinçadas e co-

ladas em função da produção de uma imagem-síntese da cidade e de sua população, que, em geral, promove a celebração da diversidade cultural escamoteando as diferenças e desigualdades que determinam a existência dos vários modos de vida urbanos.

No entanto, a dimensão cultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro, em que se apoia muitas vezes essa nova etapa de “regeneração urbana”, ultrapassa em muito a síntese celebrativa da diversidade que vem sendo elaborada nas estratégias de apropriação do lugar pelo mercado. A relevância mundial do patrimônio ligado à história do tráfico de africanos escravizados e as narrativas ligadas à criação e à disseminação de expressões da cultura afro-brasileira são alguns dos aspectos que complexificam muito esse quadro.

O entendimento da região do Porto como um “problema” urbano, simultâneo ao seu entendimento como “oportunidade” de investimento para os agentes do mercado imobiliário, coincide com algumas importantes transformações na dinâmica urbana da região, relacionadas em grande medida à reorganização capitalista do espaço. Mariana Werneck destaca três fatores que condicionaram a transformação nos usos da região, especialmente a partir da década de 1970: a inadequação da estrutura portuária às novas demandas do transporte em contêineres, deixando ociosa parte das instalações do Porto; a transferência da capital do país para Brasília, levando à subutilização dos imóveis federais, muito presentes na região; a migração da maior parte das indústrias da região para as áreas de expansão da cidade (WERNECK, 2016).

Nessa nova conjuntura, semelhante à que se desenhava em outras partes do mundo capitalista (DINIZ, 2013), a Zona Portuária carioca tornou-se cenário de um movimento de convergência entre os interesses de acumulação na etapa flexível do capitalismo e as novas formas do planejamento urbano competitivo, informadas pelo ideário neoliberal. Nesse contexto surgem os primeiros projetos de recuperação do dinamismo econômico e urbano da Zona Portuária carioca.

Enquanto do ponto de vista dos agentes do mercado a região se consolidava como um “problema” pela perda do dinamismo econômico e como “oportunidade” pela possibilidade de sua reapropriação capitalista, do ponto de vista dos grupos das classes populares que viviam nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, a nova configuração local produzia um espaço favorável para a sua reprodução social (WERNECK, 2016). A permanência desses grupos das classes populares na região, que possibilitou a criação e reprodução de práticas culturais, bem como de narrativas históricas paralelas ao discurso domi-

nante, é ignorada pela retórica que constrói a imagem da Zona Portuária como espaço de abandono e degradação.

O período de refluxo econômico da região, entre as décadas de 1970 e 2000, foi marcado, por um lado, pela produção de um discurso que buscava justificar os projetos de intervenção urbana de caráter mercadológico, capitaneados por agentes do mercado associados aos governos. Por outro lado, agentes que tinham naquele território seu espaço de vida e/ou referências de memórias pessoais e coletivas construíram a imagem da região como uma centralidade histórica e cultural, justificando esforços no sentido de sua patrimonialização.

No sentido da justificação das intervenções urbanas, a região do entorno do Porto do Rio de Janeiro foi construída discursivamente como um vazio urbano, uma zona de usos degradados (com frequente referência a serviços marginalizados, como a prostituição e os botecos), espaço decadente econômica e socialmente. Essa imagem contrasta sobremaneira com os registros históricos sobre a pujança da vida social em torno do Porto até meados do século XX, que, conforme o discurso revitalizador, teria sido apagada nesse intervalo de aproximadamente meio século. Esse discurso, repetido até os anos recentes, com a implantação do projeto Porto Maravilha, pretendia justificar perante a opinião pública a necessidade imperativa de uma intervenção na Zona Portuária. Como destaca João Domingues, “esta noção de espaço degradado constrói um certo sentido de fatalidade que será o arcabouço moral da necessidade de sua recuperação, como que se o espaço ora perdido pudesse ser reconquistado para o conjunto da cidade” (DOMINGUES, 2015, p.72).

Enquanto as coalizões de poder se revezavam à frente do projeto de “reconquista” da região, apoiadas na retórica do vazio urbano, outros agentes, partindo de relações de territorialidade outras, investiram na construção de discursos que contrariam a ideia do vazio, base dos projetos revitalizadores, afirmando a existência, nos bairros portuários, de uma centralidade cultural marcada ora pelas diferentes expressões da cultura negra e da história da população afrodescendente no Brasil, ora pelo patrimônio histórico branco, associado a uma população de ascendência ibérica.

No momento contemporâneo, com a implantação do Porto Maravilha, os discursos sobre o vazio degradado e a centralidade cultural foram mesclados, em um amálgama no qual a cultura é tomada como capital simbólico coletivo (HARVEY, 2005), passível de apropriação pelas estratégias espaciais do capitalismo neoliberal. A degradação e o vazio compõem

como justificativa para a reapropriação capitalista da área, enquanto a cultura comparece como recurso para a consecução desse objetivo, dentro de uma estratégia informada pelo planejamento estratégico da década de 1990 e por novos valores urbanos das cidades criativas. Porém, esse uso da cultura como recurso adquire contornos muito especiais no caso da apropriação da cultura negra como elemento do projeto urbano, provocando tensionamentos e negociações com seus agentes em sua luta por reconhecimento.

ENTRE O VAZIO URBANO E A CENTRALIDADE CULTURAL

O projeto pioneiro, no sentido da reapropriação capitalista da Zona Portuária apoiada na ideia do esvaziamento socioeconômico daquele espaço, foi o do Centro Internacional de Comércio, formulado por um grupo de empresários ligados à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), e se justificava pela necessidade de superação da crise econômica vivida pelo país na década de 1980, em uma tentativa de devolver ao Porto a relevância econômica perdida, através de uma “reciclagem urbanística” que envolvia propostas de estímulo ao comércio exterior associado ao turismo e ao lazer. Embora as negociações em torno do projeto tenham se estendido por vários anos, envolvendo a Prefeitura e a Companhia das Docas, por fim o Centro Internacional não foi concretizado (WERNECK, 2016).

Ao longo da década de 1980, a cultura não chegou a ser pensada como recurso, no sentido formulado por George Yúdice (2006), como elemento agregador de valor (de troca) aos projetos para a região. Ao menos não de forma central, como se pôde observar na década posterior, embora já houvesse no projeto pioneiro a previsão de equipamentos de lazer para atração de fluxos turísticos. A incorporação da cultura como recurso central nos projetos urbanos tornou-se prática disseminada somente anos mais tarde, com a divulgação do ideário do planejamento estratégico para as cidades com aspirações globais.

No mesmo período, outros discursos emergiam no campo de disputas em torno dos significados e da imagem pública da Zona Portuária. Simone Vassalo (2014) destaca a década de 1980 como período em que o discurso da democracia racial brasileira, que havia se tornado hegemônico a partir dos anos 1930, passou a ser enfrentado internamente a partir de um contexto internacional de afirmação dos direitos culturais dos grupos subordinados ou minorias étnicas. Nesse contexto, segundo a autora, “os movimentos

sociais, recentemente reorganizados, começavam a incorporar as interpretações políticas das noções de patrimônio e cultura, veiculadas internacionalmente como fonte de reivindicação de direitos diante do Estado” (VASSALO, 2014, p.7).

Assim, começam a vir à tona os fatos históricos que associam os bairros portuários e outros do entorno (Estácio, Cidade Nova, Praça Onze) à disseminação de uma cultura afro-brasileira, movimento que Vassalo (2014) descreve como “processo de reafirmação” da região e da cidade. A autora toma como marcos desse processo, nos anos 1980, a publicação do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, de Roberto Moura (1983), e o tombamento da Pedra do Sal, feito provisoriamente em 1984 e definitivamente em 1987. Roberta Sampaio Guimarães (2014) cita ainda outros marcos, como a inauguração da Escola Tia Ciata, na qual já se ensinava história afro-brasileira (em 1985), a inauguração do busto de Zumbi dos Palmares na Avenida Presidente Vargas e do Centro Cultural José Bonifácio, dedicado à preservação e difusão da memória negra, ambos em 1986 (GUIMARÃES, 2014).

A despeito de terem acontecido em um mesmo período, ao longo da década de 1980, parece não ter havido aproximação entre as articulações do empresariado voltadas para a afirmação internacional da cidade como polo comercial e as articulações dos militantes do movimento negro e pesquisadores visando à afirmação da centralidade da região portuária na produção cultural afrodescendente. A literatura também não revela que tenha havido oposição entre essas duas movimentações distintas, levando a crer que tenham caminhado paralelamente, deixando para processos futuros a tarefa de realizar a complexa articulação entre políticas de memória e de desenvolvimento econômico, como será feito sobretudo a partir dos anos 2000.

Um terceiro agente surge na disputa pelo território do entorno do Porto, que o projeto do Centro Internacional instaura: os moradores dos bairros portuários, que, contrariando a imagem de vazio e degradação que já se afirmava à época nos grandes meios de comunicação, tiveram uma atuação importante na definição dos rumos da Zona Portuária. Simone Vassalo¹ destaca, nesse sentido, o papel desempenhado pela Associação de Moradores da Saúde que, diante da movimentação de alguns agentes pela revitalização da região, procurou inserir os moradores no de-

bate sobre o futuro da Zona Portuária. A pauta desse novo grupo de agentes, os moradores da Saúde, era o impedimento da demolição de imóveis históricos e, para tanto, a afirmação da importância histórica do bairro e entorno. O grupo realizou pesquisas que sustentaram haver ali, enterrados, o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, marcos históricos do tráfico de africanos escravizados.

O trabalho da Associação, segundo Vassalo, foi fundamental na criação da Área de Proteção ao Ambiente Cultural Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA SAGAS / Lei nº 971 de 1987). A principal questão desses agentes então era a preservação dos imóveis históricos e da tipologia das edificações, de modo a garantir que o cenário no qual predominavam sobrados residenciais e pequeno comércio não fosse descaracterizado, inviabilizando a permanência dos moradores.

A mobilização pela criação da APA SAGAS segue as elaborações discursivas e técnicas iniciadas anos antes, com o projeto Corredor Cultural do Centro (inaugurado em 1984), que, segundo Leopoldo Guilherme Pio (2014), foi um marco na mudança da visão progressista/modernista, até então hegemônica no urbanismo carioca, para um entendimento acerca do patrimônio histórico que valoriza a memória urbana. O projeto marca ainda, conforme Clarissa da Costa Moreira (2005), o processo de “retorno ao Centro”, refletindo no contexto carioca um fenômeno de escala mundial. Embora tenha sido mantido por duas décadas, até a última gestão do prefeito Cesar Maia, o Corredor Cultural foi engolido na gestão posterior, do prefeito Eduardo Paes, pela nova política de patrimônio que visava zelar pelo título (outorgado pela Unesco em 2012 à capital carioca) de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana.

A criação da APA SAGAS, já inserida em um contexto internacional de “retorno ao Centro”, marcado pela criação do Corredor Cultural, teve um papel central na visibilização do patrimônio edificado remanescente nos bairros portuários. Essa guinada patrimonialista redefine as estratégias dos agentes interessados na “renovação” da Zona Portuária, até então inspirados no desejo de *tabula rasa* conforme Moreira (2005), que, a partir da nova legislação (e dos discursos subjacentes), precisam considerar também a necessidade de “preservação” de certos bens reconhecidos como guardiões da memória local.

Vale ressaltar que, entre as décadas de 1980 e 2000, o campo do patrimônio cultural passou por importantes revisões de conceitos e práticas que repercutiram em grande medida no processo de patrimonialização da Zona Portuária carioca. Essas

¹ Afirmação feita durante a oficina O Processo de Patrimonialização do Cais do Valongo, ministrada por Vassalo e organizada pelo Instituto Pretos Novos, no dia 12/04/2016, no Centro Cultural José Bonifácio.

mudanças podem ser compreendidas dentro do processo de reformulação do conceito de cidadania, que, a partir da década de 1960 e, no Brasil, mais fortemente a partir da redemocratização, passou a incorporar as demandas por reconhecimento de grupos culturalmente subordinados.

Outra referência importante para essas transformações na lida com o patrimônio cultural e com a memória da população negra no Brasil foram as discussões travadas em todo o país durante a década de 1980, por ocasião do centenário da abolição da escravidão, que evidenciaram a precariedade ou ausência de políticas que tivessem feito avançar, nesse século sem escravidão, as condições reais de exercício da cidadania pelos negros (GUIMARÃES, 2014).

Nesse sentido, destacam-se, na década de 1980, as primeiras ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – reconhecendo o valor cultural de bens imóveis ligados à cultura afrodescendente e não apenas a aspectos da cultura europeia. Vassalo acredita ter sido esse contexto, de emergência das lutas por reconhecimento de identidades subordinadas, “que propiciou o início das leituras etnicizantes do bairro da Saúde, ou seja, o seu entendimento como um território negro” (VASSALO, 2014, p.8).

A partir da década de 1990, diversos projetos² foram elaborados assumindo o discurso da “revitalização” da Zona Portuária, termo que, após recorrentes críticas no campo acadêmico, terminou por cair em desuso. Em sua maioria, esses projetos sequer começaram a ser implementados. Alguns interesses conflitantes, que ficaram patentes nas negociações em torno do projeto do Centro Internacional de Comércio na década anterior, moveram propostas com diferentes escopos, desde aquelas voltadas para a reestruturação do Porto e recuperação da atividade portuária, a partir dos interesses da Companhia Docas e do Governo Federal, às que visavam a produção de novos usos, notadamente a partir de interesses de grupos empresariais, até projetos voltados para o adensamento populacional da região, inclusive com a promoção de habitação de interesse social (WERNECK, 2016; MOREIRA, 2005).

Os sucessivos projetos se justificam a partir de um imaginário, em grande parte formulado pelos meios de comunicação de massa, no qual os bairros portuários aparecem como áreas abandonadas e de-

gradadas associadas, portanto, à insegurança e à criminalidade, que colocam em risco, mais do que os moradores e trabalhadores da região, então invisibilizados, o patrimônio histórico local, cuja existência e importância esses veículos passaram a reconhecer.

Em um contexto marcado pela crescente culturalização da economia, pela desindustrialização e por formas flexíveis de produção características do capitalismo pós-fordista, os aspectos culturais passam a ser cada vez mais considerados nos planos urbanos. Na década de 1990, consolidam-se os modelos globais do empreendedorismo urbano que vão pautar o planejamento em várias das capitais brasileiras desde então. No Rio de Janeiro, esses modelos foram assimilados, produzindo inclusive um Plano Estratégico da cidade, homologado em 1995, que priorizava a revitalização da Zona Portuária.

No que tange ao processo de reafrikanização da região portuária, conforme Vassalo (2014), o ano de 1996 trouxe um dado relevante, com a descoberta acidental do Cemitério dos Pretos Novos, criado em 1769 e extinto em 1830, cuja localização precisa já não era conhecida, depois de mais de um século de transformações naquele tecido urbano. O sítio arqueológico foi desenterrado durante as obras em uma casa de propriedade privada, onde viria a ser fundado o Instituto e Memorial dos Pretos Novos, não havendo relatos de qualquer articulação entre a descoberta arqueológica e os planos que vinham sendo elaborados pelo poder municipal para a área portuária. Essa articulação se deu anos mais tarde, como veremos, já no âmbito do projeto Porto do Rio.

Embora poucos projetos do Plano Estratégico do Rio de Janeiro – PECRJ – tenham sido implantados, pode-se dizer que o resultado mais palpável do período foi o assentamento das bases ideológicas do planejamento neoliberal na cidade, com a emergência de uma abordagem culturalista da cidade (DOMINGUES, 2015), que se fazia presente no projeto Porto do Rio, inaugurado em 2001. Ao longo das duas gestões de Cesar Maia, algumas características do projeto neoliberal de reconversão de usos da Zona Portuária se afirmaram, tendo o aspecto simbólico-cultural como recurso central, em especial através da construção de equipamentos culturais como “âncoras” do processo de revitalização – o que se viu na negociação para implantar no Rio uma filial do Museu Guggenheim – e da adoção de estratégias de *marketing* para “vender” a cidade no mercado internacional, mas também para “vender a ideia” do projeto aos agentes locais.

Uma outra característica do projeto Porto do Rio, mais tarde apropriada pelo Porto Maravilha, é o uso do patrimônio histórico como recurso na cul-

2 Os trabalhos de Moreira (2005) e Werneck (2016) constituem duas boas fontes para levantamento desses projetos formulados entre 1990 e 2001, quando teve início o projeto Porto do Rio, antecessor mais direto do Porto Maravilha, de 2009.

turalização do espaço urbano, restrito à conservação da materialidade das memórias urbanas, ou seja, dos edifícios antigos que portariam a memória de uma urbanidade existente no passado. Ao lado dessa abordagem patrimonialista, o projeto tinha como meta a renovação e a verticalização da parte aterrada da região, o que promoveria novos usos e uma nova urbanidade, dificultando a permanência de determinadas qualidades urbanas dos bairros portuários (MOREIRA, 2005).

A preservação dessa urbanidade ligada ao patrimônio, ou seja, aos modos de vida, dados imateriais que deram significado ao patrimônio edificado, demandaria outras estratégias, fundadas, por exemplo, na manutenção da população local e de seus descendentes, como propõe desde 2001 o grupo reconhecido como Quilombo da Pedra do Sal, que reivindica a propriedade de imóveis situados na parte baixa do Morro da Conceição, a partir da afirmação de sua importância na reprodução social dos descendentes da comunidade negra denominada “Pequena África” e na manutenção de práticas culturais informadas por essa comunidade.

O surgimento dessas reivindicações, certamente informado pela incorporação da ideia de reconhecimento cultural nas discussões sobre cidadania, é fundado ainda no conflito que emergiu a partir do Programa de Recuperação Orientada – ProRio –, iniciativa da Prefeitura articulada ao projeto Porto do Rio, que consistiu em estudos e ações patrimoniais com foco no Morro da Conceição, identificado pela Prefeitura como território de descendentes portugueses, que seriam os habitantes “originais” do lugar.

Essa classificação, descrita mais detalhadamente no livro *A Utopia da Pequena África*, de Roberta Sampaio Guimarães (2014), ao priorizar um conjunto de símbolos identificados com a ocupação portuguesa e espanhola, desvalorizava ou até mesmo apagava uma série de outros símbolos e identificações que conformavam no Morro da Conceição uma territorialidade complexa, colocando em risco a própria permanência dos grupos “não originais” no local – não apenas os negros, mas também os nordestinos. O “sítio histórico” criado pelo ProRio e os discursos dos planejadores, nos quais a memória de apenas um segmento da população do Morro tinha suas referências preservadas, “como efeito imprevisto, tinham afetado a autoconsciência dos habitantes que dele ficaram excluídos, provocando a movimentação de outras memórias e identidades e de novos processos políticos, sociais e estéticos” (GUIMARÃES, 2014, p.53).

HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: REAPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A questão da cultura negra não estava ainda totalmente incorporada ao projeto Porto do Rio, mas nos anos seguintes, com o desenterramento do Cais do Valongo em 2011, o discurso isotópico sobre a cultura na Zona Portuária teve que se reorganizar, diante da organização de diversos agentes em torno da atribuição de significados diferentes à história da região e ao seu patrimônio cultural.

Com obras iniciadas em 2010, o Porto Maravilha teve que rever o foco de seu trabalho de patrimonialização da região, passando a reconhecer referentes que fazem parte de um circuito ligado à história da escravidão africana no Brasil, a que o historiador Cláudio Honorato (2008, *apud* Vassalo, 2012) denominou “Complexo do Valongo”, incluindo o local de desembarque dos africanos escravizados e também uma série de lugares para onde eram levados até que fossem vendidos. Dada a relevância mundial dos achados arqueológicos, o projeto Porto Maravilha passou a incorporar parte do complexo referido por Honorato. Essa incorporação, no entanto, realizou-se a partir de uma leitura que localiza o crime de escravidão no tempo passado e propõe, para o presente, a celebração da herança cultural dos povos escravizados.

Em todo o material oficial de divulgação da Operação Porto Maravilha, assim como na cobertura midiática informada pelos agentes do projeto, destacam-se os aspectos da memória e das tradições locais, especialmente aquelas ligadas à “herança africana”.

A região portuária guarda muito da história do Rio de Janeiro e do Brasil. Uma caminhada por suas ruas é suficiente para confirmar a riqueza dos patrimônios material e imaterial. Obras de grandes arquitetos, trapiches redescobertos, representações da cultura afro-brasileira, palacetes, sobrados do início do século XX e galpões ferroviários são parte da diversidade que conta a história da cidade e do País (...) a região onde nasceu o samba tem notória vocação cultural com manifestações artísticas de todo tipo, marco da identidade desses bairros.³

A partir desse discurso, que repetidamente exalta a cultura negra e se apropria dela como valor de tro-

3 Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/porto_cultural> Acesso em: 05 jun. 2016

ca agregado ao espaço da região portuária, é possível perceber como vem sendo traçada a estratégia de diferenciação comercial da marca Porto Maravilha, no sentido de possibilitar para os investidores a obtenção daquilo a que David Harvey chama “renda monopolista” (HARVEY, 2005), ou seja, a renda advinda da exploração das características exclusivas a um determinado espaço mercantilizado.

Enquanto os símbolos da renovação urbana carioca situados na Praça Mauá figuram em milhares de *selfies* divulgadas nas redes sociais, em muitas das ruas da região as obras continuam em ritmo lento. Tanto pelo acervo e programação dos dois principais museus do Porto Maravilha (o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio) quanto pela agenda de animação cultural da Praça Mauá, onde estão situados, fica evidente o descolamento desse recorte espacial (a Praça Mauá e seus principais equipamentos públicos) em relação ao discurso que constrói a Zona Portuária como território de ancestralidade africana. Os marcos principais do processo de “reafricanização” (VASSALO, 2014) da região estão situados principalmente no bairro da Gamboa, onde se localizam os seis espaços que compõem o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana – a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos, o Centro Cultural José Bonifácio e o Jardim Suspenso do Valongo. Já o bairro da Saúde, marcado pela centralidade da Praça Mauá, vem sendo construído como território cosmopolita, que reúne símbolos da “renovação” urbana, aproximando a zona portuária carioca de dezenas de *waterfronts* renovados por gestões empreendedoras em várias partes do mundo.

O desigual interesse dos agentes do projeto Porto Maravilha pelos marcos da renovação e por aqueles identificados no discurso celebrativo da “herança africana” fica evidente quando são revelados os gastos públicos: desde o início da Operação Urbana, o Instituto e Memorial Pretos Novos – IPN – vem sendo contemplado, pela companhia que administra a parceria público-privada que conduz a Operação Urbana (a CDURP, vinculada à Prefeitura), com uma verba anual de manutenção que, em 2016, correspondeu a R\$ 60 mil para todo o ano, equivalendo a R\$ 5 mil mensais. Já o Museu do Amanhã, embora receba também verbas de patrocínios privados subsidiados pelo governo federal através da Lei Rouanet, tem um contrato de gestão financiado pela Prefeitura no valor de R\$ 31 milhões por dois anos, o que corresponde a mais de R\$ 1,3 milhão por mês.

Simone Vassalo, no artigo “Desenterrando memórias” (2012), analisa as disputas em torno dos sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Por-

tuária, em que destaca a interpretação elaborada e veiculada pela arqueóloga Tânia Andrade, responsável pelo desenterramento do Cais do Valongo, em dezenas de entrevistas em que afirmava o sítio arqueológico como um símbolo da dominação racial branca sobre os negros, especialmente por ter encontrado o Cais da Imperatriz cobrindo o do Valongo, como que apagando os vestígios da história. A ideia, com o desenterramento, era fazer emergirem memórias subterrâneas e provocar revisões no status quo, corroborando, em especial, o combate promovido pelo movimento negro à propalada ideia da democracia racial brasileira.

Com a entrada da Prefeitura na disputa, foi criado o Grupo de Trabalho do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, com a presença de militantes e pesquisadores, além de representantes do poder público. O então subsecretário do patrimônio cultural, Washington Fajardo, teve uma presença marcante, como ressalta Vassalo (2012), garantindo que as decisões dos agentes do poder municipal se sobrepujassem às dos representantes da sociedade civil envolvidos na discussão. O trabalho desse grupo resultou em uma carta de recomendações para a preservação do patrimônio ligado à história do tráfico de escravos, porém na disputa com a Prefeitura a interpretação sobre esse patrimônio foi sendo paulatinamente empurrada para os sentidos de celebração e herança cultural, e o sentido de crítica da dominação branca foi sendo novamente enterrado. Dessa forma, o Porto Maravilha passou a incorporar o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana como elemento central da cultura no discurso que visava legitimar a profunda intervenção na vida cotidiana e nas condições de reprodução social que a Operação Urbana representa para os moradores e usuários daquela região.

Leopoldo Guilherme Pio afirma que a lida do Estado com a memória e o patrimônio das sociedades se dá em função de narrativas sobre perda, reconhecimento e conquista, que muitas vezes se sobrepõem. As políticas de cuidado com o patrimônio histórico cultural no Brasil são marcadas pela “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996 *apud* PIO, 2014), segundo a qual a preservação dos bens imóveis atende a uma necessidade de sustentar a permanência, através do tempo, de referências materiais de outras épocas e modos de vida que tendem ao desaparecimento. A partir de meados do século passado, as lutas de diversos movimentos sociais trouxeram à tona o papel do patrimônio como espaço de reconhecimento de grupos subordinados e afirmação de memórias sociais, lidando com a apropriação desses referentes por processos que evocam antigas práticas sociais ou uma

antiga urbanidade. O autor destaca, nesse momento, a emergência de processos de patrimonialização que buscam dar visibilidade à memória dos grupos subordinados, reconhecendo seu valor histórico e o apagamento a que foram submetidos em razão da dominação cultural por grupos que já seriam suficientemente representados nas políticas de preservação (PIO, 2014).

No caso do Porto Maravilha, o autor afirma a predominância de uma retórica da conquista, que instrumentaliza o patrimônio e busca incorporá-lo a um novo modo de vida urbano, embora permaneçam presentes, tanto no discurso institucional como no imaginário geral, as demandas por reconhecimento e o sentimento de perda.

Esse tipo de discurso nos sugere a ideia de que cultura e patrimônio tornam-se modos de expressar uma nova identidade urbana, e que tem como seus efeitos a criação de mensagens sobre os encantos da vida local e a criação de cenários apropriados para atividades culturais e modos de vida específicos ligados ao turismo cultural. A questão é que ao ver a cultura e patrimônio como fator de união e consenso, em uma espécie de “uso cívico” das ações culturais (tanto no plano ideológico quanto nas intervenções objetivas) a lógica da “conquista” do passado omite as tensões culturais e identitárias trabalhadas pela lógica do “reconhecimento”, isto é, como campo de disputa por legitimidade de diversos grupos e instâncias de poder (PIO, 2014, p.15).

A retórica da conquista, recontada dentro da estratégia utilitária do planejamento urbano neoliberal, apropria-se do patrimônio como valor de troca, relegando a segundo plano o valor de uso que possa ter como referente de memórias ainda vivas no imaginário social. Esse gênero de discurso sobre o patrimônio é a base do processo de patrimonialização promovido no âmbito do projeto Porto Maravilha. Nesse processo, o patrimônio material é pensado como recurso estético, emprestando um “quê” de nostalgia a uma nova urbanidade que já não toma como referência os processos históricos a que esses imóveis e objetos se referem. As diferentes técnicas construtivas que compõem a fachada de um sobrado antigo, por exemplo, não importando quais sejam, servem como aditivo culturalizante para o mercado imobiliário que vai dispor desse imóvel ou para algum tipo de negócio que venha a se instalar nele.

A assunção da história da escravidão e das expressões da cultura afro-brasileira como elementos celebrativos no Porto Maravilha também estabelece uma relação utilitária com fins econômicos, acolhendo a alegria do samba, o sabor da culinária afro, a bele-

za do artesanato e as representações que colocam a escravidão como elemento do passado, porém sem incorporar em sua política cultural processos que possam combater no presente as desigualdades produzidas pelo racismo que coloca os descendentes dos diversos africanos escravizados no período colonial nas piores posições do espaço social.

Enquanto o circuito oficial trata de celebrar e pacificar, colocando no tempo passado a história da escravidão no Brasil, outros circuitos atualizam essa história e produzem espaços insurgentes de cultura negra. Esses espaços informais ou efêmeros são espaços “outros”, fora do circuito oficial, que se apropriam de diferentes maneiras do patrimônio negro da região, seja na construção da subjetividade dos agentes que vivem no território, seja no estabelecimento de outras territorialidades, a partir de trocas culturais com comunidades negras ao redor do mundo.

RECONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A produção cultural elaborada pelos agentes que já mantinham relações de territorialidade na Zona Portuária anteriormente ao Porto Maravilha, um conjunto diverso de práticas artísticas e culturais, modos de vida e visões de mundo singulares, constitui o capital simbólico coletivo dessa população. Parte das práticas e símbolos que compõem esse capital vem sendo apropriada pelos agentes do projeto isotópico no sentido de fazer da região portuária carioca, a partir da Operação Urbana, um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios da economia criativa. No entanto, os sujeitos que produzem esse capital simbólico também se apropriam dele, seja individualmente, seja coletivamente, produzindo bens comuns urbanos (HARVEY, 2005) que emprenham de significados a vida cotidiana. A memória, nesse sentido, pode ser considerada um bem comum urbano quando se torna matéria para a construção subjetiva dos sujeitos e fonte de reconhecimento e de direitos para grupos culturalmente subordinados.

O reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade, pela UNESCO, deve reorganizar mais uma vez esse campo de disputas na Zona Portuária. O processo de candidatura, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo IPHAN desde 2014, foi aceito pela instituição que, no entanto, ainda não emitiu sua decisão. Os resultados concretos dessa chancela internacional poderiam, por exemplo, impor às esferas de governo maiores obri-

gações em relação à preservação e ao funcionamento dos espaços que compõem o “Complexo do Valongo”. Ou mesmo um maior comprometimento com o uso desse patrimônio na superação das desigualdades em relação à inserção do negro na sociedade, que permanecem vigentes mais de um século após o fim da escravidão.

Em janeiro deste ano, a nova gestora à frente da Secretaria Municipal de Cultura, Nilcemar Nogueira, defendeu, em artigo publicado em jornal, a criação de um Museu da Escravidão na Zona Portuária, afirmando que “reconhecer que muitos ainda sofrem os legados da escravidão requer um museu como vetor de autoestima, desenvolvimento humano, oportunidades socioeducativas e impactos sociais duradouros”⁴. As afirmações da Secretária trouxeram à tona imediatamente argumentos contrários a uma possível exposição romantizada sobre a escravidão no Brasil, assim como falas defendendo uma celebração da cultura afrodescendente que não “toque na ferida” da escravidão, em razão do mal estar que poderia produzir para a população negra.

O nível da participação dos movimentos negros, que tenham naquele lugar uma referência para sua construção subjetiva, certamente será decisivo para o tipo de apropriação do patrimônio material e imaterial que terá lugar na Zona Portuária carioca. Participação essa que pode se dar pelas vias institucionais, junto à Prefeitura, inclusive por exigência da própria UNESCO, ou através de ações insurgentes, nas quais a população diretamente afetada pela preservação do Cais defina seus usos político-culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREATTA, Verena. **Porto Maravilha**: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

WERNECK, Mariana da Gama e Silva. **Porto Ma-**

ravilha: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, 239 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DINIZ, Nelson. **Da emergência do imaginário da revitalização ao Porto Maravilha**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (mestrado) - Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DOMINGUES, João Luiz P. “O Porto Maravilha e a ênfase cultural dos novos projetos urbanos”. In: CASTRO e TELLES (coord.). **Dimensões econômicas da cultura**: Experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África**: Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: Cenários para o porto do Rio de Janeiro. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2005.

PIO, Leopoldo Guilherme. Do Corredor Cultural ao Porto Maravilha: mudança de paradigma? In: **Anais do V SEMINÁRIO Internacional – Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio/2014.

VASSALLO, Simone Pondé. “Desenterrando memórias: patrimônios afrodescendentes em disputa na Zona Portuária do Rio de Janeiro”. **Sociedade em perspectiva**: cultura, conflito, identidade. Rio de Janeiro: Gramma, p. 157-187, 2012.

_____. Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000). **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Natal, de 3 a 6 de agosto de 2014. ■

⁴ A matéria completa está disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/secretaria-de-cultura-defende-museu-da-escravidao-20811048#ixzz4jw0H6Ja>

Thiago Canettieri

O debate sobre as ocupações urbanas revisitado

entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição

Resumo

A produção do espaço urbano tem gerado, em escalas sempre abrangentes, constante exclusão e segregação. Uma de suas várias expressões é encontrada no acesso à moradia. Assim, observa-se nos últimos anos a proliferação do fenômeno das ocupações urbanas. No entanto, a interpretação do fenômeno por parte dos pesquisadores tem sido divergente: um grupo entendendo as ocupações como reflexo da reprodução do capital, enquanto outros autores consideram as ocupações uma possibilidade de se pensar novas formas de produzir a cidade. O presente trabalho é uma contribuição teórica à discussão referente à questão das consequências das ocupações urbanas a partir do confronto de tais ideias para entender o que significa a produção das ocupações urbanas no atual espaço urbano brasileiro.

Palavras-chave: Ocupações; Segregação Espacial; Espaço Urbano; Direito à Cidade.

Abstract

The production of urban space has generated, in ever extensive scales, constant exclusion and segregation. One of several expressions is found in poor's access to housing. Thus, it is observed in recent years the proliferation of the phenomenon of urban occupations. However, the interpretation of the phenomenon by the researchers have been divergent: some of them understands the occupations as a reflection of the reproduction of capital while others consider occupations as a possibility to think new ways of producing the city. This work is a theoretical contribution to the discussion regarding the issue of the consequences of urban occupations from the confrontation of these ideas to understand what it means to the production of urban occupations in the current Brazilian urban space.

Keywords: Occupations; Spatial Segregation; Urban Space; Right to the City.

Thiago Canettieri

é doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial na PUC-Minas (2014). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela PUC-Minas (2012). Pesquisador do Indisciplinar (UFMG - CNPq) e do Observatório das Metrôpoles.

thiago.canettieri@gmail.com

INTRODUÇÃO

A produção capitalista do espaço urbano tem gerado constante exclusão e segregação. Não há novidade nesse argumento, como já explorado por vários autores em várias oportunidades (SANTOS, 1978; HARVEY, 1980, 1985, 2012; MARICATO, 2003; CANETTIERI, 2014). Em especial, destaca-se a exclusão que ocorre no acesso à moradia em processos mediados pelo mercado, o que, segundo Maricato (2003), implica em restrições de acesso à parte da população. Dessa forma, na contramão da via do mercado, ocorre a produção de moradia por meio de autogestão e da autoconstrução através das ocupações de terrenos e imóveis abandonados, deixados, assim, pela especulação, enquanto milhares de famílias continuam sem lugar para morar.

Hoje, no Brasil, observa-se a explosão de várias ocupações urbanas das famílias pobres que, não tendo onde morar, buscam viabilizar o seu habitar na cidade. Nesse contexto, pesquisadores têm investido na compreensão desse fenômeno e divergem nas conclusões referente às ocupações urbanas. Mesmo dentro de uma tradição marxista da teoria crítica da urbanização, essa divergência é encontrada. Embora seja saudável para um debate acadêmico, é necessário ter o rigor teórico de cada contribuição analisado para o desenvolvimento da discussão, em especial com uma temática que ganha espaço de destaque na sociedade brasileira.

O presente trabalho é uma contribuição à discussão referente à questão das consequências das ocupações urbanas a partir da interpretação divergente que alguns autores realizam deste fenômeno. O debate pode ser sintetizado em dois grupos. Um primeiro, como Bonduki e Rolnik (1979), Kowarick (1979), Oliveira (2006), Maricato (2003) e Harvey (1985), destacam que as ocupações são reflexo da reprodução do capital e que, na verdade, contribuem para que a classe capitalista se aproprie dos lucros a partir da reprodução da classe trabalhadora a baixos custos. Outro grupo de autores, no qual podemos inserir Ferro (2006), Lopes (2006), Souza (2006), Benjamin (2008) e Swyngedouw (2014), considera as ocupações e seus processos próprios, como a organização dos mutirões autogestionários, formas essenciais que possibilitam pensar novos modos de produzir, organizar e viver a cidade.

Acreditamos ser uma necessidade urgente confrontar tais ideias para entender o que significa a produção das ocupações urbanas no atual espaço urbano brasileiro, permitindo refletir sobre a produção capitalista do espaço, bem como oferecer uma crítica a esse processo.

O artigo, portanto, a fim de construir esta argumentação, está organizado da seguinte maneira: em primeiro lugar apresenta-se a discussão sobre as ocupações urbanas, buscando entender por que e como elas ocorrem. Em seguida, é tratada a questão referente à apropriação que a lógica capitalista pode realizar sobre as ocupações urbanas; utilizamos aqui, para ilustrar essa dimensão, a expressão de Oliveira (2006) designada como o “vício da virtude” – ou seja, a apropriação indevida dessa prática popular de estar/habitar na cidade. No entanto, é necessário apresentar também as positivities que estão envolvidas no ato de ocupar destas famílias, sublinhando as virtudes que as ocupações oferecem não apenas àquelas famílias, mas também uma crítica anticapitalista da produção do espaço urbano. Dessa forma, buscamos destacar como as ocupações representam uma nova forma de organizar o cotidiano, não apenas das famílias ocupantes, mas da cidade como um todo. Por fim, expõem-se as considerações finais do texto.

AS OCUPAÇÕES URBANAS

No processo de produção capitalista do espaço urbano, o acesso da população a residências é determinado pela capacidade de pagamento. Este fato se deve à inversão do valor de uso para a importância exagerada do valor de troca, movimento que se iniciou, segundo Harvey (2013), a partir do século XVIII na Europa. Trata-se de quando é possível identificar a construção de casas para a especulação imobiliária voltada para a realização do valor de troca, e não do seu valor de uso. Assim, a produção, comercialização e, até mesmo, a posse de moradia se tornam formas de se obter ganhos financeiros através da especulação. Moradia se tornou um investimento.

Dentro deste contexto, Abramo (2009) apresenta a existência de três grandes lógicas a partir das quais ocorrem o acesso à moradia nas cidades contemporâneas: 1) a lógica do Estado, em que o acesso ocorre por meios de políticas públicas; 2) a lógica do mercado e, portanto, mediada pelas grandezas monetárias; 3) a lógica da necessidade, que representa a motivação e a instrumentalização da instalação dos indivíduos na cidade. Mas, deve ser destacado que todas as três possuem uma interseção, estando submetidas à lógica capitalista, colocada como hegemônica. O Estado cumpre a demanda de forma bem específica em locais não vantajosos para o capital privado ou, ainda, criando condições para que o capital privado possa especular e, assim, acumular. Também de maneira específica, mas no polo oposto, age a lógica

do mercado, baseada na apropriação da maior parcela possível de lucro. Entre as duas, a lógica da necessidade apresenta a oportunidade de inserção, mesmo que precária, da força de trabalho no contexto da cidade (CANETTIERI, 2014).

Assim, com os mercados de moradia restritos e segregados, e sendo a população incapaz de acessar a moradia pela via do mercado e do Estado, o seu acesso é garantido através das ocupações. Como destacado em Canettiéri (2014), as ocupações são a resposta da população precarizada ao mercado de moradia excludente. As ocupações são a estratégia central para a reivindicação de moradias e o acesso à infraestrutura urbana (MARTINS, 2013).

As ocupações, como a concebemos, acontecem quando determinado grupo de pessoas sem acesso à moradia passa a ocupar terrenos e construções dos quais não têm posse formal. Essas ocupações “representam uma oportunidade de acesso à moradia” (CANETTIERI, 2014, p. 23), sendo impulsionadas pela lógica da necessidade (ABRAMO, 2009) de moradia não satisfeita pelas duas outras lógicas (do Estado e do Mercado).

De tal forma, as ocupações passam a significar elemento central na reprodução cotidiana de grande parte da população das cidades que vivem à margem do acesso formal à moradia.

O VÍCIO DA VIRTUDE

No estágio atual do capitalismo, o espaço urbano aparece como lugar onde se concentra as atividades produtivas, a infraestrutura necessária à produção e circulação. Mais do que isso, a produção do espaço se tornou a garantia da reprodução do capital (HARVEY, 2012). Todavia, não pode ser olvidada a questão de que é nas cidades onde acontece a reprodução da força de trabalho, e, portanto, foco do conflito entre as demandas relativas à acumulação do capital e às que se referem à sobrevivência da classe trabalhadora.

Da contradição imanente da produção capitalista do espaço, tem-se o nascimento das ocupações que os trabalhadores realizam. Maricato (2003) e Oliveira (2006) apresentam o caráter negativo em relação a essas ocupações. Para eles, a existência das ocupações, construída sob a organização do trabalho em regime de mutirão, significa a oportunidade de o capital reduzir os custos de produção, devido aos baixos salários e às condições precárias de vida, refletindo, portanto, uma maior apropriação de lucro.

O processo das ocupações deve ser sempre visto com olhos críticos, como alerta Maricato (2003, p. 158), já que essa tolerância “[...] está longe de signifi-

car uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos”. A autora adverte que esses processos revelam, na verdade, interesses na manutenção de mercados de mão de obra. A própria autora afirma que as ocupações são muitas vezes toleradas pelo poder público pela sua necessidade social de reproduzir a força de trabalho, embora a elas continuem sendo sistematicamente negadas o direito à cidade.

Ou então, como aponta Oliveira (2006), o que aparece como virtude (a realização da moradia dos trabalhadores por conta própria) deve ser vista como um vício, devido à apropriação indevida que a classe capitalista realiza dessa produção do espaço. Em suas palavras, “isso funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada” (OLIVEIRA, 2006, p. 73).

Para o autor, a industrialização brasileira foi sustentada pela extração violenta de recursos da própria classe trabalhadora, que, ao construir suas próprias habitações, acaba reduzindo os custos de produção dos capitalistas e, assim, permitindo-os aumentarem a sua acumulação de capital. “Desse ponto de vista”, afirma Oliveira (2005, p. 68), “a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva”.

Correspondente a essa ideia que Kowarick (1979) constrói o argumento referente à existência de uma espoliação urbana à qual os trabalhadores estariam submetidos. Ele identifica um processo constante de transferência de mais-valor, nas mais variadas formas, dos trabalhadores para a burguesia. Nesse sentido, a autoconstrução e as ocupações poderiam muito bem fazer parte também dessa espoliação urbana.

É claro que as periferias e ocupações são o atestado de que o sistema capitalista e a sua lógica de acumulação continuam apoiando-se sobre essas formas de exploração expressas nas nossas cidades. É referente a essa dimensão que Oliveira (2006) afirma que a reprodução do capital continua assentada na exploração das classes trabalhadoras, inclusive quando estas estão garantido sua própria reprodução no espaço urbano. Com isso, é como se o capital extraísse sobretrabalho dos trabalhadores urbanos para baratear os custos de produção da mercadoria-cidade.

Como vem esclarecer Maricato (2003), a evolução das favelas e ocupações no Brasil é determinada pela reprodução da força de trabalho nos níveis que foram necessários para ocorrer o processo de industrialização e urbanização no país. Como destaca a autora, nos países periféricos, a industrialização ocorrida tardiamente era levada a cabo com baixos salários e com baixa inserção dos trabalhadores no mercado

de trabalho formal. Como consequência, a moradia também não foi obtida via mercado formal.

As habitações e as áreas de ocupação são extremamente precárias, muitas das vezes situadas em áreas de risco, mas que são extremamente necessários para a reprodução do capital. O exército industrial de reserva hoje se torna um exército informal possuidor de uma funcionalidade no processo de reprodução e acumulação de capital.

Dessa forma, Maricato (2003) afirma que a ocupação ilegal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado formal de moradias. No entanto, trata-se, de fato, de uma escolha política do poder público em manter a situação como tal, favorecendo a acumulação realizada pela classe capitalista. Em outras palavras, as ocupações representam uma política alinhada com os interesses de classe da burguesia que prevê sempre o aumento da apropriação de lucro.

Além da perspectiva referente estritamente à questão da força de trabalho, existem outras posturas críticas. Oliveira (2006, p. 73) aprofunda sua análise referente ao processo de trabalho coletivo nas ocupações para entender a motivação que leva à realização do trabalho. Nas palavras do autor:

É preciso que exista um ente místico chamado povo para o mutirão funcionar, e esse povo é a comunidade. Cria-se aquela comunidade ilusória, que não resiste um dia depois de concluídas as casas, para obrigar cada um a doar o próprio trabalho: isso não é formação de cidadania. Sinto muito, está no polo oposto.

Dessa forma, Oliveira (2006) identifica uma dimensão das ocupações que não estariam voltadas à formação da cidadania coletiva, mas, na verdade, atuando a partir de uma dimensão ilusória que não garante uma unidade àqueles que constroem e moram na ocupação.

Assim, estamos de frente a críticas que verdadeiramente estão presentes no processo de ocupação realizado pelos trabalhadores nas cidades contemporâneas em sua tentativa de habitar.

A VIRTUDE DO VÍCIO

Embora a crítica às ocupações seja necessária, é importante compreender a forma contemporânea pela qual é produzida. Nesse sentido, podemos considerar a contribuição de Ferro (2006), já comentando o texto de Oliveira (2006), ao levar em conta que a sequência proposta por Oliveira (2006) em que par-

te do fenômeno da autoconstrução para argumentar, teoricamente, sobre o achatamento dos salários das classes trabalhadoras é, na realidade, outra. O ponto de partida seria exatamente a existência de um exército de reserva (parte absorvido em subempregos hiperprecarizados); assim, a baixa do salário que reflete em uma redução dos recursos que sobram para a moradia também reflete na autoconstrução, que passa a ser quase que obrigatória para a reprodução material da vida.

Mais do que isso, é necessário considerar, além da necessidade básica e emergencial do morar, que as ocupações oferecem considerável recomposição do salário dos trabalhadores. Ao ocupar um terreno ou um imóvel abandonado, os ocupantes se isentam de uma série de custos como os da luz, água, impostos e aluguéis. Além do que, algo observado muitas vezes, as pessoas têm a chance de disporem de espaços para criação de produtos hortigranjeiros, abatendo, assim, mais um gasto dentre os demais (CANETTIERI, 2014).

Ferro (2006), ao comentar a última passagem citada do texto de Oliveira (2006), afirma que é exatamente a dimensão das carências que pode garantir a coesão dessas comunidades. Ele relembra o final do “Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels (2011), no qual se afirma que “os proletários não têm nada a perder a não ser as correntes [...]”. A união existe exatamente naqueles totalmente carentes e que, assim, a partir da necessidade e da emergência, possuem o ímpeto de alguma mudança.

Ainda, para além da dimensão econômica mais imediata, é necessário destacar que, exatamente por sua negatividade intrínseca, as ocupações podem oferecer oportunidades tais como a participação em projetos políticos emancipadores, conscientização e formação de novas subjetividades pelo trabalho e viver compartilhado das ocupações.

Como argumenta Lopes (2006), os movimentos e organizações populares que se empenham como tarefa de um projeto político (nos termos em que define Evelina Dagnino¹), utilizando-se das ocupações urbanas e dos mutirões autogeridos, apostam no seu potencial de transformação desta estrutura urbana criadora das condições materiais para que parte da população esteja sem suas moradias. Assim, o processo de organização do trabalho cooperativo no mutirão seria o ensaio para a elaboração de novas formas

1 “Estamos usando o termo projeto político num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes agentes” (DAGNINO, 2002, p. 282)

de organização social para além da ocupação, embora voltadas para a cidade em si.

O trabalho em que as pessoas estariam ombreando umas com as outras na produção da moradia representa um movimento em cadeia estendido à consciência perceptiva desses sujeitos. A expectativa em torno deste processo é que o trabalho autogestivo, livre, de certa forma, das práticas capitalistas do emprego (como o salário), seria o ativador e/ou catalisador na produção de uma nova subjetividade que se estende para outros âmbitos da existência. Isto é, a produção de moradia como experimento de uma outra organização do trabalho. Como afirma Ferro (2004, s.p.): “a autoconstrução coletiva pode remodelar as relações de produção. [...] O objetivo determinante não é mais a produtividade cega – mas a realização de um projeto coletivo atento às condições e relações dignas de produção”. São os canteiros das ocupações, em organização coletiva baseada na autogestão, que permitem que as autoconstruções sejam verdadeiros laboratórios experimentais de novas condições e relações de produção a partir da coletividade que, por sua vez, aponta a uma outra direção.

Dessa forma, devemos reconhecer que as ocupações e os mutirões que as constroem são verdadeiros processos de resistência em contraposição às estratégias hegemônicas de produção habitacional (MARTINS, 2013). São ações práticas que possibilitam apontar a cidade para além de um espaço de reprodução do capital, vislumbrando, assim, um espaço de lutas, de construção coletiva e democrática (CARLOS, 2003). E, deste entendimento, o ato de ocupar é também um ato subversivo de não submissão à lógica mercadológica de acesso à moradia. Essa discussão está presente no texto de Benjamin (2008) ao reconhecer, no ato de ocupar, a abertura de um outro espaço político onde os atores são exatamente aqueles “de baixo”: os pobres, os excluídos, os marginalizados.

É necessário, portanto, lembrar o trabalho de Gould (1995), *“Insurgent Identities”*, referente à Comuna de Paris. Para o autor, foi no momento do trabalho conjunto, como a fortificação das barricadas, que a dimensão de classe se tornou mais intensa e permitiu a construção de uma identidade compartilhada. Essa “[...] *network of social relationships in which potential protesters are implicated*” foi essencial para a formação da “identidade insurgente” e, portanto, para o “sucesso” da Comuna. De forma análoga, considera-se que o trabalho do precariado urbano seja potencialmente capaz de criar uma identidade insurgente.

É a partir dessa dimensão como Benjamin (2008)

apresenta o termo *“occupancy urbanismo”* para designar a ação destes grupos pobres e excluídos que passam a agir ativamente sobre o desenho da cidade e na prática urbana. O autor reconhece que esses espaços representam espaços multifacetados, mas que contribuíam na formação de uma política local autônoma capaz de representar um movimento indisciplinado e subversivo contra as lógicas dominantes da globalização “globalitária” neoliberal.

Na mesma seara de interpretação, Swyngedouw (2014, p. 3) afirma que esses processos de ocupação do espaço a partir de outras lógicas, além daquela capitalista, significa um ato performativo que “define o tipo de igualdade, expõem o errado e aspira a transformação dos sentidos e do sensível para tornar senso comum o que nem era sensível antes”. Só assim, segundo o autor, é possível mobilizar uma nova “partilha do mundo sensível” sob outras bases, experimentadas exatamente por aquela parte da não parte². Esses sujeitos da não parte da sociedade desregulam as formas de percepção, representação e produção do espaço da cidade em direção a uma outra forma de organização.

No limite, o ato de ocupar e essa forma de produção do espaço representa a ascensão dos indivíduos excluídos à condição de sujeitos, como é explicitado por Axel Honneth (2009) em sua *“Gramática Moral dos Conflitos Sociais”*. Assim, esses sujeitos dão visibilidade às suas narrativas em oposição às metanarrativas que usualmente dominam o espaço urbano (por exemplo, “O Mercado”). E esse conflito é motivado a partir das estruturas que coordenam a reprodução das classes sociais. Portanto, não seria errado situar as ocupações como expressão material da luta de classes na cidade – afinal, como afirmou Marx (2009), a luta de classes é o motor da história.

Deve ser lembrado que mesmo não tendo clara a dimensão ampliada de uma luta anticapitalista, os trabalhadores que passam a fazer parte de uma ocupação permitem o agenciamento de novas formas de subjetividade que se atualizam a partir do movimento material de se inserirem na cidade.

Por isso, as ocupações podem apontar para um outro horizonte. Segundo Gohn (1991, p. 47), “os movimentos populares urbanos contribuem para a gestação de formas alternativas de um poder popular”. A autora ressalta que essa população desenvolve a conquista de espaços para a constituição das camadas subordinadas como produtoras da moradia e da cidade.

² Termo presente na obra de Rancière (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CONTRADIÇÕES DE OCUPAR

Para a compreensão das ocupações, é necessário reconhecer, como faz Oliveira (2006, p. 73), que este “é um território extremamente ambíguo”. Repleto de contradições internas, devemos lembrar o que Milton Santos (2000, p. 63) chama de “esquizofrenia do local” – não em sentido pejorativo, mas identificando um duplo caráter destes territórios: “tem-se a obediência e a revolta. Há sempre as duas coisas”.

De fato, a ocupação representa uma submissão dessas famílias dentro da lógica capitalista a partir de uma inserção destas nessa própria lógica (e de sua produção do espaço) da forma mais perversa. Na ocupação, acontece a exploração de setores “atrasados” de produção marcados pela acumulação primitiva e que levanta a taxa média de lucro, integrando-se, portanto, como atividade que desempenha fundamental papel no processo da acumulação capitalista. Essa relação é muito bem explorada pela teoria dos dois setores da economia desenvolvida por Milton Santos (1979).

Assim, deve-se entender esse processo das ocupações como expressão da contradição entre capital e trabalho. Não existe, nestes processos, uma essência revolucionária ou uma dominação como monólito. A questão é, exatamente, entender as ocupações como contradições dentro da própria contradição. Como é argumentado em Canetti e Valle (2015), a existência de uma potência revolucionária para a mudança social não é derivada apenas de volteios dialéticos entre negatividade e positividade; tampouco a dominação é vista como uma estrutura fechada isenta de paradoxos internos. Como isso, é necessário lembrar que as ocupações são espaços de reprodução a baixos custos da força de trabalho, as quais permitem que a acumulação de capital e a manutenção de um imenso exército de reserva coexistam sem onerar o Estado ou o capital com todos os custos passados ao trabalhador. Ao mesmo tempo também que significa uma abertura de mudança precisamente por tratar-se de um espaço em que a reprodução fica a cargo do trabalhador. Isto o permite produzir outros sentidos da vida urbana baseada no trabalho não assalariado e na convivência comunitária em prol da formação de uma politização decorrente deste processo.

Assim, a efetivação e consolidação do desdobramento de uma ocupação vai depender da correlação de forças que incidem sobre aquele território durante uma “janela de tempo³” na qual é sustentada por essa

contradição. Durante um tempo, ocorre a disputa por via de organizações políticas e movimentos sociais, tentando catalisar a mudança social por esses processos de provimento de moradia. Ou, do outro lado, Estado e Capital aparecem tentando cooptar a ocupação para que se torne apenas mais um bairro entre os demais, transformando-a em curral eleitoral em contrapartida do oferecimento de um mínimo de direitos.

A primeira tarefa daqueles engajados numa crítica do estado atual das coisas é reconhecer que não existe necessariamente uma síntese positiva deste processo, tal como Adorno (2009) já anunciava. Tudo vai depender da capacidade de mobilizar as periferias e ocupações em torno de um projeto político que parta exatamente das condições que as geraram, aproveitando ao máximo essa tensão contraditória dos opostos.

Assim, na contradição da produção do espaço urbano, na expressão da luta de classes, a ordem hegemônica que sujeita a (re)produção da vida à lógica da acumulação capitalista “não deixa de não encontrar” práticas sociais contrárias. As ocupações não são meramente voltadas para o acesso direto à moradia (concebê-las de tal modo significaria um achatamento de seu sentido). Embora, de fato, a casa e o morar sejam elementos centrais na articulação desses movimentos, seu alcance acaba por interrogar as formas de praticar e conceber as condições de existência na cidade. Assim, uma ocupação é expressão espacial do dissenso na cidade (RANCIÈRE, 1999).

A ocupação, autoconstruída no regime de mutirão, nega a cidade capitalista, embora, para isso, a cidade capitalista deva existir. Ela se opõe ao estado errado das coisas exatamente por fazer parte dela. São, enquanto negação-constituente das atuais relações de produção, ensaio para novas relações possíveis. Isso porque elas se realizam a partir, e tão somente, dentro das contradições. São como evidências concretas e matérias da contradição capital e trabalho.

É, portanto, especificamente a partir da experiência da parcela da população mais excluída do capitalismo como acontece o ensaio de meios e formas criativas de se estar na cidade a partir da autonomia (em contraposição à heteronomia), da construção do poder popular (em contraposição ao poder do capital) e da sociabilidade comunitária ou comum (em contraposição à sociabilidade individual-abstrata).

Evidente, como lembra Ferro (2004), que as experiências das ocupações carregam a incerteza de

3 Aqui, quero dizer que existe um tempo de manutenção dessas aberturas e que, eventualmente, elas se tornam impermeáveis para um ou outro lado da contradição.

3 Aqui, quero dizer que existe um tempo de manutenção des-

toda antecipação e suas ambiguidades, algo que as obrigam permanecerem no interior de uma primeira negação como reação ao estado das coisas já dado. Todavia, mesmo assim, chamam a atenção para questões importantes ao se pensar uma nova organização social, ousando na criação de propostas e alternativas; são os paradoxos próprios de uma forma futura que é vivida no presente. Žižek (2006, p. 268) salienta para entender esses espaços da autoconstrução na cidade como, usando os termos de Badiou, “*eventual sites*”, isto é, lugares onde se abre espaço para que um procedimento-verdade ocorra.

As ocupações devem ser entendidas de maneira análoga ao trabalho fabril que Marx (2013) descreveu, assumindo toda a contradição nele existente. Naquele local, dentro dos muros das fábricas, era o local de exploração dos trabalhadores, de onde se extraía sua mais-valia para a valorização do capital. No entanto, o lugar de exploração representa, ao mesmo tempo, a possibilidade de mudança. Como é descrito por Marx e Engels (2009) no “Manifesto”, os trabalhadores – exatamente por sua condição enquanto trabalhadores – representavam os sujeitos capazes de atuar na mudança do regime, e a organização dos trabalhadores, inclusive dentro das fábricas, era entendida como fundamental em qualquer processo que objetivasse alguma mudança.

No entanto, mais do que a possibilidade de um sujeito revolucionário, encontramos, derivada da concepção materialista da história⁴, repetidas vezes nos textos de Marx e Engels (1988; 2009), referências a organizações dos trabalhadores além da dimensão da sociabilidade capitalista: outras formas de organização do trabalho que não estavam inseridas na reprodução do capital. Formas estas que objetivavam, em primeiro lugar, a reprodução material da vida da classe dos trabalhadores. Assim, encontramos na “Resolução do I Congresso da AIT”, a defesa de Marx e Engels (1988) pela formação de cooperativas operárias de produção. Anos mais tarde, Marx (1982), no texto referente à “Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha”, propõe “ateliês” nacionais, também à margem do sistema, como forma de realização e organização do trabalho operário.

Essas formas de organização do trabalho podem ser comparadas à forma que as famílias pobres das cidades contemporâneas têm encontrado para se morar. Com toda a contradição própria, representam a exploração desta classe, mas, ao mesmo tempo, a realização de uma outra dimensão que se confronta,

diretamente com a forma capitalista de produção do espaço. O novo já se encontra como germen no seu contrário sob a forma de sua negação determinada. Assim, as ocupações podem ser interpretadas a partir da negação que, “esticada” até seu limite, oferece uma ruptura a despeito de todas as contradições que carregam consigo, ou seja, a oportunidade de uma mudança, que, mesmo sem qualquer garantia de uma síntese positiva, continua sendo uma abertura que deve ser aproveitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Pedro. La Ciudad Calidoscopica. **Apuntes del Cenes**, v. 28, p. 125-196, 2009.
- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. São Paulo: Zahar Editores, 2009.
- ALVES, Glória da Anunciação. As Resistências no Processo de Produção do Espaço. In: **Anais do X ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Campinas, 2013.
- BENJAMIN, Solomon. Occupancy Urbanism: Radicalizing Politics and Economy beyond policy and programs. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 32, 2008.
- BENSAÏDE, Daniel. **Resistencias, ensayo de topología general**. Espanha: El viejo topo, 2001.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAU-USP, 1979.
- CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. **e-Metropolis**. n. 17. ano 5. p. 22-29. 2014.
- CANETTIERI, Thiago; VALLE, William Azalim. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: a formação de um novo sujeito coletivo. **e-Metropolis**, v. 22, 2015.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre a usina. 2004. **Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado**. Disponível em: www.usina-ctah.org.br/nota-sobreausina.html. Acessado em: 14/07/2015.
- FERRO, Sérgio. Notas sobre O Vício da Virtude. **Novos Estudos**, v.76, 2006.
- GOHN, Maria. **Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GOULD, Roger. **Insurgent Identities: Class, Community and Protests in Paris from 1848 to the Commune**. Chicago: University of Chicago

⁴ “A primeira condição de toda história humana é, evidentemente, a existência de seres humanos vivos” (MARX; ENGELS, 2006).

- Press, 1995.
- HARVEY, David. **A Importância da Imaginação Pós-Capitalista. (Entrevista)**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/27/aimportancia-da-imaginacao-pos-capitalistasegundo-david-harvey/> Acesso em: 05/09/2013
- HARVEY, David. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Edusp, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso, 2012.
- HARVEY, David. **The Urbanization of Capital**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos Estudos**, v.76, 2006.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. v.17, n.48, 2003.
- MARTINS, Ananda. Lutas Sociais e a Cidade: o desvelar das resistências e suas espacialidades no Distrito Federal no contexto da urbanização contemporânea. In: **Anais do X ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. Campinas, 2013.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Avante!, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Fundamentais: La Internacional**. México, FCE, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. O Vício da Virtude – Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, v.76, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.) **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.35, 2011.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SWYNGEDOUW, Erik. Insurgent urbanity and the political city. MOSHSEN, Mostafavi. **Ethics of the Urban: the city and the spaces of the political**. Zurique: Lars Müller Publishers, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. **The Parallax View**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2006. ■

Gabriela Gazola Brandão

verAcidade

estética (des)construtiva dos elementos urbanos

verAcidade é uma pesquisa autoral permanente surgida da curiosidade pelo modo como o todo de uma cidade se constrói a partir de elementos e detalhes evidentes, mas pouco notados. Essa pesquisa abarca diversas temáticas e desvela maneiras de ver a cidade de verdade. Os registros desse projeto não surgiram para atender a uma pesquisa. A pesquisa é que foi desvelada com os registros. Primeiro, houve a inquietação que me moveu a vagar pela cidade fotografando cenas e elementos sem uma linha consciente de aporte conceitual. Depois de algumas incursões exploratórias e aleatórias, desvelou-se certa unidade naqueles registros, que ecoou com minhas reflexões sobre a arquitetura e o urbanismo. Nesse processo, uma ferramenta importante é o ato de flunar. Flunando sou instigada por elementos e cenas evidentes, mas pouco notados no cotidiano urbano. verAcidade é possível a partir de uma *flanêrie*, um caminhar desprentensioso e aleatório, um deixar-se levar.

Quer conhecer uma cidade? Flane por ela. Ela é o fenômeno, e o ato de flunar é a postura investigativa. A cidade se desvelará no devir dessa interação. Creio que o arquiteto e o urbanista devem flunar. Devem sentir a cidade suspendendo suas pré-concepções técnicas e teóricas, seus próprios tratados conceituais sobre o que é uma dada cidade em questão e o que deve ser feito com ela. “Que ela é” é noção que pode estar repleta de ideias prévias. “Que deve ser feito com ela” é noção impregnada de pré-conceitos técnico-teóricos. E ela, que diz ser? E ela, que quer que seja feito dela? Há muito que sentir, antes de projetar. Há muito que aprender, que olhar com espanto, que tocar, ouvir e cheirar com o frescor da primeira vez. Há muito que flunar.

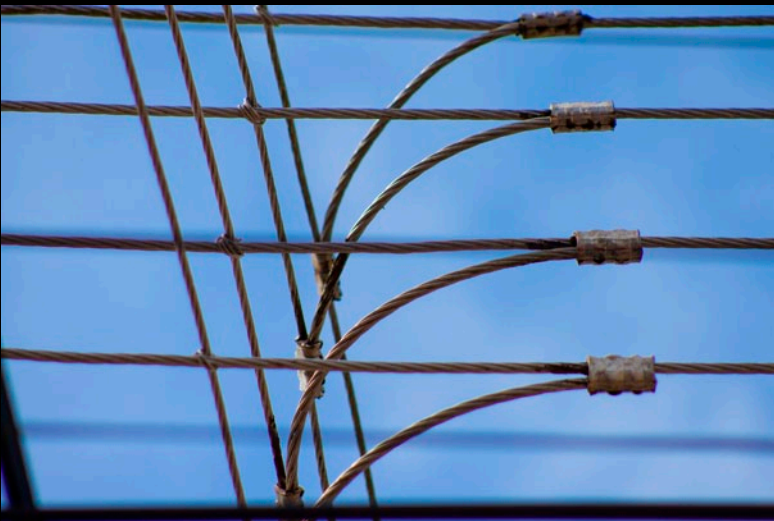
Este ensaio reúne registros sobre uma estética construtiva urbana, uma beleza escancarada ocultada pelo nosso não olhar acostumado. Elementos ordinários e desprezados que, por vezes, nos fazem tropeçar pela cidade.

Estética desvelada no instante em que se olha a cidade na escala que o corpo experiencia; estética que fascina pela surpresa e encantamento. Ver a cidade de verdade guarda tantas possibilidades quantas forem as pessoas dispostas a olhar: uma cidade são muitas. ■

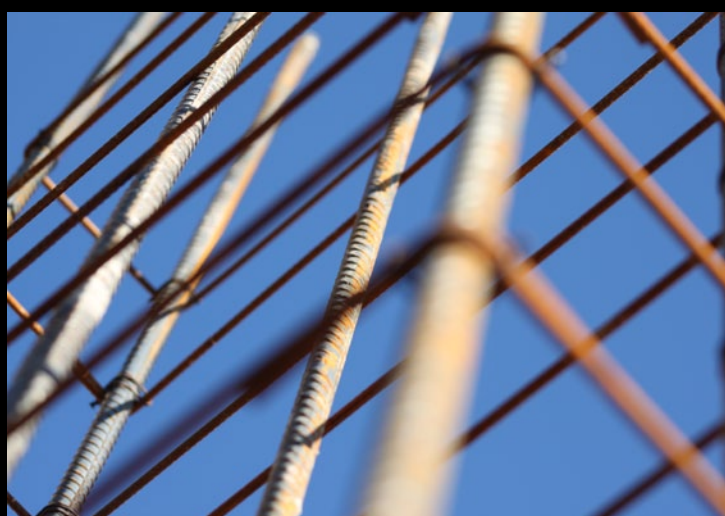
Gabriela Gazola Brandão

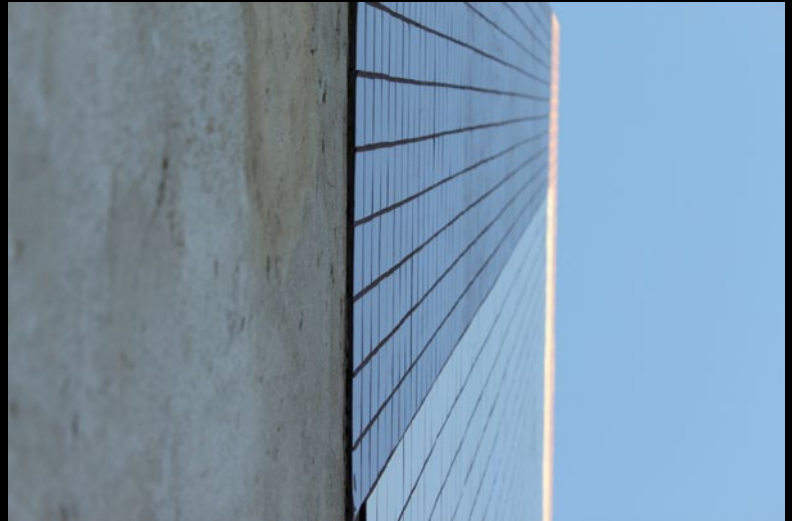
é mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense e Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais.

gabibrandao@gmail.com











Mariana Danuza Corteze

Manifestos Urgentes

descaminhos de uma caligrafia impressa sob(re) a pele urbana

Se por hipótese indomável expandíssemos os limites do tradicional conceito de arte, nos defrontaríamos não mais com o dispositivo, mas sim com a fissura que põe à prova e desvela contramodelos de comportamentos hoje tão urgentes. Tal conduta exalta uma disposição corporal, um recorte de espaços e de tempos singulares que revela um conhecimento sensível político, seja porque evidencia os enigmas da dominação ou porque sai dos seus lugares próprios para transformar-se em prática social. É no embaralhamento dessas fronteiras, confundindo os papéis e propondo a emancipação¹ dos sujeitos que a arte contemporânea – e todas as suas competências artísticas – tende a sair do seu domínio e a trocar de lugares e poderes. Podres poderes, diria Caetano. Logo, reconfiguremos o

¹ Termo utilizado junto ao filósofo contemporâneo francês Jacques Rancière, no qual evidencia a importância de uma educação horizontal, na qual um anônimo, por exemplo, pode se tornar igual a qualquer outro, encontrando seus próprios meios de se fazer ouvir.

aqui e o agora: nossas expressões artísticas, nossos espaços de atuação, nossa cidade.

Joseph Beuys (1921 – 1986) certa vez afirmou: “Libertar as pessoas é o objetivo da arte; logo, a arte, para mim, é a ciência da liberdade”. Eis um artista que acreditava na transformação social como grande obra humana, necessariamente coletiva, essencialmente plástica. Talvez por isso, hoje, confio na potência da arte para uma cidade sensivelmente² habitada, portadora de uma vontade de ler e reler o mundo, olhando a vida nas suas menores manifestações. Essa confiança se apoia na

² A artista brasileira Brígida Campbell, junto à sua vontade de expandir seu fazer para outros espaços, organizou o escrito *Arte para uma cidade sensível*, no qual reflete acerca de situações artísticas contemporâneas que utilizam a cidade para criar e ganhar força e formas, ampliando assim, o potencial político e rebelde da arte. Nesse panorama, pode-se articular o aspecto de liberdade da produção ética-estética e, conseqüentemente, os circuitos que acontecem de forma paralela ao dito oficial da arte.

O mais profundo é a pele.

- Paul Valéry

Mariana Danuza Corteze

é graduada em Estudos Artísticos pela Universidade de Coimbra (UC) e em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde atualmente é mestranda bolsista Capes, na linha de Processos criativos e poéticas do cotidiano.

maricorteze@hotmail.com



coragem do diálogo, sendo esse, uma atividade formada por nós: você, eu e quem mais desejar. Essa é uma prática de não violência. Ela se torna impossível quando se perde a dimensão do outro. É, por assim dizer, uma força que não surge sem uma abertura ao diferente, a um entrelaçamento de pensamentos – que nunca é neutro: ou confirma o estado das coisas ou é crítico – e práticas lúcidas e lúdicas em tempos temerosos³.

3 A filósofa brasileira Marcia Tiburi nos auxilia a compreender a importância do diálogo, visto que habitamos um país onde cada vez mais existem pessoas que lutam contra laços sociais, enquanto sustentam suas relações autoritárias, negando o outro. O ódio ao outro, ao diferente, torna-se efetivado na prática diária, quando o outro é manipulado, quando não violentado simbolicamente: “Há algo de assustador no ódio contemporâneo. Não se tem vergonha dele, ele está autorizado hoje em dia e não é evitado. (...) O ódio gera um não lugar, o espaço habitado pelo excluído que não é um lugar político,

É em busca de um conhecimento espacial e sensível que trago, neste desprezioso escrito, intervenções urbanas que são situações e, consecutivamente, proposições que relacionam as esferas humanas, provocando envolvimento, participação. Certamente, é sabido que a discussão sobre *pixação*⁴ e grafite tem pulsado, hoje mais do que nunca – ainda mais com a polêmica medida no início do mandato do prefeito da cidade de São Paulo, João Doria, no programa de

mas antipolítico. A luta dos excluídos é por saírem desse lugar ganhando voz e chance de sobreviver. Em uma política verdadeiramente democrática deveria haver lugar para todos, para vários modos de produção de existência e de subsistência que não precisassem seguir o ordenamento do capital” (Tiburi, 2017, p. 30).

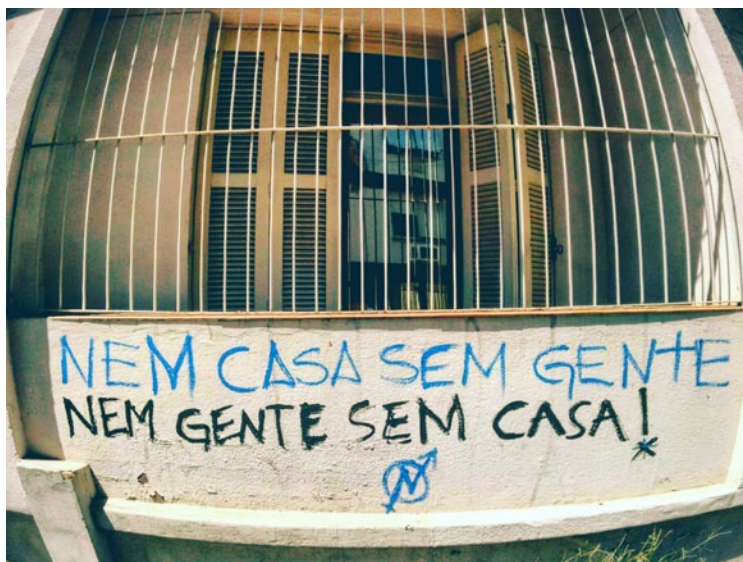
4 Aqui utilizada com x, pois assim é identificada nos muros das cidades. O pixo é uma manifestação humana, como a própria arte. Ela ataca o espaço privado, no sentido de lutar pelo direito à cidade, já que toma para si a transgressão das normas.

governo “Cidade Limpa”⁵ –, seja pela sua inserção como prática política, transgressora, seja pela construção de uma vacância da comunidade dominada para a produção de reflexão do espaço urbano.

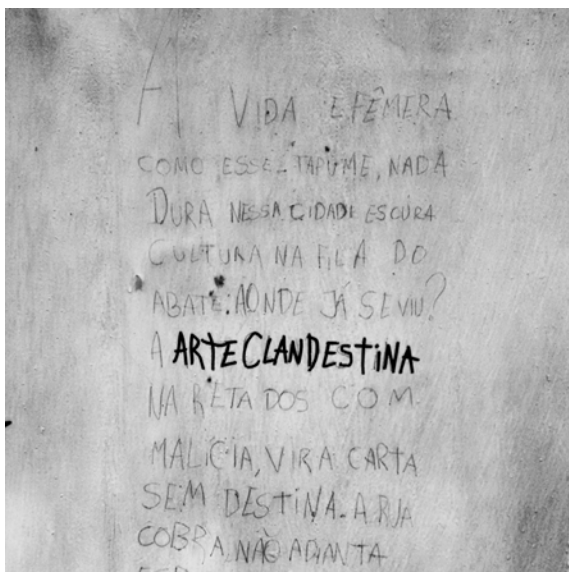
Nessa complexa e contemporânea ambiência torna-se necessário ponderar o momento em que a intervenção urbana nasceu no Brasil. Sendo esse momento, precisamente, o período da ditadura militar, com os movimentos de oposição às proibições estabelecidas pelo governo em ocupar as ruas. Três décadas depois, as escritas urbanas ainda são importantes atuantes no que se entende por transgredir a instituição, indo além de seu interesse estético – característico do grafite, socialmente aceito como forma de expressão artística –, mas colocando-se como intervenção predatória, visualmente agressiva, desprovida de valor artístico, mas repleta de valor simbólico e cultural.

Os *pixos* – essencialmente aqueles que aqui estão – são intervenções que visam perfurar os muros ideológicos conservadores que até então pertencem. Eles dependem quase que visceralmente da persistência da resistência, até o momento em que dá vida à discursos urbanos marginais. Essa vida é mais que necessária, chega a ser vital para alguns. Tais manifestos almejam comunicar, mediar, incomodar, discutir, problematizar seu cotidiano, a partir do momento em que ecoam a voz de sujeitos anônimos, invisíveis, silenciados, amordaçados socialmente.

Diante disso, tanto o artista, o *pixador*, como o habitante que transita pela cidade – seja na margem ou no centro dela –, produzem uma forma de consciência, uma alocação, uma marca simbólica – semelhante aos desenhos rupestres – que impulsiona questionamentos acerca dos discursos culturais dominantes. É, nesse sentido, uma grafia que também é técnica de guerrilha, pois deixa suas nódoas, suas manchas, suas feridas impressas na pele urbana para estremecer a anestesia que hoje culmina.



⁵ A pesquisadora brasileira Andy Jankovski desenvolveu um pujante escrito intitulado “Pixação não é arte e nem é para ser” sobre essa questão.



EXPANDINDO A PELE E CRIANDO POROS

Derradeiramente somos amassados pela gravidade, pela inércia e imobilidade. Só que essas são agora, mais do que antes, fortemente intensificadas por um (des)governo que paira por nossas casas, nossas ruas, nossas esquinas, nosso chão. Ele meticulosamente carrega circunstâncias atemorizadoras que pouco a pouco nos amarram e machucam. É assim que as paredes começam a perder suas cores e, como uma troca de pele, descascam, descamam um mundo que grita alerta. As ruas, de repente, parecem reduzidas a um empilhamento aleatório, a um amontoamento, formigamento, por não dizer deterioramento de horários e cronogramas incessantes a cumprir. É, as cidades estão polvilhadas de destroços e em todos os rostos circulantes há sinais de reticências: boca fechada, olhos sombrios, pensamento aflito.

O mais estranho é que de tão imersos, às vezes, não parecemos ter algo a dizer sobre isso. Mas temos. Eu tenho. Tanta gente tem. Existe uma voz que sussurra, que se materializa em versos, em instrumento, prática e postura desassociadas desta sociedade, desta logística que nos contorna. Essa voz é a reivindicação da rua. Seu linguajar expressivo nos encontra, atravessa e subitamente muda o caminho, criando uma espécie de ruído na paisagem urbana. É justamente essa fissura em estado de resistência, expansão, ocupação, reinvenção, qui-

zá invasão, que contém a possibilidade de sacudir os tantos modos de vida do nosso tempo. Talvez, ela não venha se opor à gravidade, mas produz tangentes à sua reta: quando revela maneiras de escorregar, dissolver, dispersar, corroer o sistema em forma de contra-arte, contraestética, contracosmética social.

Trata-se, portanto, de perceber as possibilidades de atuar – em vez de controlar – na audaciosa tentativa de construir uma paisagem crítica, poética, repleta de atividades geradoras de pensamento e desequilíbrio. Quem sabe assim acentuaremos as inclinações e provocaremos deslizamentos de funcionamento, sejam quais forem. Afinal de contas, essa caligrafia está na margem de uma construção que não tem linhas guias como referência. Ela se desloca, se desintegra,



se desmonta, implicando uma relação dinâmica, ativa, instável, capaz de se movimentar, dialogar e, sobretudo, tencionar. É como se a cidade fosse despida de sua pele e provida de uma existência mais intensa, mais carnal, mais humana.

BREVES E POSSÍVEIS DESCAMINHOS

Sugiro um respiro. Um suspiro. Sugiro uma tomada de consciência corpórea e incorpórea para um afrontamento que requer disponibilidade, cuidado e compreensão de outras possibilidades de vida.

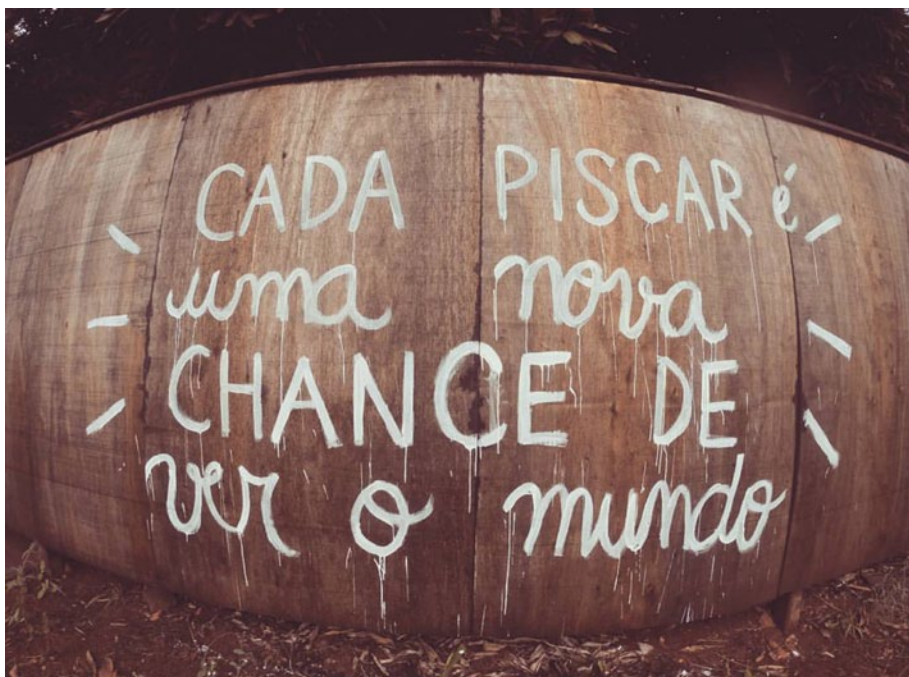
Se assim agora estiver, sigamos.

Como artista, pesquisadora e portadora de tantos não saberes, tráfego pelo mundo com um olhar atento. Estratos, revestimentos, cascas, rugas, rastros, sulcos, dobras, corpos me interessam. Formas de dizer e fazer o corpo e seu abrigo me encantam. Por conta disso, desnudo uma pequena série de escritos urbanos que despiram meus dias em cidades, países e circunstâncias diferentes: Brasil: Porto Alegre, Pelotas, Três de Maio; Holanda: Amsterdam; Uruguai: Rivera e Chuy.

Tal conjunto imagético não encontra começo nem fim. Ele se faz em respingos, em caminhos, nós e costuras que tecem uma compreensão de uma vida-criação-escrita tátil. Compor seu agrupamento é saber que criar é construir criticamente, pois sua união produzirá um discurso, um reposicionamento frente ao mundo enquanto contato e reverberação de questionamentos. Portanto, sinta-se à vontade – com todas as licenças e liberdades poéticas possíveis – para provocar conhecimentos íntimos, ínfimos, além dos aqui propostos, diante dos aqui violados.

BIBLIOGRAFIA

- BEUYS, Joseph. **A revolução somos nós**. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.
- CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível**. São Paulo: Invisíveis Produções, 2015.
- JANKOVKI, Andy. **Pixação não é arte e nem é para ser**. Disponível em: <http://paragrafo2.com.br/2017/01/19/a-pixacao-nao-e-arte-e-nao-e-para-ser/>. Acesso em 15 fev. 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**.



- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VALERY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 2011. ■


 Pascale Pichon

Percursos de vida e de pesquisa na cidade

Pascale Pichon é socióloga, professora da Université Jean Monnet, na cidade francesa de Saint-Étienne, onde concedeu a entrevista em novembro de 2015. Pioneira em pesquisar o fenômeno do viver na rua, seu percurso profissional e seus escritos se confundem com a trajetória dos estudos sobre o tema na França e na Europa. Na entrevista, ela relembra seus primeiros trabalhos de observação etnográfica de um albergue noturno e da mendicância. Menciona as influências que recebeu, tanto pelas leituras de Foucault, Goffmann e Becker, quanto de Isaac Joseph, seu orientador de tese e um dos responsáveis pela disseminação na França dos estudos da Escola de Chicago.

A entrevista contém reflexões sobre muitos componentes do fazer das Ciências Sociais: da aproximação a um fenômeno percebido à sua problematização conceitual, a definição das categorias analíticas, as escolhas metodológicas, as experiências do pesquisador em responder aos editais de financiamento de pesquisas e outros. Pascale Pichon comenta a constituição de redes de pesquisa (em âmbito nacional e internacional) em torno ao tema do *sans-abrisme* (*homelessness*) e o papel de professores e pesquisadoras confirmados na formação de novos pesquisadores em Ciências Sociais. Além disso, ela relata a experiência de diálogo e cooperação entre estudiosos do urbano, arquitetos, artistas, designers e fotógrafos. Finalmente, aborda um assunto escassamente discutido nas Ciências Sociais: o relacionamento com a mídia, a participação dos pesquisadores em debates públicos, a divulgação por meios não acadêmicos dos resultados dos estudos nessa área.

Entrevista realizada por

**Cristina Almeida
Cunha Filgueiras**

é professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris). Realizou estágio de pós-doutoramento no Centre Max Weber da Université Lyon II.

cfilgueiras@pucminas.br

Pascale Pichon é também pesquisadora do Centre Max Weber, onde atualmente coordena a equipe de pesquisa Culturas Públicas. Da sua vasta produção, destacamos *Les SDF: sortir de la rue. Discontinuités biographiques et travail de la reconversion* (2005), *Vivre dans la rue. Sociologie des sans domicile fixe* (2007) e a coletânea *Au temps du sans-abrisme. Enquêtes de terrain et problème publics* (2016)¹.

Os seus trabalhos de pesquisa estão mais concentrados nos temas do viver na rua, das questões sociais e do espaço público. Como ocorreram essas escolhas?

Pascale Pichon (PP): A sua pergunta me permite voltar à origem do meu trabalho de pesquisa, que sofreu certo número de inflexões ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Minha escolha inicial era me dedicar à pesquisa de campo para tentar compreender a questão do viver na rua. Ao final dos anos 1980, na França, apenas se começava a falar dessa categoria de “novos pobres”: os sem domicílio fixo [SDF]. Eu tinha naquela época uma ideia precisa: queria realizar, para a obtenção do meu DEA (diploma que precedia a elaboração da tese de doutorado) uma monografia sobre o abrigo noturno em Saint-Étienne. Nessa cidade de porte médio, que possui pouco menos de 200.000 habitantes, o abrigo noturno era um local de acolhida incondicional de pessoas sem moradia. Por que essa ideia para uma monografia? Porque eu estava influenciada pelos trabalhos de Michel Foucault e também pelos de Erving Goffman sobre a instituição total. Eu estava sensível a esses lugares institucionais de socorro – de atendimento geral como dizem hoje os profissionais do social – e à experiência social típica que ali se desenvolve quando se necessita ajuda para as necessidades da vida cotidiana, quando as escolhas da vida se reduzem e as sociabilidades são enquadradas pela instituição. Eu tinha em mente a longa história do grande confinamento dos pobres que começou na França com o hospital geral e dos quais os abrigos noturnos guardam a memória e os traços. O abrigo noturno de Saint-Étienne tinha uma característica muito interessante porque foi, em sua origem, um anexo do hospital geral e depois se transformou em uma instituição independen-

te de alojamento de urgência. Construído no final do século XIX, ele era fruto dessa história do grande confinamento, porém em seguida sua organização se transformou. Interessava-me compreender o que restava dessa história de acolhimento dos pobres, o que se mantinha na atualidade. Como as pessoas sem domicílio eram acolhidas? Qual hospitalidade lhes era oferecida na cidade? Era uma escolha muito pessoal ligada, sem dúvida, ao trabalho de assistente social que eu exercia então e aos estudos na universidade que eu fazia ao mesmo tempo. Foi igualmente uma opção metodológica de observação etnográfica no seio de uma instituição que eu não conhecia, apesar de estar localizada no centro da cidade a alguns passos da universidade de Saint-Étienne. Submeti a proposta a Isaac Joseph², filósofo e sociólogo da Universidade de Lyon, eminente conhecedor e tradutor dos trabalhos de Erving Goffman e importante divulgador na França das teses da Escola de Chicago e a quem eu havia solicitado que fosse meu orientador de tese. Ele ficou muito interessado, porém com a condição de que eu não fizesse somente o DEA mas um trabalho de tese!³ Foi assim que fui “embarcada” na carreira de pesquisadora.

Ao longo dessa pesquisa – que eu diria exploratória e de iniciação – praticamente me instalei na instituição. A direção, os trabalhadores sociais e os voluntários que ali trabalhavam me aceitaram sem estabelecer nenhuma condição. Eu ia diversas vezes por semana, de dia e em noites inteiras. Ali comecei a perceber que o abrigo noturno não correspondia ao sistema de confinamento de uma instituição total, apesar de que uma grande quantidade de indivíduos ali permaneciam durante meses, às vezes anos. No entanto a maioria circulava por diferentes lugares, diferentes serviços, em busca de outros recursos econômicos e outros serviços no espaço público e nas instituições administrativas ou nas associações de caridade. Comecei a acompanhar as pessoas em suas trajetórias cotidianas, às outras instituições e

1 PICHON, Pascale. *Les SDF: sortir de la rue. Discontinuités biographiques et travail de la reconversion*, Paris, PUCA. 2005
PICHON, Pascale. *Vivre dans la rue. Sociologie des sans domicile fixe*, Saint-Étienne, PUSE. 2007.

PICHON, Pascale; GIROLA, Claudia et JOUVE, Élodie (coordonné par). *Au temps du sans-abrisme. Enquêtes de terrain et problème public*. Saint-Étienne: Publications de l'Université. 2016.

2 Isaac Joseph (1943-2004) foi professor de sociologia da Université Lumière Lyon 2 e da Université Paris X-Nanterre. A respeito da contribuição de Isaac Joseph para os estudos urbanos e sua participação no intercâmbio científico-acadêmico com o Brasil, sugere-se consultar VALLADARES, Lícia do Prado; LIMA, Roberto Kant de. “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”. *BIB*, Rio de Janeiro, 49, pp.3-31, 2000; MELLO, Marco Antonio S. et al. “Isaac Joseph: diário de bordo, percursos, experiências urbanas e impressões de pesquisa”. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2011, pp. 479-515.

3 PICHON, Pascale, *Survivre sans domicile fixe. Étude socio-anthropologique sur les formes du maintien de soi*. Thèse de doctorat de sociologie, Université Lyon 2, 1995.

outros lugares de sobrevivência, ao hospital, na rua quando elas iam mendigar, nas moradias invadidas quando deixavam o abrigo, em outros alojamentos e outras associações com acolhimento diurno. Em Saint-Étienne a rede de associações tinha dimensão importante e as pessoas circulavam no interior dessa rede. Percebi rapidamente que para compreender a condição das pessoas que viviam na rua e sua experiência social eu precisaria desenvolver uma observação multissituada, com o objetivo de identificar e documentar situações muito diferentes. O abrigo noturno era apenas um dos elos de um circuito que cada um se dedicava a personalizar vinculando-se mais a certos lugares de acolhida do que a outros. Chamei essa primeira pesquisa de campo de “A carreira, o pedir esmola e o abrigo”.⁴ Ao fazer referência à história do tratamento dos mais pobres, a pesquisa mostrou como se realiza o confinamento na época contemporânea, ou seja, não mais no interior de uma única instituição, mas dentro do circuito assistencial.

Abordei essa experiência social pela análise etnográfica das condições de vida das pessoas que estão na rua prioritariamente de seu ponto de vista e, de modo complementar, nas conversas e interações com os trabalhadores sociais, os voluntários das associações e as pessoas que passam nas ruas. Conforme os encontros e algumas possibilidades de escolha, as pessoas construíam seu ambiente, formado por lugares, instituições, percursos na cidade (ou entre várias cidades), nos quais os vínculos com os lugares e as pessoas tomavam consistência biográfica. Mobilizei, na linha teórica do interacionismo, a noção de carreira, que associei à ideia de sobrevivência para forjar a noção de “carreira de sobrevivência”. Isso permite apreender o movimento instável, frágil, da vida vivida por etapa, o fio de iniciações, experimentações e experiências de não ter onde morar, sem um habitat estável, quando se “navega” entre rua e assistência. Eu queria compreender e tornar públicas essas “linhas biográficas”, para retomar os temas de Robert Castel e Ruwen Ogien nas suas análises sobre as saídas da toxicomania. Na condição de moradores de rua, como as pessoas conseguiam sobreviver, estando ou não inseridas em redes coletivas formais (as instituições, os trabalhadores sociais, os companheiros da rua, as pessoas que fazem doações nas ruas) e contando apenas com ligações frágeis ou frouxas? Não possuindo recursos materiais, ou muito poucos, a maioria vivendo em um estado de privação econômica quase absoluto,

⁴ O texto foi divulgado pela primeira vez como “*La carrière, la manche et l’asile*”, *Sans domicile fixe dans l’espace public. Contexte et catégories de l’expérience. Actes du séminaire 1992-1993 “Accessibilité et situations d’urgence”, Plan urbain*, DRAST-RA-TP, 1993, pp.77-92.

muitos desses homens estavam desempregados, com frequência sem qualificação de trabalho, se viravam para fazer “bicos” em mercados, na retirada de neve das ruas no inverno, na colheita de uva no outono etc. Havia muito poucas mulheres no abrigo porque elas eram, com frequência, acolhidas em outros locais especializados ou se beneficiavam de uma rede familiar mais eficiente.

Essa primeira pesquisa etnográfica me permitiu, portanto, identificar os “marcos de experiência” das pessoas que viviam na rua que construíam suas carreiras com suas etapas típicas, seus lugares incontornáveis, com instituições hierarquizadas, conforme os serviços oferecidos e sua qualidade de acolhida, formando uma rede. Como as pessoas conduziam sua carreira de sobrevivência na rua? Com quais restrições e quais possibilidades de projeções de futuro? Como elas conduziam suas atividades de sobrevivência, de modo individual ou coletivo? Como se manifestavam as articulações entre o pertencimento – mesmo frágil – a coletivos e as mobilidades individuais? Como se revelavam as possibilidades de viver na cidade, em quais lugares, em relação com quais instituições benevolentes ou, ao contrário, excludentes?

Sem querer responder a todas as perguntas, essa primeira pesquisa foi realmente pioneira porque permitiu, em seguida, desenvolver na França um programa de pesquisa. Isaac Joseph, meu orientador de tese, era conselheiro científico do *Plan Urbain*. Esse organismo de pesquisa e experimentação nacional, situado em Paris e dependente do Ministério do Equipamento e da Habitação atualmente se denomina *Plan Urbain Construction et Architecture* (PUCA)⁵. Ele permitiu o início de um programa nacional de pesquisa sobre o morar na rua. Era uma questão nova de investigação, poucos pesquisadores se interessavam por esse segmento da população, suas condições de vida, as consequências políticas dessa questão social e ao mesmo tempo urbana. Evidentemente existiam estudos sobre a precariedade e a exclusão, porém não havia trabalhos específicos sobre a questão “morar na rua”. Houve então um primeiro programa de pesquisa que se apoiou em parte sobre as grandes linhas dessas primeiras explorações.

Portanto, a senhora participou do início desse programa de pesquisa sobre o espaço urbano.

PP: Entrei nesse programa respondendo a um edital de pesquisa. Na verdade, havia um programa de

⁵ Agência interministerial criada em 1998 com o objetivo de produzir, a partir de pesquisas de diversos tipos, sobre territórios e cidades, para subsidiar a ação de órgãos públicos.

pesquisa sobre o espaço público que propunha uma renovação do questionamento sobre a cidade, as políticas públicas e as mutações urbanas. Nesse vasto programa eram abordadas diferentes dimensões sensíveis do espaço público contemporâneo: os serviços, os usuários, as sociabilidades nos espaços de transporte, a acessibilidade, as profissões dos serviços de urgência etc. Foi aí que Isaac Joseph articulou, no comitê sobre espaço urbano no qual ele participava, a questão dos moradores de rua. Em 1990, terminei o meu diploma e foi nesse momento que a articulação entre cidade, espaço público e moradores de rua se realizou. Na realidade, nesse momento os trabalhos sobre os moradores de rua não abordavam apenas sua relação com os espaços públicos. Mais globalmente eles reinterrogavam a questão social e a questão urbana.

No seu caso, como essa articulação aconteceu?

PP: No meu caso, realizei uma pesquisa de campo intitulada “*Les réseaux de survie: la quête, l'échange, le don*”⁶, na qual a articulação com o espaço público está presente em particular na etnografia da mendicância. Porém, mais precisamente ainda, eu diria que isso aconteceu naturalmente, ao sair da instituição [para pesquisar]. Desde que comecei a me interessar pela vida cotidiana das pessoas, ficando perto delas nos locais que frequentavam, integrei ao meu questionamento essa condição entre visibilidade e invisibilidade que elas ocupavam nos espaços públicos urbanos. Uma grande parte de seus dias e de suas noites se passa em locais muito expostos no centro da cidade, ou mais afastados, nas margens. Interessei-me ao mesmo tempo por situações típicas no espaço público, como a mendicância ou o agrupamento entre pares, e também pelas situações ordinárias nas instituições e, finalmente, pela circulação entre todos esses diferentes lugares percorridos, investidos, apropriados de acordo as necessidades da sobrevivência. Assim, pude identificar as situações-chave nas instituições e nos espaços públicos. O trabalho específico sobre o ato de pedir esmola começou desde as minhas primeiras observações e se prolongou durante vários anos, inicialmente em Saint-Étienne, depois em Paris e, em seguida, em outras cidades da França, de acordo com meus deslocamentos. Saint-Étienne, devido ao tamanho da cidade não ser nem muito grande nem muito pequeno, oferecia a possibilidade de compreender como funcionava a rede de assistência no conjunto de um território urbano. Poder abordar todas as instituições era um critério de viabilidade da pesquisa.

6 “As redes de sobrevivência: a busca, a troca, a dádiva”.

Em Paris, em uma pesquisa conduzida por uma única pesquisadora, não seria possível tomar em conta o conjunto da rede de assistência e dos lugares públicos da sobrevivência.

Após concluir minha tese, trabalhei com uma equipe sobre o espaço parisiense. Antes, porém, e no contexto da tese, conduzi as pesquisas sozinha, por exemplo, no metrô e dentro de certas instituições, como lugares de acolhida, ou junto aos trabalhadores sociais do metrô. Nesse caso, trata-se de uma associação que havia sido criada recentemente pela RATP⁷ para ajudar as pessoas que permanecem no metrô e também para retirá-las dali. A associação se chamava “*Coup de pouce*”. Juntavam-se as questões da assistência e da ordem pública. Essa pesquisa foi financiada pela RATP, que tinha um departamento que também fazia a programação e a publicação de pesquisas. Numerosos pesquisadores trabalharam sobre objetos extremamente diferentes nesse contexto, tais como a mobilidade, o design, a limpeza, a segurança, a acessibilidade, o comércio. No meu caso, trabalhei sobre essa forma de assistência, inédita no metrô, e sobre as relações entre os moradores de rua nesses lugares conectados à cidade, e também, é claro, sobre suas relações com os trabalhadores sociais e os agentes do metrô.

Como evoluiu o campo de pesquisa sobre o fenômeno e as situações do viver na rua?

PP: Estive engajada nessa evolução, assim como outros pesquisadores que haviam igualmente começado seus trabalhos no início daquela década, constituindo uma primeira rede de pesquisa. Esse programa foi executado durante vinte anos pelo *Plan urbain* (depois PUCA) e não pelo *Ministères des Affaires Sociales*. O que é uma originalidade, um tipo de bizarrice francesa, poderíamos dizer, que se explica pelo menos por dois motivos: de uma parte, porque esse problema social havia se tornado um problema público, e o poder público tinha necessidade de conhecimentos para investir em políticas urbanas. De outra parte, porque os gestores de projetos desses organismos estavam particularmente sensibilizados pelo problema e, ao mesmo tempo que orientavam a pesquisa, eles acompanham experiências e ações inovadoras dirigidas aos públicos marginalizados.

Respondi a editais de pesquisa do *Plan urbain* que me permitiram também financiar o início da minha tese. Além disso, foi-me confiada uma pequena

7 RATP, *Régie autonome des transports parisiense*, companhia que presta os serviços públicos de metrô, ônibus e trens urbanos na região de Paris.

missão de supervisão que consistia em acompanhar um programa de pesquisa pluridisciplinar no nível europeu sobre as situações e o atendimento de moradores de rua com perturbações mentais. Naquele momento, a questão do viver na rua já estava posta no nível europeu. A ONU havia decretado, em 1987, o Ano Internacional dos Desabrigados⁸. A criação da Federação europeia de associações nacionais que trabalham com os moradores de rua – FEANTSA⁹ – começou a ser financiada pela Comissão Europeia em 1989. Portanto, no início dos anos 1990, desenvolve-se um conjunto de reflexões, ao mesmo tempo no nível europeu e no nível nacional. Meu trabalho de supervisão consistia em acompanhar um colóquio internacional, fazer relatórios, ler e fazer sínteses dos estudos existentes sobre o tema. Durante todo o período da minha tese fiquei ainda muito atenta aos trabalhos estatísticos que se desenvolveram de forma complementar. Creio que somente após a tese colaborei diretamente com uma pesquisa estatística ou, mais exatamente, dirigi um pequeno grupo de pesquisadores para desenvolver uma abordagem qualitativa sobre os lugares públicos da sobrevivência, que poderia iluminar a pesquisa estatística e os métodos de abordagem sobre pessoas que vivem na rua.

Quanto à estatística, uma instituição em particular se interessou pelo recenseamento dos moradores de rua: a CNIS, *Commission nationale d'informations et de statistiques*. Ela era uma emanção do INED, *Institut national d'études démographiques* e do INSEE, *Institut national de la statistique et des études économiques*, os dois grandes institutos nacionais de estatística na França. Foi constituído um comitê para refletir especificamente sobre a metodologia a utilizar para recensear as pessoas que vivem na rua (o que é um forte desafio político). Antes desses trabalhos, as pessoas que viviam nas ruas não apareciam no censo nacional, nenhum método era utilizado para conhecer melhor essa realidade ligada às maiores desigualdades sociais. Então houve de parte desse grupo de trabalho toda uma reflexão sobre as categorias de designação, as definições necessárias e a busca de um consenso sobre elas para desenvolver métodos de captação no espaço público (a fim de não esquecer ninguém, mas igualmente de não fazer dupla ou tripla contagem). Maryse Marpsat e Jean Marie Firdion, dois pesquisadores estatísticos, estiveram muito engajados nesses trabalhos. As abordagens qualitativas não foram dissociadas da enquete quantitativa. Foi realizada uma enquete exploratória. Havia dois pesquisadores esta-

tísticos e ainda duas pesquisadoras antropólogas que trabalharam juntamente com pequenas equipes com dois fotógrafos. A pesquisa abordava os lugares da sobrevivência cotidiana em Paris. Ela nos permitiu, nesse contexto, refletir sobre a questão da imagem. Escolhemos não fotografar as pessoas, mas unicamente os lugares onde as se instalam de modo efêmero ou durável e, assim, acompanhar seus percursos na cidade. Perseguíamos essa ideia de que as pessoas andam na cidade, circulam de uma instituição a outra, com agendas extremamente carregadas para honrar seus compromissos, fazer os trâmites e obter alguns magros recursos para subsistência. Tudo isso participava da subsistência e se manifestava igualmente como uma espécie de aprisionamento. Eu verificava uma vez mais essa realidade das pessoas que vivem na rua. Desse modo, percebemos quanto certas pessoas que encontramos tinham competências, possuíam saberes sobre a cidade que elas percorriam sem cessar. Então realizamos o trabalho com essas pessoas apoiando-nos sobre suas competências. O vínculo com o fotógrafo era muito interessante, porque o recurso fotográfico foi utilizado como meio relacional e como suporte para as longas entrevistas. As fotografias permitiam compreender melhor os circuitos precisos na cidade e apoiar-nos sobre conhecimentos das pessoas a partir da sua experiência da cidade e da tessitura institucional.

Essa sucessão de programas de pesquisa, que progressivamente se reduziu, parou quando os gestores de projeto e de acompanhamento de pesquisa do PUCA saíram, mais ou menos em 2005 ou 2007. Em 2012, com uma pequena equipe de pesquisadores, foi a última vez que tivemos apoio desse organismo, que foi para realizar uma exposição de pesquisa. Para isso, demandamos um apoio financeiro que era apenas um complemento do orçamento financiado pela Université de Saint-Étienne, a *Cité du design*¹⁰ e pela DIHAL (*Délégation interministérielle au logement et à l'hébergement*). O último programa consequente de pesquisa do PUCA deu lugar a uma obra intitulada *Les SDF: visibles, proches, citoyens*¹¹.

Em seguida, dirigi um trabalho de pesquisa de comparação internacional sobre a relação entre a construção do problema público na França, o Quebec e a Bélgica, as pesquisas e as políticas públicas que se desenvolveram nesses países. Esse trabalho, com

8 *International Year of shelter for the homeless*.

9 No original *Fédération européenne des associations nationales travaillant avec les sans-abri*.

10 Mantida pelos governos da cidade de Saint-Étienne, da região Rhône-Alpes e pelo Ministério da Cultura, a *Cité du design* é um centro de ensino superior, pesquisa, desenvolvimento econômico e valorização em torno do design e da arte.

11 BALLEET, Danielle (sous la direction de). *Les SDF: visibles, proches, citoyens*. Paris, PUF, 2005.

uma pequena equipe de seis pesquisadores, gerou a publicação *SDF, sans-abri, itinérant. Oser la comparaison*¹².

Como eram os debates e as colaborações com os pesquisadores de outros países?

PP: Ao longo dos programas de pesquisa, houve encontros com outros pesquisadores e, por vezes, algumas colaborações. Inicialmente com pesquisadores que tinham trabalhado na América do Norte, em Nova Iorque ou em Montreal (Anne Lovell, Kim Hoer, Samuel Bordreuil, Shirley Roy, Danièle Laberge). O PUCA concedeu financiamentos de pesquisa a alguns pesquisadores estrangeiros, e nos encontramos nos seminários. Nesse momento eu estava ainda fazendo a tese. Depois houve igualmente uma abertura do diálogo com pesquisadores e outros profissionais europeus (da Bélgica, Itália, Espanha, Holanda etc.). Nessa época, as problemáticas social e urbana dos moradores de rua eram abordadas em torno da questão da saúde mental. Havia então profissionais que eram também pesquisadores [*praticiens-chercheurs*], psicólogos e psiquiatras que eram confrontados nas suas práticas a essa questão e se interrogavam sobre as modalidades de tratamento, a saída da instituição hospitalar, ou ainda a psiquiatria de rua, “ir em direção de” [*l’aller vers*]. Todas essas questões estavam ligadas ao processo de desinstitucionalização que tinha conduzido um número de pacientes a viver em moradias na cidade e, para alguns, na rua. Lembro-me de um colóquio internacional em Bruxelas no qual ocorreram numerosas discussões sobre questões de prática e de pesquisa. Após esse colóquio vários pesquisadores de diferentes países europeus refletiram a respeito dos relatos biográficos nos métodos de investigação e nas práticas de cura: como abordar os fragmentos de relatos que as pessoas entregavam? O que reter de suas histórias? Como compreender os percursos e trajetórias de vida?

É daí que nasce o interesse pela narrativa de vida?

PP: Não, isso não vem daí. A narrativa de vida foi um dos procedimentos de pesquisa que pratiquei desde o princípio, ao mesmo tempo que a etnografia e o trabalho nos arquivos dos abrigos noturnos. Essa abordagem, ao mesmo tempo metodológica e

teórica, gerou uma profunda reflexão na minha tese, porque a pesquisa de campo sacudiu as certezas nesse assunto. Por um lado, engajei-me em uma abordagem sócio-histórica e, por outro, interessei-me pelas interações e pelas narrativas de vida, método que logo me pareceu central e que não parei de aprofundar depois disso. É um aspecto para mim muito importante. No campo de pesquisa, precisamente, a narrativa de si não é evidente. Pode parecer paradoxal, pois os moradores de rua passam seu tempo a narrar um monte de coisas de suas vidas, em numerosas interações ordinárias. Por exemplo, eles relatam no guichê das instituições (de modo induzido ou espontaneamente) inúmeros fragmentos biográficos. Porém a narrativa construída e reflexiva não é fácil de ser obtida na pesquisa. Isso exatamente em razão da sobrevivência e de numerosas ocasiões nas quais devem falar de si, se apresentar, formular de certa maneira suas histórias pessoais com o objetivo de obter alguns bens e serviços e estabelecer uma relação conforme os códigos narrativos estabelecidos e aos quais elas devem mais ou menos se conformar. Nós nos encontramos, portanto, diante de uma primeira narrativa estereotipada sobre as infelicidades, da qual é preciso distanciar-se para chegar a uma heurística da narrativa. No campo de pesquisa, como ir além daquela narrativa? Essa é a verdadeira questão. Aprofundi mais radicalmente isso em um longo trabalho de pesquisa conduzido com um antigo morador de rua, Thierry Torche, que encontrei durante os estudos sobre o “sair da rua”. Há uma publicação desse método e dessa narrativa¹³. De certo modo estavam na sequência lógica de meus trabalhos sobre a carreira de sobrevivência perguntar se é possível “sair” dessa carreira ou não, e como.

Os poderes públicos buscavam conhecimentos sobre o tema?

PP: Para alguns. certamente sim, sem dúvida. Essa orientação sobre a saída da rua, sobre o destino dos moradores de rua, fazia parte do programa de pesquisa do PUCA sobre as representações, as identidades e as trajetórias. Esse programa era o resultado de discussões entre diretores de projetos, técnicos especialistas, políticos e pesquisadores. Diversos pesquisadores responderam a essa questão. Alguns, como Jean Mantovani, de Toulouse, se interessavam pelas mobilizações coletivas, os grupos mais políti-

12 PICHON, Pascale (sous la direction de). *SDF, sans-abri, itinérant. Oser la comparaison*. Louvain-la-Neuve, Presses universitaires de Louvain, 2008.

13 PICHON, Pascale; TORCHE, Thierry. *S’en sortir. Accompagnement sociologique à l’autobiographie d’un ancien sans domicile fixe*. Saint-Étienne, Presses universitaires de Saint-Étienne, 2007.

cos de moradores de rua, desempregados, trabalhadores sociais. Em Saint-Étienne, houve também uma mobilização coletiva que acompanhei um pouco à distância. Eu já conhecia os protagonistas, mas um dos meus doutorandos analisou essa mobilização de maneira mais aprofundada. Poderíamos, sim, dizer que a preocupação com a saída da rua tinha sua fonte nas novas realidades. Da minha parte, tentei realizar a pesquisa de campo atendo-me ao ponto de vista dos próprios protagonistas que se designavam como “antigos moradores de rua”, o que me possibilitou obter numerosas entrevistas que permitiram analisar desde seus pontos de vista à saída de uma carreira de sobrevivência. Foi desse modo que busquei compreender essa etapa de reconversão.

A saída da rua é o que, nos seus escritos, a senhora chama de “trabalho de reconversão”?

PP: Sim. A noção de reconversão me parecia perseguir a metáfora da carreira empreendida, como disse Howard Becker na sua análise sobre o desviante, no domínio da sociologia do trabalho. Como a noção de carreira, a de reconversão pertence ao campo semântico do trabalho e também ao da religião. Ora, em todas as observações e nas entrevistas que fiz havia essa dimensão, que não é sempre estritamente religiosa ainda que a encontremos por vezes, o que talvez não seja estranho ao proselitismo religioso ativo de certos profissionais ou voluntários das instituições de caridade. Porém, ela pertence ao domínio da convicção e das crenças: as pessoas se apoiam sobre as convicções fortes, o que parece dar-lhes poder para transformar a experiência adquirida na sua carreira de sobrevivência em outras aquisições no mundo ordinário das trocas econômicas e do trabalho. É o que, no âmbito da educação e da formação, chamamos transferência de competências. Porém, para que essa transferência possa se realizar, são necessárias alavancas. Uma dessas alavancas consistia em reencontrar a fé no mundo comum, agarrar-se a essa crença que redistribuía então o lugar que cada um pode ocupar. Essa convicção reativada acompanhava a ação individual ou coletiva e a vontade de alguns de transformar seu ambiente, encontrando igualmente outros apoios coletivos ou institucionais para fazer esse trabalho. Por exemplo, as pessoas que se tornaram “pares-ajudantes” ou “trabalhadores-pares” [*peer workers*], de acordo com diferentes denominações, ultrapassaram a etapa de oscilar de um lugar de “sem” (sem moradia, sem trabalho, sem abrigo...) a outro lugar, agora positivo, contudo sempre no seio da esfera da assistência. Eles saíram sem sair. Essa forma de dizer o novo lugar

ocupado e de, assim, mostrar os impasses da saída, permite transmitir bem rapidamente um dos resultados de médio alcance dessa pesquisa de campo. A categoria “sair sem sair” permite explicar o quanto as pessoas conseguiram desenvolver, pela experiência, um conhecimento do circuito da assistência e como elas adquiriram aptidões para circular e reconhecer as falhas desse circuito. Ela permite explicitar o quanto a nova posição de profissional, adquirida em substituição àquela de abrigado ou acolhido, transforma-se em vantagem no acompanhamento para a saída. Explicitamos como os responsáveis pelas instituições e os trabalhadores sociais tomaram consciência de que esses pares-ajudantes podiam ser bons acompanhantes devido à sua proximidade com os usuários, ligada à vivência e à sua maneira de entrar no mesmo modo de referência baseada na experiência e na linguagem. Esses pares-ajudantes não se tornaram trabalhadores sociais propriamente ditos, devido à sua falta de formação, de diploma e logo de reconhecimento salarial. É uma espécie de reversão incompleta do estigma. Uma posição que se mantém paradoxal.

O complexo fenômeno do viver na rua também se altera. Sobre ele, foram feitos muitos estudos e produzidos muitas informações e conhecimentos. Em sua opinião, o que ainda permanece nas sombras ou pouco conhecido? Talvez seja o momento nessa entrevista de mencionar o seminário “Aux frontières du sans-abrisme”, do laboratório de pesquisa do qual a senhora é uma das responsáveis.

PP: É preciso voltar à origem desse seminário. Como você compreendeu, o mínimo que podemos dizer é que houve na França um enfraquecimento do programa de pesquisa sobre o tema. Em todo caso, não houve mais programação pública e oficial de pesquisa sobre a questão, apesar da sua atualidade. A visibilidade do fenômeno aumentou, ainda que possamos dizer que ele permanece, na consciência e no conhecimento comum, entre visibilidade e invisibilidade. Como todo problema público, podemos observar e documentar todas as etapas desde sua emergência, formulação e reformulação, as reações sociais que ele provoca, as políticas públicas e os planos de ação que tentaram dar respostas sem sucesso.

Assim, não houve mais programa [oficial] de pesquisas, ao mesmo tempo que ocorreu uma certa renovação do interesse pela questão, agora pelos jovens pesquisadores. Ora, a pesquisa sobre o tema na

França não estava estruturada em torno de laboratórios de pesquisa especializados, diferentemente, por exemplo, do Quebec onde havia um organismo – o CRI, *Collectif de recherche sur l'itinérance et l'exclusion sociale* – que reagrupou o conjunto de trabalhos. Na França não havia isso. As pesquisas dos jovens pesquisadores estavam emolduradas por professores orientadores de tese em laboratórios muito diferentes no conjunto do país. Havia então uma demanda desses novos pesquisadores de serem acompanhados por especialistas no tema e de se encontrarem entre eles. Pensei: “É preciso construir uma rede dos jovens para que possam participar na transmissão e nos intercâmbios entre pesquisadores”. A rede se constituiu progressivamente pelo convite regular para participar dos seminários organizados em Saint-Étienne e quando trabalhamos na realização de uma exposição de pesquisa que ocorreu junto com um colóquio internacional. O colóquio pretendeu trabalhar sobre as formas de restituição [dos resultados] das pesquisas e sobre como conectá-las com a esfera pública. Tratava-se de tornar visíveis, legíveis, compreensíveis e acessíveis os processos e procedimentos de pesquisa em Ciências Sociais, assim como certos resultados tangíveis tanto do ponto de vista estatístico quanto do ponto de vista etnográfico e documental. Tratava-se, igualmente, de colocar em perspectiva a maior parte dos estudos realizados nas décadas precedentes. Isso permitia considerar a evolução do fenômeno e do problema público, ver se os estudos dos pesquisadores se conectam ou não com as preocupações do poder público. Nós nos colocamos a questão: como restituir [os resultados] desses estudos? Havíamos iniciado uma reflexão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, sobre a devolução da pesquisa e sobre as modalidades para fazê-lo.

A *Cité du Design* possui um polo de pesquisa muito ativo e com o qual colaborei desde o início. Propus à diretora do departamento de pesquisa – naquele momento, Marie-Haude Caraës, cientista política – realizar uma exposição de pesquisa sobre moradores de rua e o espaço público. Era um desafio, porque evidentemente ninguém na *Cité du Design* tinha se interessado pela questão moradores de rua e o espaço público. Apesar disso, numerosos designers no mundo haviam feito propostas, críticas ou realistas, que visavam à denúncia, inclusive à resolução [da questão] no registro da cotidianidade. Esse trabalho durou mais de dois anos. Construímos o seminário, que já refletia sobre a relação entre pesquisa e política (no sentido da ação política e das políticas públicas). Nos preocupamos em trazer os trabalhadores sociais envolvidos no tema e engajados politicamente. Foi muito interessante! Trouxemos para o seminário nos-

sas redes internacionais, os pesquisadores que estavam prontos e disponíveis para participar. Os quebequenses se engajaram, havia a facilidade da língua para comunicar. A língua era importante, porque as discussões abordavam não apenas teorias e resultados, como também aspectos delicados das designações, das políticas públicas e dos procedimentos de pesquisa. Foi uma aventura absolutamente apaixonante, na qual nós trabalhamos em equipe pluridisciplinar na realização da exposição de pesquisa, tanto sobre o conteúdo como sobre a forma¹⁴. Uma cenografia original foi feita por um designer. Fizemos um trabalho de cooperação absolutamente incrível. A exposição de pesquisa resultou também em um livro de resenha bibliográfica acompanhado de um vocabulário crítico sobre esse campo (as Ciências Sociais e o morar na rua)¹⁵, resultado do trabalho em rede de jovens pesquisadores que se nutriu de toda essa aventura coletiva. O livro é uma das faces visíveis da rede.

Em seguida, os pesquisadores da rede decidiram continuar o seminário de pesquisa, integrando ali outros jovens pesquisadores que trabalham sobre temáticas que não são prioritariamente identificadas como pertencendo ao campo do viver na rua. A questão dos migrantes, por exemplo, também está incluída. Queríamos tomar em conta a evolução do viver na rua, a dimensão heterogênea dos indivíduos e das populações atingidas. Decidimos refletir e concentrar nossas discussões sobre o que se passa igualmente nas beiradas do fenômeno do viver na rua, convocando a pluridisciplinaridade. Daí o título do seminário: “Nas fronteiras da questão do viver na rua”. A reorientação foi trazida, em parte, pelos jovens pesquisadores e possuía um centro de interesse comum. Estávamos todos de acordo em interrogar e documentar a questão espinhosa da relação com a mídia, com a qual estávamos confrontados de maneira nem sempre feliz. Quando trabalhamos sobre um problema público, a relação torna-se essencial. Era igualmente a continuação lógica da exposição ocorrida na *Cité du Design*.

¹⁴ A exposição-colóquio internacional foi realizada em setembro de 2012 http://www.citedudesign.com/doc_root/2012/expositions/5018da383e88f_programme_recherche_sexpose.pdf e está na origem de um filme e da publicação PICHON, Pascale et CARAËS, Marie-Haude (dir.). *La recherche s'expose. Espace public et sans domicile fixe*, Saint-Étienne, Éd. Cité du design, 2012. Acesso em 19 jun. 2017.

¹⁵ CHOPPIN, Katia; GARDELLA, Édouard (sous la direction de). *Les sciences sociales et le sans-abrisme: recension bibliographique de langue française 1987-2012*. Saint-Étienne: Publication de l'Université de Saint-Étienne, 2013.

O relacionamento dos pesquisadores com a mídia e os debates públicos constituem praticamente outro campo de pesquisa. A senhora poderia falar mais a respeito?

PP: Posso voltar em primeiro lugar à reflexão a propósito da construção de um problema social e de um problema público, que comecei a fazer muito cedo na minha carreira de pesquisa e aprofundei progressivamente. Interessei-me, por exemplo, pelas categorias da ação pública, que são igualmente as categorias da experiência, seus usos, seus conteúdos, sua transferência de uma esfera a outra. Segui, assim, tanto o pensamento interacionista quanto o pensamento de Mary Douglas, que reflete sobre o peso das instituições, ou o pensamento de Ian Hacking e tantos outros. Continuei o trabalho da tese sobre a construção da categoria morador de rua [SDF] no qual eu tinha analisado, dentro de uma abordagem sócio-histórica, o surgimento da categoria na esfera pública contemporânea. Antiga categoria da administração pública, ela reaparece na atualidade de forma clara nos debates públicos na França sobre a lei da Renda Mínima de Inserção. Essa categoria, como outras categorias oficiais de designação, é performativa. Ela foi particularmente performativa no espaço público e no espaço midiático. Aqui, a mídia desempenhou papel determinante na legitimação do problema público, na instalação de uma categoria que logo ganhou sentido comum, dado que ela permanece também vetor de debates.

À primeira consideração segue um segundo elemento para compreender essa orientação: a mediação é parte da construção de um problema público, ela é parte integrante da maneira pela qual as questões de pesquisa são colocadas. Além disso, há a experiência do pesquisador. Os pesquisadores são frequentemente solicitados quando trabalham sobre objetos que são igualmente problemas públicos. Eles são solicitados pela mídia e também pelos políticos para expor uma parte de seus trabalhos de pesquisa, porém não exatamente como eles o desejariam, isso é, com tempo para a desconstrução das categorias, dos preconceitos, expondo o processo da pesquisa e o que ele implica em termos de conhecimentos etc. Tal como meus colegas, e considerando as experiências de cooperação com a mídia, destaco a distorção entre as expectativas midiáticas e as expectativas dos pesquisadores. Parece-nos particularmente interessante problematizar isso. Qual é a distância? Como refletir sobre ela? Como estabelecer um diálogo? Como penetrar na esfera pública? Cientes de nossas experiências díspares, parecia-nos necessário persistir trabalhando nesse tema e interrogar novamente nos-

sas experiências (por vezes mal vividas) com os jornalistas. Precisamos fazer um trabalho de reflexividade, de distinção de situações, de caracterização. Da minha parte, participei, por exemplo, em programas de rádio nos quais houve um trabalho suficientemente longo de discussão com jornalistas e com resultados interessantes. É aí que reside o interesse compartilhado entre o sociólogo e o jornalista, que tem por efeito uma melhor qualidade de transmissão dirigida ao grande público. No entanto, na maior parte do tempo não é o que ocorre. Trata-se de solicitações de urgência, pedidos de respostas por telefone ou por e-mail, em poucas palavras e em pouco tempo. É assim que posso resumir as solicitações. Com frequência, as perguntas requerem tempo de discussão e algumas desconstruções! Outras vezes somos convidados para programas de televisão. Eu não fico muito à vontade nessa forma de comunicação, como a maior parte dos meus colegas. Por isso pergunto sempre quanto tempo de fala disporei. Se me respondem “dois minutos”, digo “não, agradeço”! A reflexão é, pois, sobre a maneira de abordar a esfera pública de modo satisfatório tanto para o pesquisador como para aqueles que podem ser os intermediários, acompanhantes ou jornalistas (que, aliás, por sua vez podem envolver-se em um trabalho de pesquisa jornalística). A ideia é se perguntar como construímos o diálogo. Ir mais longe ainda: os pesquisadores podem, com as ferramentas digitais de que dispomos todos, ir diretamente à esfera pública? Nesse caso, como agir segundo algumas regras e limites? Como essa nova condição problematiza os objetos dos pesquisadores? Como integrar em um programa de pesquisa a questão da mediação dos resultados, por exemplo? Foi o que abordou Roch Hurtubise (pesquisador em Sherbrooke, Canadá) em uma das sessões do seminário. Esse é um pequeno panorama de questões propostas aos outros pesquisadores e que alimentam nossas próprias experiências e reflexões. É um canteiro aberto, não encontramos ainda uma forma satisfatória que permitiria que nossos trabalhos tenham acesso à esfera pública via internet, sem terceiros midiáticos. Poderíamos igualmente abrir um programa de pesquisa sobre isso.

O seminário tem ainda o objetivo de formação, pois ele é conduzido pelos doutorandos.

PP: Exatamente. Por isso que me lembrei de sua origem. Ele surgiu da construção de uma rede de jovens pesquisadores, orquestrada no início por pesquisadores experientes. Os jovens pesquisadores pediam para ser acompanhados. Penso também que é muito importante a transmissão da pesquisa, não só dos re-

sultados como também as atitudes de pesquisa, os procedimentos e sua complexidade. Minha posição tem a ver com a questão do acúmulo da pesquisa e com o fato de os jovens pesquisadores precisarem de contexto de formação. É um seminário regular, que congrega inteligências, estabelece objetivos, no qual a fala é absolutamente aberta, não há exigências institucionais e isso dá lugar a possibilidades de tomar a palavra sem riscos, permite aos doutorandos aprender a se expressar, formular e explicitar questões publicamente. Penso que é um lugar muito formador, que possibilita encontros, construção de laços que serão úteis na sequência de suas carreiras de pesquisador. Uma das minhas convicções é a de que a pesquisa é, de uma forma ou de outra, coletiva. Mesmo se o pesquisador ou pesquisadora escolhe seu campo, vai orientar seu questionamento em função de sua própria formação, em função de suas experiências, de suas leituras, de suas escolhas teóricas, dos encontros, dos filmes que vê no cinema etc. Ele não está nunca pensando sozinho, pensa “com” e “contra”, como disse muito bem o historiador Gérard Noiriel. Talvez seja porque eu mesma, no início, pude participar, no contexto de programas de pesquisa, de inúmeros seminários e, assim, ter encontros que em seguida se mostraram essenciais e me abriram novas orientações de pesquisa. Encontrei com Shirley Roy¹⁶, por exemplo, nos anos 1994-1995, em Paris. Nós nos perdemos de vista durante uns dez anos, e nos reencontramos em um colóquio internacional. A partir daí construímos laços que persistem até hoje através dos projetos de pesquisa em comum, dos colóquios, dos convites recíprocos. Isso vale para muitos outros pesquisadores no exterior e na França. Para os jovens pesquisadores é também importante que construam sua própria rede, encontrem pessoas, que se abram o máximo possível para o nível internacional, a pluridisciplinaridade, se lancem alguns desafios!

Em vista de minhas experiências internacionais, sempre pensei que a linguagem é essencial nos intercâmbios entre os pesquisadores. As designações e seus significados devem ser discutidos. As línguas de comunicação persistem uma verdadeira questão no domínio das Ciências Sociais. Por exemplo, minhas próprias experiências internacionais na Europa – onde todos os pesquisadores falam um inglês internacional, um inglês não muito preciso – foram muito frustrantes. Lembro-me de reuniões de pesquisa nas quais foi preciso passar um tempo mui-

to importante [discutindo] o uso das categorias, as designações, as palavras da pesquisa e se elas têm os mesmos conteúdos. Esse trabalho sobre as definições das categorias foi particularmente realizado no contexto das discussões entre os estatísticos. Da minha parte, penso que isso me abriu, em uma orientação de pesquisa diferente, uma reflexão sobre o problema das categorias da experiência e da ação.

A própria expressão “sans-abrisme” é um neologismo.

PP: É o equivalente ao termo em inglês *homelessness*. Na França, pelo menos até os anos 2000, se empregava relativamente pouco o termo “*sans-abri*”. Era a categoria jurídico-administrativa “sem domicílio fixo” [*sans domicile fixe*, SDF] que prevalecia. Ela estava ligada à ação exercida pelo Estado em resposta ao problema público dessa forma de pobreza. Era a categoria que tinha “pegado”, se podemos dizer, na esfera pública, na esfera midiática e igualmente na esfera do trabalho social ou da intervenção social. Esse termo franco-francês corresponde à história do atendimento dos pobres em um contexto nacional específico. Quando se trata de discutir o fenômeno em outros países, a categoria SDF não faz sentido. O termo escolhido no nível europeu é “desabrigado”. Na França, utilizam-se ainda as duas designações: sem domicílio fixo e desabrigado. É interessante identificar os usos segundo as situações. O INSEE propõe uma definição do sem domicílio e outra do desabrigado. Essas definições só valem em um contexto preciso, com objetivos de esclarecimento, porém não valem em geral. Os conteúdos propostos permitem um entendimento mútuo, poder especificar, por exemplo, as condições de vida das pessoas, operar distinções, classificações, [distinguir entre] as pessoas que estão em abrigos, de urgência ou não, ou que vivem em local invadido etc. Por *default*, as categorias sempre reificam a realidade, no entanto não podemos ficar sem elas.

As categorias do “sem” são associadas à posição que os indivíduos ocupam em relação à moradia, ao trabalho e à assistência. O termo desabrigado (sem-abrigo) é o que, por convenção, recobre todas as situações, todas as apelações e designações nos diferentes países da Europa e que se traduz pela palavra em inglês *homeless*. O neologismo *sans-abrisme* (*homelessness*) chega, portanto, de maneira natural na linguagem, porque ele corresponde igualmente hoje a uma inflexão nas políticas urbanas. É a questão da habitação, colocada na França em primeiro plano no contexto da refundação das políticas de habitação que se desenvolveram sob o título de “*Logement*

16 Shirley Roy é professora e investigadora do Departamento de Sociologia da *Université du Québec à Montréal* (UQAM) no Canadá. Co-fundadora do *Collectif de recherche sur l'itinérance, la pauvreté et l'exclusion sociale*.

d'abord” [*Housing First*]. Trata-se de uma política internacional que foi experimentada nos Estados Unidos e que se difundiu para o Canadá, a Europa do norte. Observamos com ela uma mudança de paradigma: as políticas da urgência social são substituídas por políticas centradas na questão da habitação e do abrigo. Atualmente os dois paradigmas coexistem na França.

A noção de “lar” [*chez soi*] está igualmente envolvida aí. Com jovens pesquisadores da rede conduzido, há três ou quatro anos, um trabalho de pesquisa sobre essa experiência para os indivíduos que circulam no que chamamos “sistema de habitat precário”, que compreende situações desde a moradia ruim à falta de moradia e ao abrigamento. Sistema, porque os percursos dos indivíduos mostram o quanto eles rodam nesse circuito e circulam de um estabelecimento a outro sem conseguir ter acesso a um “lar” propriamente dito. No seu uso político, a noção de *sans-abris*, mais que a de SDF, integra dimensões do “lar”, de segurança, intimidade, um lugar onde viver que, estando no espaço público é ao mesmo tempo um espaço próprio, onde inclusive o tema identidade dá o que pensar. Na nossa rede de pesquisa nos parece interessante dimensionar o que essa noção recobre, já que ela permite, além do mais, dialogar com outros pesquisadores no mundo.

E também dialogar com as pessoas que estão nos poderes públicos?

PP: Evidentemente. Não falei antes sobre esse aspecto, porém na sua maneira de abordar seus objetos a pesquisa está ligada também ao político, aos poderes públicos. Nosso seminário se interessou ainda pelos vínculos da pesquisa com “o político” no sentido entendido por Jacques Rancière. Como exprimi anteriormente, tenho algumas experiências curiosas com relação a isso. Fui convidada pelo *Comité d'évaluation et de contrôle de l'Assemblée Nationale* para fazer um informe aos parlamentares sobre os conteúdos da pesquisa na França sobre os moradores de rua. A audiência durou meia jornada e permitiu discussões bem livres. Um relatório foi escrito pelo comitê. Foi, contudo, bastante insatisfatório para um pesquisador, mesmo se pude expor um conjunto de reflexões e de estudos. Mas, para quais efeitos políticos? Entre a ação de pesquisa e a ação política as temporalidades não são as mesmas. O pesquisador não tem nenhum recuo ou ferramentas de medida para cercar o que, dos conhecimentos produzidos, chega até a esfera pública, até o espaço político. Na medida em que o

problema público se metamorfoseia, se transforma, evolui, ele é apreendido de maneiras diferentes. Em trinta anos pude notar as mudanças, perceber como esse problema público é banalizado e como outro, por exemplo, o dos migrantes hoje, ganha mais destaque e suplanta aquele na esfera midiática. Ao mesmo tempo, devemos ver como o problema público dos migrantes é igualmente um problema público do viver na rua, mesmo que não seja identificado somente assim. Essa percepção dos problemas públicos, de sua descoberta, requer uma abordagem processual e uma visão da contemporaneidade apreendida em um tempo longo. Daí a importância das discussões com os jovens pesquisadores.

Atualmente quais são os temas estudados pelos jovens pesquisadores da rede?

PP: Marine Maurin realiza uma tese sobre as mulheres que vivem nas ruas na França e no Quebec. É um trabalho comparativo entre dois contextos nacionais diferentes e também sobre outra dimensão comparativa, a intervenção e o atendimento a mulheres e homens, numa abordagem de gênero sobre a assistência às pessoas que vivem na rua. Gabriel Uribellera faz pesquisa em organismos que acolhem pessoas doentes ou em má condição de saúde. Sua pesquisa é sobre as modalidades de acesso ao cuidado associadas às modalidades de acesso à moradia. É uma abordagem das políticas sociais desenvolvidas nas últimas décadas fora do hospital, com trabalho de campo sobre o dispositivo “leitos de cuidados em saúde” nos abrigos. São leitos destinados às pessoas sem moradia excluídas do atendimento hospitalar porque sua patologia não pode ser tratada ali e não podem também serem tratadas nas ruas. Edouard Gardella terminou sua tese apaixonante sobre a construção do problema público da urgência social, uma cronopolítica do atendimento de urgência na França. Por sua vez, Lucia Katz, historiadora, estudou a origem dos abrigos noturnos e a origem da categoria “desabrigados” no século XIX. O abrigo noturno foi objeto da minha primeira pesquisa de campo etnográfica, então é uma bela ligação com vinte anos de diferença! Outra doutoranda começa uma pesquisa sobre as políticas de “*Logement d'abord*” na perspectiva da comparação internacional.

Eu gostaria que a senhora voltasse ao assunto “ponto de vista do pesquisador” e comentasse os

desafios de, na pesquisa, olhar ao mesmo tempo o fenômeno do viver na rua e a pessoa que vive na rua.

PP: Minha abordagem foi sempre de não esquecer que existe tanto uma parte de compreensão quanto uma parte de explicação do fenômeno ligada aos aspectos estruturais em uma perspectiva processual e sócio-histórica. Esse aspecto não é estranho à abordagem etnográfica e interacionista. A atenção posta sobre os contextos institucionais, os dispositivos das políticas públicas e as categorias da própria experiência das pessoas permite fundamentar hipóteses sobre a própria estrutura da experiência social (como diria Erving Goffman) e articular diferentes escalas de análise. No trabalho etnográfico (e de uma outra forma nos arquivos), nos encontramos confrontados às pessoas, e não apenas a indivíduos. Essa dimensão da relação do pesquisador com o seu campo e com cada uma dessas pessoas é essencial. Ela permitiu abordar noções tais como a dignidade da pessoa e interrogar, em seguida, do lado das políticas públicas, do direito. Por exemplo, sobre seu uso nos debates sobre os decretos que proíbem a mendicância. Creio que há, no encontro com as pessoas nos espaços públicos e dentro das instituições, alguma coisa a tomar em conta que é da ordem do reconhecimento das situações típicas. Ou seja, cada uma das pessoas encontradas tem evidentemente uma história biográfica singular mas, ao mesmo tempo, atravessa um conjunto de situações parecidas às dos outros, situações típicas da condição de não ter moradia ou de viver na rua. São etapas da carreira de sobrevivência que encontramos em cada trajetória de vida, provações, experiências fundadoras e, em certos caos, traumáticas, de sobrevivência: a mendicância, a permuta, a negociação das competências para sobreviver, o fazer “bicos”, o bater à porta das instituições, a entrada inicial em um abrigo de urgência, a experiência de um local invadido, da primeira noite na rua etc. Essas experiências põem cada vez a pessoa diante de um obstáculo, de constrangimento, de uma dificuldade a ser ultrapassada. Por isso as pessoas aprendem, não sem estragos colaterais, a mobilizar recursos, desenvolver competências de “saber se virar”. Minha abordagem foi, portanto, de não reduzir ou ignorar a singularidade biográfica de cada pessoa em situação de sobrevivência, tendo sempre presente que sua vida está em jogo. Como pesquisadora, tenha uma postura, uma ética, uma posição a manter com relação ao outro. Essa posição se mantém diante de pessoas, não diante de um fenômeno. É uma abordagem de sociologia compreensiva e igualmente uma aborda-

gem da sociologia da experiência e de seus contextos institucionais, processuais, inseridos em uma história coletiva. Por tal razão o conceito de carreira é essencial, porque propõe uma análise que não negligencia a inscrição dos indivíduos numa história e numa memória coletiva. Ele ajuda a identificar o fundamento antropológico daquilo que constitui a situação de viver na rua, aqui e em outros lugares. Nos estudos de comparação internacional percebe-se bem esse fundamento. Apesar de que as provações possam variar culturalmente de acordo com os contextos, elas sempre aparecem, são a essência da vida na rua que encontramos. Não apenas nos países da Europa e da América do Norte, mas igualmente na América do Sul. Em nosso diálogo com pesquisadoras argentinas, por exemplo, o fenômeno não se confunde com outras situações de pobreza e de segregação, como as das crianças de rua ou das favelas. As causas estruturais estão presentes em todos esses países, causas por uma grande parte econômicas em um mundo globalizado. Com as migrações e os deslocamentos das populações, vemos que se constituem espaços de acampamento, as cidades-acampamento e espaços de circulação. Esses movimentos engrossam o fluxo das pessoas que vivem nas ruas. É importante não negligenciar a abordagem microsociológica que complementa a macrosociológica.

Isso exige um bom preparo metodológico!

PP: Claro, como em todos os trabalhos de pesquisa. Nesses campos a observação é essencial, mantendo uma posição precisa e rigorosa, ética, quando as pessoas estão em situação extrema de carência econômica e também de declínio físico e psíquico. A construção do diálogo com as pessoas utiliza os métodos de entrevista e da história de vida e se situa em diferentes registros ou modos discursivos. Para conseguir tomar em conta seriamente experiências e provações vividas e compreender o que ocorre no cotidiano da sobrevivência, a coleta das narrativas deve ir mais além dos primeiros encontros. A abordagem metodológica articula a história de vida e a história de sobrevivência. Posso agregar que quando se trabalha nesses espaços públicos o método etnográfico pode ser acompanhado de protocolos metodológicos que permitam respeitar as fronteiras entre público e privado. Por exemplo, que se apoiam sobre as competências de urbanidade e de civilidade das pessoas na rua. Ao longo da pesquisa com as pessoas que vivem na rua, aprendi muito sobre o espaço público,

suas limitações, seus códigos, suas mutabilidades etc. É a vivência de observadora no e do espaço público que retransmito agora a estudantes, arquitetos, artistas, designers, sociólogos, que, apesar de não trabalharem especificamente sobre o problema público ou o fenômeno do viver na rua, não podem negligenciar o que essa experiência-limite nos ensina em termos de concepção do espaço público. A etnografia urbana realizada sob o prisma da experiência do morador de rua permite construir hoje métodos de abordagem dos espaços públicos. Por exemplo, a caminhada urbana feita tomando em conta sistematicamente as qualidades materiais dos espaços públicos, os serviços que eles oferecem ou não aos moradores de rua, o que permite considerar qual bem comum queremos

construir hoje. Caminhando junto pode-se realizar entrevistas muito diferentes do que aquelas realizadas face a face e sentados. Caminhar com uma pessoa, fazer uma entrevista caminhando, é fazer funcionar de outro modo o trabalho da memória. Aparecem outros elementos de compreensão da relação que as pessoas têm com os lugares, elas não se instalam em tal ou tal lugar por acaso. As razões de ordem biográfica são complementares aos motivos ligados à história coletiva, por exemplo, das migrações relacionadas ao trabalho assalariado e do povoamento urbano. É importante compreender e mostrar como as pessoas são arraigadas a lugares, em cidades que fazem parte de suas identidades. É nisso que as identidades coletivas incluem as identidades individuais. ■


 Eliana Kuster

Paterson: um homem, uma cidade, um filme

Paterson é um homem da cidade. De uma cidade chamada Paterson. Ele dirige um ônibus pelas ruas e avenidas. Ele escreve poesia em um pequeno caderno. Sua vida segue uma rotina bem estabelecida, a qual o filme de Jim Jarmusch nos apresenta: ele acorda, sempre por volta das seis e quinze, e beija sua namorada. Vai a pé até a garagem de onde parte o ônibus que ele guia durante todo o dia. Depois do trabalho, vai a um parque da cidade ver uma queda-d'água. Volta pra casa e janta com a sua namorada. À noite, sai para passear com o cachorro e entra em um pub para tomar um copo de cerveja, onde encontra sempre as mesmas pessoas. No outro dia, tudo começa novamente.

As rotinas de Paterson – o homem – e de Paterson – a cidade – se cruzam e se repetem, mas, embora possam parecer iguais, dia após dia, os acontecimentos apresentam sempre pequenas mudanças, tanto para o personagem

quanto para o espaço citadino. Jarmusch faz um filme sobre um homem em um intenso diálogo com a cidade e o cotidiano urbano e, ao assistirmos às cenas que se sucedem na tela, é inevitável pensarmos no nosso próprio cotidiano, entretecido com o das nossas cidades. Naquilo que permanece igual todo dia e no que se modifica. Nas repetições que estruturam nossas horas e dão sentido às nossas vidas. Se às vezes reclamamos da rotina, quando somos lançados para fora dela – seja por grandes tragédias, seja por pequenos acontecimentos – é porque entendemos a importância que ela tem para nossas vidas e em nossa constituição subjetiva.

A cidade que vemos através dos olhos de Paterson usa suas superfícies como espelhos. E se reflete, incen-

Não acho que precisamos de arte na natureza. A natureza já é perfeita sem nós. Precisamos de arte nas cidades. Precisamos de arte nas cidades onde os seres humanos não têm tempo. Nas cidades poluídas. Nas cidades com muito barulho.

- Espaço Além: Marina Abramovi e o Brasil.

Eliana Kuster

é professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Arquiteta-urbanista, com mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e doutorado em Planejamento Urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

elianakuster@gmail.com



santemente, nas janelas do ônibus, nos retrovisores dos automóveis, nas vitrines e poças d'água. Cada superfície devolve ao nosso olhar um pedacinho do espaço urbano e de seus elementos: prédios, pontos de ônibus, pessoas, automóveis. Até os moradores parecem se refletir nos diversos gêmeos que cruzam o caminho do personagem diariamente. Detalhes dos quais se faz uma cidade. Todos compoem um balé urbano do qual somos dançarinos e espectadores, tal como Paterson, que se alimenta dessas cenas para produzir lirismo. Porque Paterson é, além de um ser urbano, um poeta. Sua poesia vem da observação de coisas simples: uma das mais marcantes é feita tomando como inspiração uma caixa de fósforos. É do banal, aparentemente previsível e repetitivo (poderíamos pensar em algo mais banal e repetitivo do que uma caixinha quadrada cheia de pequenos palitos iguais?) que se constroem seus poemas. Paterson é um observador da cidade, de

pessoas e de objetos. O roteirista e diretor do filme afirmou, em uma recente entrevista: “Fiquei um mês na cidade fazendo a preparação do filme. Viajei muito de ônibus, porque sabia que teria de filmar o exterior do ponto de vista de Adam [Adam Driver, o ator que interpreta Paterson] sentado na direção do ônibus, ou seja, acima de todo o mundo nas calçadas e no interior dos carros. O sujeito fica um degrau acima, num limbo. Não havia pensado nisso, mas o local me ajudou a entender o que era intuição. Como um motorista vira poeta” (Jarmusch, 2017).

E o motorista que vira poeta o faz contemplando pequenas coisas: fragmentos de conversas dos passageiros do ônibus, a queda-d'água no parque, os pequenos dramas que acontecem no bar que frequenta à noite, as pessoas que encontra na cidade. Ele faz esses breves momentos urbanos repercutirem em seu interior e encontrarem expressão em seus poemas. Assim como vemos a cidade por seus reflexos, vemos

Ficha técnica do filme:

Gênero: Drama

Direção: Jim Jarmusch

Roteiro: Jim Jarmusch

Elenco: Adam Driver, Barry Shabaka Henley, Golshifteh Farahani, Helen-Jean Arthur, Jared Gilman, Kara Hayward, Luis da Silva Jr., Masatoshi Nagase, Method Man, Owen Asztalos, Rizwan Manji, Sterling Jerins, William Jackson Harper

Produção: Carter Logan, Joshua Astrachan

Fotografia: Frederick Elmes

Montador: Ellen Lewis, Meghan Rafferty

Duração: 113 min.

Ano: 2016

País: Estados Unidos / França

Cor: Colorido

Estreia: 20/04/2017 (Brasil)

Estúdio: Amazon Studios / Animal Kingdom

/ K5 Film

Classificação: 14 anos

o cotidiano através do trabalho de manufatura refletido no que Paterson escreve. O resultado pode parecer simples, assim como a vida urbana pode parecer repetitiva, mas ambas revelam suas singularidades a um olhar atento. O roteiro do filme brinca com essa ideia, mostrando que o oposto também pode se revelar verdadeiro: aquilo que parece sempre se modificar, como as preferências e os desejos da namorada do personagem, a um olhar mais profundo, se mostram como repetição de padrões, com os quais ela cobre incessantemente em preto e branco as cortinas, as paredes, os cupcakes e qualquer superfície disponível. Algumas coisas só vemos bem se olhamos a partir de outra perspectiva, o cineasta parece apontar.

Assistir a um filme como esse não é tarefa fácil, nem tampouco escrever sobre ele. Porque é um filme que nos confronta com o grandioso e o minúsculo que está contido em cada um de nós, seres humanos e urbanos, que levamos nossas vidinhas de formiga nesse enorme organismo citadino que nos engole. Paterson é um filme enganosamente simples, assim como a poesia do personagem, assim como as cidades e as pessoas que nelas habitam. Por trás de sua aparente simplicidade, há uma sofisticação que necessita um olhar atento e uma desaceleração dos ritmos habituais. Seja na cidade, seja no cinema, há momentos nos quais precisamos abrir mão da construção perceptiva com a qual estamos acostumados e deixar que o ritmo seja ditado pelo que observamos naquele momento. Só assim conseguiremos ver que, se a vida de um poeta é a eterna contemplação do banal, a orquestração da vida cotidiana em uma cidade faz, da banalidade das nossas vidas, material para a poesia que ela despeja, todos os dias, em suas ruas e avenidas.



Entrevista de Jarmusch no site:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,jim-jarmusch-o-diretor-mais-cool-de-hollywood-lanca-o-filme-paterson-com-adam-driver,70001744992>
Acessado em 21 de maio de 2017. ■



REALIZAÇÃO



APOIOS

